

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

VIVIANE BOHN ENDRES

**ANÁLISE DO CASO DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE
BALEIAS EMBARCADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DA
APA DA BALEIA FRANCA, À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA
PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO.**

Florianópolis

2015

VIVIANE BOHN ENDRES

**ANÁLISE DO CASO DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS
EMBARCADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DA APA DA BALEIA
FRANCA, À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso
de Graduação em Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito à
obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Morato
Leite

Florianópolis
2015



Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências Jurídicas

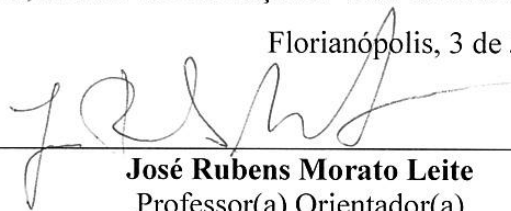
DEPARTAMENTO DE DIREITO

COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**Análise do caso do turismo de observação de Baleias Embarcado na zona de Amortecimento da APA da baleia Franca, à luz dos princípios da precaução e da prevenção.**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Viviane Bohn Endres**, defendido em **03/07/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 7,50 (Sete e Meio), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

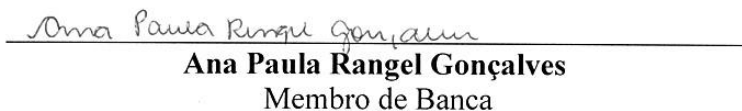
Florianópolis, 3 de Julho de 2015



José Rubens Morato Leite
Professor(a) Orientador(a)



Letícia Albuquerque
Membro de Banca



Ana Paula Rangel Gonçalves
Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências Jurídicas

COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E

ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): **Viviane Bohn Endres**

RG:

CPF:

Matrícula: **10201162**

Título do TCC: **Análise do caso do turismo de observação de Baleias Embarcado na zona de Amortecimento da APA da baleia Franca, à luz dos princípios da precaução e da prevenção.**

Orientador(a): **José Rubens Morato Leite**

Eu, **Viviane Bohn Endres**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 3 de Julho de 2015

Assinatura manuscrita de Viviane Bohn Endres.

Viviane Bohn Endres

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar o histórico da proteção ambiental, bem como o momento chave que ocasionou a conscientização mundial de sua necessidade – a crise ambiental; verificando que o Direito Ambiental e seus princípios, bem como a nova área do Direito Animal, são significantemente primordiais para que essa proteção seja cada vez mais efetivada. Utilizando o método dedutivo, serão analisadas ainda, as correntes da ética ambiental, que dão fundamento ao Direito Animal; a evolução legislativa do direito ambiental, focando nas normas que dizem respeito à fauna; a tutela constitucional do tema, bem como decisões relacionadas ao tema, chegando ao ponto central do trabalho, que é o enfoque na proteção da baleia-franca e o julgado que suspendeu o Turismo de Observação de Baleias Embarcado na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Sobre esse tema especificamente, foram examinados aspectos históricos quanto a essa espécie de cetáceo, bem como a criação da Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca e a necessidade de aplicação dos princípios da Precaução e da Prevenção no julgado escolhido, destacando-se as peculiaridades dos referidos princípios.

Palavras-chave: Turismo de Observação de Baleias Embarcado; APA da Baleia Franca; Princípios da Precaução e da Prevenção.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the history of environmental protection as well as the key moment that led to the global awareness of their need - the environmental crisis; verifying that the Environmental Law and its principles, as well as the new area of the Animal Law, are significantly paramount to maintain this protection is increasingly effective. Using the deductive method, will still be analyzed, current environmental ethics, which give grounds to the Animal Law; the legislative evolution of environmental law, focusing on the rules concerning the fauna; the constitutional protection theme, as well as decisions related to the subject, reaching the midpoint of the work, which is the focus on protecting the right whale and the case that suspended the Onboard Whale Watching Tourism in Environmental Protection Area of the Right Whale. For this, historical aspects will be studied as this cetacean species as well as the creation of the Environmental Protection Area of the Right Whale. Coming to an end, to examine the principles of precaution and prevention, highlighting its peculiarities and dimensions in order to demonstrate the reason they are the basis of the judgment in question.

Keywords: Tourism Onboard Whale Watching; Environmental Protection Area of the Right Whale; Principles of Precaution and Prevention.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2 DA CONSTATAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL À SOLIDIFICAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL	9
2.1 A CRISE AMBIENTAL E A NECESSIDADE DE MUDANÇA DE PARADIGMA	9
2.2 O DESPERTAR ECOLÓGICO INTERNACIONAL	15
2.3 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA.....	26
3 A PROTEÇÃO DA FAUNA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	38
3.1 AS CORRENTES DA ÉTICA AMBIENTAL E A DEFESA ANIMAL	38
3.2 A PROTEÇÃO DA FAUNA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	46
3.3 A PROTEÇÃO DA FAUNA NA LEGISLAÇÃO E EM DECISÕES PARADIGMÁTICAS.....	49
4 ANÁLISE DO CASO DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS EMBARCADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DA APA DA BALEIA FRANCA	62
4.1 BREVE HISTÓRICO DA CAÇA À BALEIA-FRANCA NO LITORAL BRASILEIRO E CATARINENSE.....	62
4.2 DA CRIAÇÃO DA APA DA BALEIA FRANCA EM SANTA CATARINA ...	65
4.3 ANÁLISE DO JULGADO À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E DA PRECAUÇÃO	71
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Primeiramente, a escolha do tema dessa pesquisa encontra razão na importância do novo ramo do Direito Animal, que busca um olhar altruísta para com os animais e é considerado uma vertente do Direito Ambiental, o qual é responsável por tentar proteger e tutelar a fauna por meio de sua legislação.

O Direito Ambiental é consequência de uma evolução histórica originada no despertar ambientalista e na conscientização em busca de uma proteção ao meio ambiente; causados pela crise ambiental em qual se deparou e ainda se depara o planeta. A falta de consciência ecológica e a desvalorização de todas as outras espécies sempre se fizeram presentes e são fatores que geraram e continuam gerando uma degradação do meio ambiente descontrolada e inconsequente.

Diante disso, resta claro que, dentro dessa desvalorização, encontram-se os animais; tratados como “coisas” por vários séculos, cerceados de uma proteção e tutela efetiva estatal, bem como de um valor intrínseco; o que é evidente ao se analisar as práticas da caça esportiva, da produção das roupas com peles animais, da domesticação de diversas espécies, dentre outras.

O antropocentrismo é considerado o causador desses fatos, pois se caracteriza pela preocupação exclusiva com o bem estar do homem e pela exploração da natureza em seu benefício. Entretanto, na medida em que o meio ambiente foi sendo protegido e valorizado, também a fauna ganhou proteção e esse antropocentrismo começou a ser questionado. Esse questionamento se dá à luz dos novos valores ecológicos e correntes éticas que estão se concretizando constantemente; pois não mais se podem aceitar tais aspectos, devido a atual conjuntura tecnológica do mundo e ao nível ético moral racional ao qual se quer alcançar.

Assim, esses novos valores e correntes éticas serão estudados, pois são responsáveis pela quebra do paradigma antropológico, tão necessária nos tempos de hoje, visto que ainda se vive a crise ambiental. Presencia-se diariamente, desastres naturais, falta de água, enchentes, deslizamentos, extinção de espécies e tantos outros; causados pelo uso e interferência abusivos do meio ambiente por parte do homem.

Portanto, a escolha do tema a ser analisado na presente monografia, deveu-se ao fato de por meio dele ser possível abarcar todas essas ideias, bem como analisar os aspectos ambientais e éticos que envolvem a proteção da fauna, e assim, responder o

questionamento levantado: se o Direito Ambiental, e os Princípios da Precaução e da Prevenção, são capazes de fundamentar a suspensão do Turismo de Observação de Baleias Embarcado na APA da Baleia Franca, bem como se o julgado em questão reflete a racionalidade que será construída durante a pesquisa.

Ao analisar-se o histórico da proteção ambiental e a crise ambiental; verificar-se-á a hipótese de que o Direito Ambiental e seus princípios fundantes, bem como o Direito Animal, são significantemente primordiais para que essa proteção seja cada vez mais efetivada.

E para isso, os objetivos a serem analisados no trabalho, dentre outros, serão o delineamento da evolução legislativa do Direito Ambiental concernente à fauna e ao meio ambiente, bem como amparar o tema nos exemplos já consagrados de jurisprudências brasileiras, visto serem quebras de paradigmas que resultaram em mudanças culturais e comportamentais do ser humano, em benefício da fauna; como por exemplo, as decisões que declararam inconstitucional as rinhas de galo e a farra do boi.

Através do método dedutivo de pesquisa, o primeiro capítulo abordará sobre a necessidade da mudança de paradigma em virtude da constatação da crise ambiental, visto que não mais se sustenta o estilo de vida atual e o sistema tecnológico-industrial presente; bem como os eventos que marcaram o despertar ambientalista internacional e resultaram na legislação ambiental.

No segundo capítulo, o foco será na fauna, no animal não humano; analisando as correntes éticas defensoras desses seres. Ainda, será feito um panorama legislativo da proteção da fauna nas normas brasileiras, como também, na Constituição Federal de 1988.

E por fim, no terceiro capítulo, chegar-se-á ao ponto basilar da pesquisa - a análise do julgado que suspendeu o Turismo de Observação de Baleias Embarcado no litoral de Santa Catarina, relacionando-o a dois principais princípios do Direito Ambiental: o Princípio da Precaução e o Princípio da Prevenção. E para isso, também será estudado o tratamento dado às baleias durante séculos, principalmente à espécie *Eubalaena australis* - baleia-franca, que foi a espécie mais predada pela caça baleeira; para que se entenda o porquê da necessidade de criação da APA da Baleia Franca, e de se fazer valer os inúmeros instrumentos normativos a favor de sua proteção.

2 DA CONSTATAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL À SOLIDIFICAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL

A crise ambiental inaugurou a efetiva busca pela proteção ambiental e a necessidade urgente de mudança de paradigma. A primeira questão que será posta sobre esse assunto neste capítulo, é a ligação da atual crise com o progresso desenfreado da modernidade e com as bases do capitalismo, qual sejam, o individualismo, o consumismo e a valorização extrema dos bens materiais.

O despertar ambiental no âmbito internacional foi muito importante para que esse paradigma começasse a mudar. A partir do século XX, as primeiras normas regulando o tema começaram a surgir, após trabalhos incessantes de estudiosos e defensores do meio ambiente. Essa nova perspectiva resultou na primeira grande iniciativa internacional de proteção ao meio ambiente: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, também chamada de Conferência de Estocolmo (ONU-BR), ocorrida na Suécia em 1972, responsável por proclamar a necessidade de cooperação internacional em nome do meio ambiente; e que será analisada em detalhes no presente capítulo.

A construção legislativa também será analisada desde seus primeiros passos, do Brasil Colônia até a atualidade, passando com atenção pelos considerados marcos legais, como por exemplo, a Lei Federal 6.938 de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e a Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo especial ao Meio Ambiente e ampliou o tema sob diversos modos.

2.1 A CRISE AMBIENTAL E A NECESSIDADE DE MUDANÇA DE PARADIGMA

É inegável e indiscutível, assim como é indefensável: o paradigma segundo o qual a sociedade contemporânea fundou seus alicerces está em crise. Vive-se hoje uma crise global, complexa e profunda, marcada por incontáveis problemas que assolam o planeta; e tudo isso é decorrência da necessidade desenfreada por parte do ser humano de “ter” e de “poder”, e de sua posição de superioridade em relação à natureza.

Considerou-se durante décadas que a natureza era inesgotável e que seus recursos seriam infinitos; a sociedade moderna ocidental “transformou a natureza em ‘ambiente’: simples cenário no centro do qual reina o homem, que se autoproclama ‘dono e senhor’” (OST, 1995, p.10). A falta de consciência ecológica e a desvalorização

de todas as outras espécies do planeta sempre se fizeram presentes e são fatores que geraram e continuam gerando uma degradação do meio ambiente descontrolada e inconsequente.

Nesse sentido, Mussak reflete sobre o cérebro humano, dizendo que, ao mesmo tempo em que é considerado uma maravilha, tem defeitos de fabricação, como, “por exemplo, não lida bem com o tempo. Considera-se eterno. Não percebe a consequência de seus atos predatórios para as gerações que estão vindo e continuarão a vir” (MUSSAK, 2001 *apud* NALINI, 2011, p. 234).

Esse paradigma deriva da incessante corrida em busca do desenvolvimento industrial e tecnológico; é uma crise mundial produzida pelo “desconhecimento do conhecimento” (LEFF, 2002, p. 207/218). Pelizzoli escreve “que ocorreu uma grande mutação na perspectiva de mundo, no sistema de valores e na construção da civilização a partir do século XVII” (PELIZZOLI, 2002, p.15). Deve-se destacar que esse paradigma originou-se em decorrência da visão de mundo do ser humano, uma visão egoísta, como bem explica o mesmo autor:

O paradigma anterior obsoleto a ser criticado pode ser resumido como cartesiano, um dos polos da crise. Ele impossibilita a visão da alteridade, a vida do outro como outro; a complexidade das relações ecossistêmicas da natureza, a implicação profunda entre cultura e natureza (...) (PELIZZOLI, 2001, p.77).

É importante lembrar que Homem e Natureza se relacionam desde o início dos tempos, entretanto, foi a partir da Revolução Científica e Industrial que essa relação ganhou os contornos que possui hoje. Na medida em que trouxe o progresso, essa revolução também submeteu a natureza aos desmandos do homem, evidenciando “toda a sua capacidade destrutiva” (BAHIA, 2004, p.74). Sobre as consequências geradas desde o Período Industrial, Nalini descreve um cenário desastroso:

Conforme estudos da *Oak Ridge National Laboratory*, mencionados no livro *Estado do Mundo*, da *ONG Worldwatch Institute*, desde a Revolução Industrial, em 1751, cerca de 271 bilhões de toneladas de carbono foram lançadas na atmosfera. Nos últimos cinquenta anos, só os Estados Unidos emitiram mais de 186 bilhões de toneladas do poluente. O desequilíbrio já está se fazendo sentir. Neste século, a temperatura tende a aumentar 6 graus Celsius (NALINI, 2011, p.236/237).

Desde a Revolução Industrial, o sistema tecnológico-industrial foi evoluindo, e hoje, sua principal característica é a rapidez com que novos produtos e tecnologias surgem e estão disponíveis, o que acaba gerando “a imprevisibilidade dos efeitos de sua aplicação, o que conduz a uma impossibilidade de haver uma avaliação criteriosa das

reais consequências da aplicação de inovações tecnológicas”. Além disso, “o manejo de grandes volumes de materiais e energéticos está diretamente relacionado à geração de detritos e poluentes, à degradação do meio, dentre outros fatores” (KRUGER, 2001, p.38).

Para Ost, o projeto de domínio tecnológico triunfou bem demais, e essa é a primeira questão posta pela crise ecológica (OST, 1995, p.11), a qual está, portanto, extremamente ligada “com o auge do modelo civilizatório pretendido desde a modernidade, baseado no cientificismo e na crença do progresso”. Resta evidente aqui, “um primeiro paradoxo da contemporaneidade: o auge do sistema é ao mesmo tempo a sua crise” (NAVARRO, 2014, p.19/20). Sobre o desenvolvimento econômico, Pelizzoli tece os seguintes comentários:

A questão ecológica é hoje uma resposta junto à crise sócio-ambiental alarmante que põs em xeque o modelo de desenvolvimento econômico vigente (“capitalista”) (baseado na acumulação, monetarização excessiva e especulação financeira, na capitalização de minorias e na dilapidação dos indivíduos e da natureza); conjuntamente questiona as formas civilizacionais vigentes (urbanização, relações sócio-institucionais, cultura de massa, controle da informação e comunicação social), as quais, emolduradas pelo padrão “econômico” deste Sistema (pelo mercado), apontam para a necessidade efetiva de reversão gradual do que se mantém neste processo (PELIZZOLI, 2001, p. 80).

Assim, as bases do capitalismo – o individualismo, o consumismo e a valorização extrema dos bens materiais – são os grandes responsáveis pela crise, a qual não se solucionará sem a modificação de tais princípios. Os interesses individuais do homem sempre se fizeram prevalecer em detrimento dos direitos coletivos; para assumir um novo paradigma, esses interesses devem ser mudados, “afinal o homem é um ser vivo produzido pela natureza” (MEDEIROS, 2013, p. 29), se não a priorizarmos, estaremos destruindo a nós próprios. Para Ost, esta “crise é simultaneamente a crise do vínculo e a crise do limite. (...) Crise do vínculo: já não conseguimos discernir o que nos liga ao animal, ao que tem vida, à natureza; crise do limite: já não conseguimos discernir o que deles nos distingue” (OST, 1995, p.09). O autor trata a questão da crise ecológica dentro do quadro da problemática cultural do vínculo e do limite, portanto, e considera:

É efetivamente nossa convicção que, enquanto não for repensada a nossa relação com a natureza e enquanto não formos capazes de descobrir o que dela nos distingue e o que a ela nos liga, os nossos esforços serão em vão, (...) (OST, 1995, p.09).

Posto isso, está-se diante de um embate entre “a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental”. Esse conflito exprime a necessidade de haver uma reavaliação da realidade, dos modelos sociais, econômicos, políticos e jurídico, que modelam e direcionam o comportamento social e do Estado (NAVARRO, 2014, p.29).

Para Fensterseifer, o processo de conhecimento tecnológico-científico deveria ter finalidades maiores, diferente daquelas que possui, como por exemplo, “o desenvolvimento, o bem-estar social e a dignidade da vida humana”. Entretanto, todo esse conhecimento passou a ser “a principal ameaça à manutenção, e à sobrevivência da espécie humana, assim como de todo ecossistema planetário, caracterizando um modelo de *sociedade de risco*, como bem diagnosticou o sociólogo alemão Ulrich Beck” (FENSTERSEIFER, 2008, p.25).

Assim sendo, a sociedade atual é uma “sociedade de risco”, uma vez que não existem fronteiras, limites, governos, capazes de conter os riscos criados e de proteger a sociedade. Atualmente, convive-se com a poluição das águas e ar, com a degradação de florestas, com o aquecimento global, com os danos à camada de ozônio, com a desertificação, com a extinção de espécies, com acúmulo do lixo, dentro inúmeros outros.

O autor que criou a teoria da “Sociedade de Risco” foi Ulrich Beck ao publicar o livro “Sociedade de Risco - Rumo a uma outra modernidade”, cujo argumento central é que a sociedade industrial foi deslocada pela sociedade de risco, visto que o desenvolvimento atual da ciência não dá mais conta do controle dos riscos, muito menos prevê as consequências graves que podem ser geradas. O autor entende que os risco e efeitos da modernização são o ponto central da discussão, pois se precipitam sob a forma de ameaças à vida de plantas, animais e seres humanos (2010, p.16). Ao estudar a teoria da sociedade de risco, Leite, Moreira e Achkar destacam que:

A teoria da sociedade de risco, característica da fase seguinte ao período industrial clássico, representa a tomada de consciência do esgotamento do modelo de produção, sendo esta marcada pelo risco permanente de desastres e catástrofes. (...) A sociedade de risco é aquela que, em função de seu contínuo crescimento econômico, pode sofrer a qualquer tempo as consequências de uma catástrofe ambiental (2007, p.04).

Como exemplo para ilustrar essa teoria, pode-se usar o acidente que ocasionou o maior vazamento de petróleo da história, ocorrido nos Estados Unidos em 20 de abril 2010; e assim, “pergunta-se: imaginava-se que um acidente com tais proporções poderia ocorrer? Qual a dimensão dos danos causados? Serão esses danos passíveis de reparação

ou de compensação ecológica? E como dimensioná-lo em face dos interesses das futuras gerações?” (FERREIRA, 2012, p.126).

Todas essas perguntas enquadram-se no que se entende por “risco”, que nada mais é do que “a percepção de um perigo possível, mais ou menos previsível, por um grupo social ou por um indivíduo que tenha sido exposto a ele” (KLOCK; CAMBI, 2011, p.30). Para Leite e Ayala (2004, p.103) existem dois tipos de riscos: o risco que é visível e previsível aos olhos do conhecimento, chamado de “risco concreto ou potencial”; e o risco invisível e imprevisível, chamado de “risco abstrato”. Em relação a essa segunda modalidade, onde há incertezas científicas do que virá no futuro, insere-se o princípio da precaução, o qual será abordado no terceiro capítulo.

Para Beck, os riscos decorrentes do desenvolvimento industrial são tão antigos quanto o próprio desenvolvimento, entretanto os riscos atuais são distintos, pois já não mais estão vinculados ao lugar em que foram criados, como os riscos fabris e profissionais no final do século XIX e início do XX, e sim, ameaçam todas as formas de vida do planeta, sem limitações geográficas, possuindo uma tendência globalizante e fazendo surgir “ameaças globais supranacionais e independentes de classe” (2010, p.16). Além disso, contém um “efeito bumerangue”, pois cedo ou tarde, acabam alcançando àqueles que os criaram; nem ricos nem poderosos estão seguros (2010, p.27). Entende, ainda, o autor:

Riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Neles, exprime-se sobretudo um componente *futuro*. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte numa perda geral de confiança ou num suposto “amplificador do risco”. **Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje** (2010, p.39) (grifei).

Ainda sobre a crise ambiental, Morin a denomina como “agonia planetária”, considerando-a uma “policrises”, em razão de não ser possível destacar um único problema, pois todos se entrelaçam, como se pode ler no seguinte trecho:

(...) a agonia planetária não é apenas a adição de conflitos tradicionais de todos contra todos, mais as crises de diferentes tipos, mais o surgimento de problemas novos sem solução, é um todo que se alimenta desses ingredientes conflituosos, críscos, problemáticos, os engloba, os ultrapassa e torna a alimentá-los (MORIN, KERN, 2003 *apud* NAVARRO, 2014, p.32/33).

A superação dessa crise entende-se urgente, “é um alarme global, sem fronteiras, alarme humano inadiável diante dos fatos agravados”; vivencia-se um *status quo* “em

esgotamento” (PELIZZOLI, 2001, p.76). Mesmo com a necessidade certa de que é necessário superar o paradigma atual, para Pelizzoli:

(...) não se tem claro do que vai se tratar daqui pra frente em termos humanos e civilizatórios e do nosso ser-no-mundo. Tem-se contudo orientações mínimas, estratégias de ação, projetos, práticas locais, e também um mal estar global e a intuição de um novo estágio planetário (PELIZZOLI, 2001, p.77).

Todavia, é incontestável a necessidade de promoção de um processo intenso de Educação (ambiental) e Ética, um processo de construção, e a recuperação das relações humanas honestas, como a alteridade, por exemplo. Ultrapassando, assim, “a visão individualizada de subjetividade e de condição humana, onde esta seria determinada apenas pela acumulação de poderes – dinheiro, bens, pessoas, objetos...” (PELIZZOLI, 2001, p.87).

A mudança de paradigma se dará no momento em que o ser humano escolher pensar e agir diferente, quando escolher um novo sistema de crenças que norteará sua atuação, pois por “paradigma” se entende como sendo um conceito que define um exemplo típico ou modelo de algo, a representação de um padrão a ser seguido. Desse modo, ele influencia a maneira do ser humano enxergar e viver sua vida.

Também para Sparemberger e Pazzini, a mudança comportamental do homem é necessária através da educação ambiental, como fica claro na leitura de um trecho de seu artigo:

A partir de uma perspectiva histórica, **a questão da educação ambiental tem contribuído para uma tomada de consciência**. Diante dos desafios colocados pela vida contemporânea, aparece em um plano de destaque a *crise ecológica* e seus dilemas. Conclui-se, daí, que os caminhos em direção a uma sociedade sustentável que promova a cidadania ambiental passa por diversas dimensões da realidade (SPAREMBERGER; PAZZINI, 2011, p.159) (grifei).

Somente quando essa nova visão ética estiver na consciência de todos, é que o novo paradigma será efetivado, pois é a cidadania exercida de forma concreta que resolverá os principais problemas ambientais, e isso se dará através da ética e de uma autorreflexão. Assim, “a conscientização ambiental de massa só será possível com a percepção e o **entendimento do real valor do meio ambiente natural em nossas vidas**” (SPAREMBERGER; PAZZINI, 2011, p.161/162) (grifei).

O grande desafio desse novo paradigma, portanto, é a educação ambiental, pois construir uma nova cultura ecológica é uma tarefa longe de ser fácil. O cidadão tem que se sentir responsável, tem que ser ético, e acima de tudo, considerar como Justiça uma

sociedade ambientalmente orientada; somente assim, ter-se-á o amadurecimento social que tanto é preciso. Dessa forma, também conclui o autor François Ost em seu livro, ao dizer:

Resta, portanto, inventar práticas concertadas, públicas, privadas ou associativas, para dar corpo a um outro modelo de desenvolvimento. Uma coisa é certa: a responsabilidade em relação às gerações futuras e a elaboração de um patrimônio natural comum começam aqui e agora. Eles não têm outro advogado de defesa que não o cidadão, o utilizador e o consumidor que nós somos. É que o meio (justo ou injusto) é uma realidade paradoxal: o seu centro está em todo o lado, a sua circunferência em parte alguma. Por outras palavras, se nos engloba totalmente, ele é também aquilo que passa no âmago de cada um de nós. Totalmente dependentes dele, somos também por ele totalmente responsáveis (OST, 1995, p.395).

Realizadas essas considerações acerca da crise ambiental e da necessidade de mudança de paradigma, passa-se no próximo item a averiguar o despertar ecológico internacional.

2.2 O DESPERTAR ECOLÓGICO INTERNACIONAL

O primeiro passo em busca da proteção ambiental foi a conscientização. No momento em que os países e seus cidadãos começaram a enxergar que a Terra é frágil, que seus recursos são finitos e os primeiros desastres ambientais de efeitos imediatos ocorreram; passa-se a ter um enfoque mundial dos problemas ambientais. Assim, é a partir desses principais fatores, que começa a tomar corpo, na metade do século XX, um conjunto de normas, parte do Direito Internacional Público, regulando o tema.

Como fonte precursora desse despertar, tem-se Rachel Louise Carson (1907-1964), bióloga e ecologista norte-americana, que publicou em 1962, o primeiro alerta mundial dos efeitos nocivos do uso de agrotóxicos no seu livro “Primavera Silenciosa”. Ela começou nos Estados Unidos, uma verdadeira guerra contra o uso dos agrotóxicos, o DDT ¹ especificamente, que combatia os insetos nas plantações. Infelizmente, Carson morreu em 1964, anos antes de ver seus esforços serem recompensados. O DDT foi banido de vários países, a começar por Hungria em 1968, Noruega e Suécia em 1970, Alemanha e EUA em 1972 (PEREIRA, 2012, p.72).

Já existiam pessoas preocupadas com o meio ambiente muito antes de Primavera Silenciosa, mas o movimento ecologista de caráter político com certeza foi

¹ DDT- Dicloro Difenil Tricloroetano

impulsionado pela publicação do livro, pois tratava de um tema fundamental: a relação do homem com a natureza, como se pode ver nos trechos retirados da referida obra:

(...) o controle precisa ser conjugado com as realidades, e não com situações imaginárias; estou afirmando que **os métodos empregados devem ser de tal ordem que não nos destruam, a nós, ao mesmo tempo que destroem os insetos** (...)

Nós precisamos urgentemente por fim a tais falsas seguranças; precisamos acabar com o engodo que consiste em açucarar os fatos desagradáveis. **É o público que está sendo solicitado a assumir os riscos que os controladores dos insetos calculam.** E é o público que deve decidir sobre se deseja continuar no caminho presente; e o público só poderá fazer isso quando estiver na plena posse dos fatos. **Nas palavras de Jean Rostand: “A obrigação de tolerar, de suportar, dá-nos o direito de saber”.** (CARSON, 1969, p. 19 e 23) (grifei).

Outro grande propulsor dessa consciência mundial foi o terceiro Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, U. Thant (1909-1974), entre os anos de 1961 e 1971, que declarou pela primeira vez, ser iminente a crise ambiental de proporções mundiais (BARROS, 2008, p.10). Também foi o responsável pela instalação de muitas das agências de desenvolvimento e meio-ambiente e pelo Programa Ambiental da Organização das Nações Unidas.²

A década de 60 foi marcada pelo Movimento Contracultura, que também foi responsável por impulsionar a questão ambiental. Esse movimento emergiu inicialmente na sociedade norte-americana e questionava a ordem social vigente, e seus “traços mais expressivos foram identificados no movimento estudantil do Maio Francês de 1968 (...), nos movimentos contra a Guerra do Vietnã, contra a Guerra Fria (...), movimentos como o dos *Hippies*, o movimento negro americano – *Black Power*” (SILVA *et al*, 2012, p.112), dentre outros.

Barros (2008, p.08) também considera o grupo intitulado de *Clube de Roma*, como precursor da conscientização mundial. Esse grupo, composto de intelectuais e empresários europeus, reuniu-se em meados de 1968, em decorrência de sua preocupação em “relação ao consumo de recursos ilimitados num mundo em constante interdependência”. Em 1972, o grupo foi reconhecido mundialmente ao publicar seu primeiro relatório técnico, “Os Limites para o Crescimento”, afirmando que “existia

² O PNUMA, principal autoridade global em meio ambiente, é a agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. Estabelecido em 1972, o PNUMA tem entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras (ONUBR - NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL).

uma contradição no crescimento ilimitado e desenfreado dos materiais de consumo e converteu-se no tema principal da agenda global” (CLUB OF ROME).

Com essa nova perspectiva mundial, que começava a raciocinar em busca de instrumentos jurídicos para preservação ambiental, vem à luz a primeira grande iniciativa internacional de proteção ao meio ambiente: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, também chamada de Conferência de Estocolmo, ocorrida na Suécia em 1972.

Entretanto não se pode deixar de lembrar, que várias outras reuniões precederam Estocolmo. A exemplo do Primeiro Congresso Internacional para Proteção da Natureza, em 1923, realizado em Paris, “que representou cientificamente o primeiro passo para a abordagem do problema ambiental em seu conjunto” (MAZZUOLI, 2007, p.772), bem como a Convenção para Regulamentação da Pesca da Baleia em Genebra, 1931; a Convenção para a Proteção da Fauna e da Flora e das Belezas Cênicas Naturais dos Países das Américas em Washington, 1940); e a Convenção RAMSAR sobre Zonas Úmidas, 1971.

De acordo com Le Prestre, quatro principais fatores motivaram a realização da primeira grande conferência mundial sobre a proteção ambiental:

- a) o aumento da cooperação científica nos anos 60, da qual **decorreram inúmeras preocupações, como as mudanças climáticas e os problemas da quantidade e da qualidade das águas disponíveis;**
- b) o aumento da publicidade dos problemas ambientais, causado especialmente pela ocorrência de certas catástrofes (...);
- c) o crescimento econômico acelerado, gerador de uma profunda transformação das sociedades e de seus modos de vida, especialmente pelo êxodo rural (...);
- d) inúmeros outros problemas, identificados no fim dos anos 1960 por cientistas e pelo governo sueco, considerados de maior importância, afinal, não podiam ser resolvidos de outra forma que não a cooperação internacional. São exemplos destes problemas as chuvas ácidas, a poluição do Mar Báltico, a acumulação de metais pesados e de pesticidas que impregnavam peixes e aves (LE PRESTE, 2005 *apud* PASSOS, 2009, p.08) (grifei).

A Conferência de Estocolmo contou com representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU, que se reuniram para debater sobre, dentre tantos pontos, “as implicações do desenvolvimento econômico na degradação ambiental do Planeta” (PEREIRA; CURI, 2012, p.48).

Para tanto, os países votaram a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como Declaração de Estocolmo, a qual traz em seu Preâmbulo sete pontos principais, e mais vinte e seis princípios, cujo papel é de nortear o comportamento e as decisões relativos à questão ambiental (PASSOS, 2009, p.8). Ao

proclamar a Declaração, a Conferência se disse “atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

Como princípios basilares pode-se citar: Princípio 1, o qual fala do direito fundamental do homem a ter um meio ambiente de qualidade que lhe propicie uma vida digna, e onde percebe-se a forte relação de dependência entre a qualidade de vida humana e a qualidade do meio ambiente; Princípio 2, que trata dos recursos naturais – ar, água, terra, flora e fauna – os quais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, demonstrando-se aí, o caráter transgeracional que o meio ambiente possui; Princípio 4, trata sobre a responsabilidade especial que o homem possui de cuidar da flora e da fauna silvestre e seu habitat, considerados em grave perigo; Princípio 7, atribui aos Estados a responsabilidade de impedir a poluição dos mares; Princípio 13, indica aos Estados a adoção de um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, compatibilizando-o com a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente; Princípio 18, diz que a ciência e a tecnologia devem cooperar, evitando e combatendo os riscos que ameaçam o meio ambiente; e ainda, Princípio 19, de suma importância, pois aborda a educação ambiental e a considera indispensável, visto que propicia uma opinião pública bem informada e de conduta inspirada no sentido de responsabilidade ambiental.

Além da Declaração, a Conferência também votou o Plano de Ação para o Meio Ambiente, contendo 109 recomendações; a Resolução sobre aspectos financeiros e organizacionais no âmbito da ONU; bem como instituiu o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – PNUMA – como já mencionado anteriormente. Todas essas iniciativas “refletem a relevância da Conferência de Estocolmo, afinal, representa ela a primeira tentativa de aproximação entre os direitos humanos e o meio ambiente (...), de tal modo que passou a ser considerado como um direito fundamental (...)” (PASSOS, 2009, p.11).

Também para Fensterseifer, a Declaração de Estocolmo é emblemática por instituir o direito fundamental ao meio ambiente, como expressa o trecho:

A Declaração de Estocolmo de 1972 das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano constitui-se do marco histórico-normativo inicial da proteção ambiental, projetando pela primeira vez no horizonte jurídico, especialmente no âmbito do direito internacional, a ideia em torno de um direito fundamental ao ambiente, tomando a qualidade do ambiente como

elemento essencial para uma vida humana com dignidade e bem-estar (FENSTERSEIFER, 2008, p.148).

Na mesma linha, Silva pondera sobre a Declaração, e considera que os seus 26 princípios “constituem prolongamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem” e que ela “proclama a necessidade da cooperação internacional (...), pois que há um número cada vez maior de problemas relativos ao meio que (...) requerem uma ampla colaboração entre as nações e a adoção de medidas pelas organizações internacionais em proveito de todos” (SILVA, 2009, p.58/59). Ainda diz mais:

A Declaração de Estocolmo abriu caminho para que as Constituições supervenientes reconhecessem o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental entre os direitos do Homem, com sua característica de direitos a serem realizados e direitos a não serem perturbados (SILVA, 2009, p.69/70).

Anos mais tarde após Estocolmo, em 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, ex-Primeira Ministra da Noruega, foi convidada pela ONU para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONUBR). Responsável por “examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis para a solução dos problemas existentes” (PEREIRA; CURI, 2012, p.49). Em 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum” (ONU-BR), que trouxe pela primeira vez ao público o conceito de “desenvolvimento sustentável”, conforme trechos retirados do relatório:

O desenvolvimento sustentável é o **desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.**

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras. **O desenvolvimento requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.**

Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia. No mínimo, **o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.**

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (ONU-BR) (grifei).

Para Varela, esse Relatório pede “a união necessária entre desenvolvimento e meio ambiente” - duas questões que antes eram tratadas separadamente - o que levou ao conceito de desenvolvimento sustentável. Esse Relatório “reuniu as principais teorias

que demonstravam a possibilidade de desenvolvimento sustentável e as consequências de sua não adoção” (VARELLA, 2009, p.16).

Já na década de 90, o impulso em relação à consciência ambiental se alargou. Em 1990, discutiu-se em Genebra, a questão do desequilíbrio climático na Conferência Mundial sobre o Clima. Em 1991, foi elaborada a norma internacional de proteção ambiental ISO³ 14001, que estabelece diretrizes sobre a área de gestão ambiental eficaz dentro de empresas. Finalmente, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, como ficou conhecida.

Após 20 anos da Conferência de Estocolmo, a Eco-92 foi saudada como sendo o mais importante e promissor encontro mundial do século XX. Contou com 179 países, que discutiram e aprovaram uma série de documentos relevantes, dentre eles, a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Agenda 21 e a Declaração dos Princípios das Florestas. Esses foram trazidos à Conferência para negociações finais, e continham princípios para guiar a relação entre o comportamento humano e o planeta; um plano de ação para redirecionar as economias e sustentar o meio ambiente no século 21; e a tentativa de equilibrar o direito de usar as florestas com a necessidade de protegê-las, respectivamente.

Outras duas Convenções juridicamente vinculativas foram assinadas no Rio: a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, que buscava reduzir a emissão de gases estufa que prejudicam o planeta e ameaçam aumentar os níveis dos oceanos; e a Convenção da Biodiversidade, a qual exigiu inventários de todas as espécies vivas no planeta pedindo por sua proteção, bem como exigiu que os signatários dividam as pesquisas, os lucros e a tecnologia com as nações que têm seus recursos genéticos utilizados. Sobre a Conferência em questão, Mezzuoli tece os comentários:

A reunião não foi apenas consequência de um intenso processo de negociações internacionais acerca de questões ligadas à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento. Seus resultados significaram, também, a reafirmação de princípios internacionais de direitos humanos, como os da indivisibilidade e interdependência, agora conectados com as regras internacionais de proteção ao meio ambiente e aos seus princípios instituidores (MAZZUOLI, 2009, p. 772).

Diversas discussões e manifestações ocorreram paralelamente às reuniões políticas e acordos. O documentário *A cúpula da Terra*, disponibilizado pela Televisão

³ ISO - *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para Padronização).

das Nações Unidas, mostra as negociações, as curiosidades e as principais declarações que marcaram a história. Dentre esses, está a declaração do Secretário Geral da Cúpula da Terra, Maurice Stronge, também Secretário em Estocolmo, que discorreu: “Nós temos sido a espécie mais bem sucedida de todos os tempos. Somos agora uma espécie fora do controle. O mesmo sucesso que nos trouxe até aqui, está nos levando a um futuro perigoso”.

A conclusão principal a qual se chegou foi que é preciso erradicar a pobreza. O desenvolvimento sustentável só ocorrerá se os níveis de pobreza mundiais forem reduzidos, e para isso, a responsabilidade é de todos os países, não somente dos mais pobres. Houve um reconhecimento da comunidade internacional das diferentes perspectivas culturais, e principalmente, econômicas dos Estados, o que consagrou o Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Ele incorporou nos instrumentos jurídicos a premissa de que as imputações aos Estados não devem ser iguais, visto que diversas são as contribuições poluidoras de cada um (LIMA 2009, P.6), e confirmou que os países desenvolvidos são os maiores responsáveis, tendo em vista sua história, pelo desequilíbrio da Terra; cabendo a eles tomar as principais medidas em combate à poluição (LIMA, 2009, p.11). O Princípio 7 da Declaração do Rio aborda esse tema:

Os Estados irão cooperar, em espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as diversas contribuições para a degradação do meio ambiente global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em vista as pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros que controlam (ONU-BR).

O primeiro Ministro do Sri Lanka, D. B. Wijetunga, explanou nesse viés, dizendo que, “a questão dos recursos financeiros será a pedra fundamental da Agenda 21 para os países em desenvolvimento; a obtenção de um padrão de vida razoavelmente elevado é um alvo que não pode ser comprometido”. De igual forma, Anwar Saifullah Khan, porta-voz dos países em desenvolvimento, disse: “não podemos salvar o meio ambiente se os ricos se recusarem a fornecer mais ajuda aos pobres e se continuarem relutantes em melhorar as condições do comércio”.

A Conferência do Rio trouxe esperança de que o atraso ocorrido entre Estocolmo e Rio fosse recuperado; “só que o desenvolvimento sustentável não acontecerá pelo poder do verbo, por encantação. Exige plano de ação com metas,

recursos e prazos” (SACHS, 2009, p.31), o que não foi determinado na Eco-92. Silva segue a mesma linha, dizendo:

A leitura dos Princípios da Declaração do Rio de Janeiro decepciona e até frustra um pouco, pelo seu tom de mero apelo à cooperação dos Estados, que alguns acenos aos direitos humanos de terceira geração (paz, desenvolvimento, participação) não conseguem disfarçar. Falta firmeza afirmativa, mesmo tendo em vista tratar-se de uma declaração internacional (...) (SILVA, 2009, p. 65)

Em 1997, também no Rio de Janeiro, um encontro não oficial denominado Rio+5, avaliou o andamento das decisões da Agenda 21. O evento foi organizado pela entidade “Amigos da Terra” e coordenado por Maurice Stronge, organizador da Conferência de Estocolmo e do Rio. Concluiu-se que muito pouco havia sido realizado nos cinco anos decorridos depois da Eco-92 (PEREIRA; CURI, 2012, p.51), e que as lacunas nos resultados da Agenda 21 eram diversas.

No mesmo ano, na terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, realizada em Quioto, Japão, celebrou-se o Protocolo de Quioto. Decidiu-se, por consenso, adotar-se um Protocolo, segundo o qual os países industrializados reduziram suas emissões totais de gases de efeito estufa⁴ em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990, no período de compromisso de 2008 a 2012. Os países não industrializados, em desenvolvimento, não possuem metas obrigatórias, mas devem auxiliar na redução desses gases. Tal compromisso tem vinculação legal e entrou em vigor somente em fevereiro de 2005; sendo que até 2010, 184 países tinham ratificado o acordo (MCTI).

Em 2000, outro Protocolo de grande relevância foi assinado no Canadá, pela Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica – o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Esse protocolo objetiva assegurar um nível apropriado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguro dos organismos vivos modificados - OVMs. Esses organismos têm origem na biotecnologia moderna e podem ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando-se em conta os riscos para a saúde humana, decorrentes de movimentos entre as fronteiras. O Protocolo entrou em vigor em 2003.

⁴ “O “efeito estufa” provém do desequilíbrio radioativo da Terra, que provoca alteração das temperaturas atmosféricas e oceânicas e, assim, do ciclo hidrológico. (...) Os chamados “gases de efeito estufa”, como o dióxido de carbono (CO₂), ozônio (O₃), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e vapor d’água (...) recebem esse nome exatamente porque apresentam a propriedade de reter o calor, da mesma forma que o revestimento de uma estufa sob incidência do sol” (SILVA, 2009, p.66/67).

Dez anos após a Conferência do Rio, em 2002, realizou-se na África do Sul o evento da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10, cujo objetivo principal era realizar um balanço, assim como na Rio+5, entre os avanços na questão ambiental global em relação aos acordos adotados na Eco-92, além de colocar em prática a Agenda 21. Foram assinados mais dois documentos internacionais: o Compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação. Entre os desafios a serem combatidos encontrava-se a continuidade de vários problemas ambientais, que não obtiveram nenhuma melhora desde 1992. A Rio+10 deveria achar a resposta para esses atrasos.

Pela primeira vez, consideraram-se os problemas associados à globalização, a qual distribui seus malefícios e benefícios de forma desigual; fenômeno esse, que se alargou nos 10 anos passados após a Rio-92. Alguns compromissos firmados pelos documentos foram: que haja a diminuição pela metade da proporção de pessoas sem acesso a saneamento e água potável até 2015; objetivos não quantitativos para que se aumente o uso de energias modernas, como a renovável, aumentando assim, a eficiência energética; a meta de que os produtos químicos sejam utilizados e produzidos de forma a minimizar os prejuízos à saúde até 2020; que os países em desenvolvimento tenham acesso a tecnologias que diminuam a poluição do ar; que até 2010, haja a redução da perda da diversidade, a restauração de pesqueiros até 2015 e o estabelecimento de áreas marinhas protegidas até 2012 (DINIZ, 2002, p.33/34).

Como se percebe, não houve avanços significativos, e a Rio+10 foi duramente criticada. "Temos de fazer mais", reconheceu o Secretário-Geral da ONU, Kofi Anan, assim como o Secretário da Cúpula de Joanesburgo, Nitin Desai, que admitiu: "além do que decidimos aqui, só os governos nacionais podem fazer". Na Revista Ecologia e Desenvolvimento, destaca-se sobre esse viés:

Em verdade, a Conferência fixou retrocessos em relação à Rio 92. Há 10 anos, os cerca de 150 signatários dos cinco documentos que resultaram do Rio concordaram que os países mais ricos do planeta deveriam destinar pelo menos 0,7% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para a ajuda humanitária dos países pobres. Esse percentual é de 0,33% em 2002. A União Européia prometeu aumentá-lo para 0,37% em poucos anos. "Essa foi a Rio-10", decretou Rubens Born, diretor da ONG brasileira Vitae Civilis, representante das não governamentais em Joanesburgo. No Rio, há 10 anos, Born também coordenou o Fórum Global das ONGs. "Tudo o que se fez aqui foi recomendar mais comércio para resolver os problemas do ambiente e das sociedades. Mas, esta é uma fórmula que não deu certo ao longo dos anos 90", lembrou decepcionado.

Em 2007, o IPCC ⁵ – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – se reuniu em Paris. Mais de 500 especialistas participaram de um relatório alarmista sobre as consequências do aquecimento global. Foi o quarto relatório realizado pelo IPCC, chamado “Alteração Climática”; alguns dados contidos nele revelaram um aumento médio global das temperaturas entre 1,8°C e 4,0°C até 2100, sendo que esse quadro pode ser ainda maior - 6,4°C - se a população e a economia continuarem crescendo descontroladamente e se for mantido o consumo intenso dos combustíveis fósseis. O relatório apontou, com mais de 90% de confiabilidade, que a maior parte do aumento de temperatura observado nos últimos 50 anos foi provocada por atividades humanas (AVILA, 2007, p.163).

Ainda sobre a questão climática, em 2011, a COP-17 se reuniu em Durban, África do Sul, na conferência considerada como sendo a mais importante sobre o clima desde Quioto. Resultou em um texto curto, chamado de “Plataforma de Durban”, que definiu, entre outros pontos: um marco legal, até o ano de 2015, para a ação contra a mudança climática; a prorrogação do Protocolo de Quito, para além de 2012; e o início das atividades do Fundo Verde para o Clima (PEREIRA; CURI, 2012, p.59).

Por fim, decorridos 20 anos da Eco-92, o Rio de Janeiro sediou novamente a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, com o intuito de renovar o engajamento dos líderes mundiais com a questão ambiental do planeta, que tinha sido firmado em 1992. Foi a maior conferência realizada pela ONU, contando com representantes de 193 Estados-membros, mais milhares de representantes de setores da sociedade civil.

A conferência teve dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Nas diversas reuniões que prepararam a Conferência, os países apresentaram sugestões sobre esses temas, buscando resultados que pudessem ser realizados. No *site* oficial da Rio+20, há algumas conclusões sobre os temas:

⁵ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas foi criado em 1988, pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) para preparar, com base nos dados científicos disponíveis, as avaliações em todos os aspectos das alterações climáticas e seus impactos, tendo em vista a formulação de estratégias de resposta realistas. A tarefa inicial para o IPCC, conforme descrito na Resolução da Assembleia Geral 43/53 de 6 de Dezembro de 1988, era de preparar uma revisão abrangente e recomendações a respeito do estado dos conhecimentos da ciência da mudança do clima; o impacto social e econômico da mudança climática, e as possíveis estratégias de resposta e elementos a integrar em um futuro possível convenção internacional sobre o clima (IPCC ORGANIZATION).

O debate sobre “economia verde” apontou para oportunidades de complementaridade e de sinergia com outros esforços internacionais, englobando atividades e programas para atender às diferentes realidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento. É importante lembrar que a redução das desigualdades – em nível nacional e internacional – é fundamental para a plena realização do desenvolvimento sustentável no mundo

As discussões sobre a estrutura institucional buscaram formas para melhorar a coordenação e a eficácia das atividades desenvolvidas pelas diversas instituições do sistema ONU que se dedicam aos diferentes pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Os países debateram, principalmente, maneiras pelas quais os programas voltados ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar social e à proteção ambiental podem ser organizados em esforços conjuntos, que realmente correspondam às aspirações do desenvolvimento sustentável (RIO+20).

Ao final da Conferência foi apresentado o documento “O futuro que queremos”, uma Declaração dos Estados-membros composta de todas as conclusões a que se chegaram e baseada no texto prévio de propostas iniciais sobre os temas, chamado “Rascunho Zero”, o qual foi negociado durante a Conferência.

A Declaração “O futuro que queremos” reafirmou os princípios de Estocolmo, da Eco-92 e o compromisso de implementar a Agenda 21. Bem como ficou responsável por avaliar os progressos obtidos e as lacunas existentes na implementação dos documentos das grandes cúpulas; reconhecendo que os progressos obtidos nos últimos 20 anos foram desiguais.

A Rio+20 foi muito criticada, pois restou claro a falta de avanços significativos. Não foram estabelecidas novas metas, novos compromissos concretos em busca do desenvolvimento sustentável. Além de ter sido concebida como uma “conferência de revisão”, não como uma “reunião de cúpula”; o que acarretou em ausências significativas, como a do presidente do EUA, Barack Obama, e da Chanceler alemã, Angela Merkel. Para Guimarães e Fontoura, a Conferência foi um fracasso, pois:

(...) decisões arduamente conquistadas em conferências anteriores foram objeto de intenso ataque e boicote por parte das grandes potências, tais como o Direito à Água Segura e Limpa e ao Saneamento ou a Regulação dos Mercados Financeiros e de *commodities*. Temas como esses ainda permanecem inaceitáveis para os donos do poder e fez-se uso da Rio+20 para dar um passo atrás e renegar acordos anteriores, como todas essas referências no “Rascunho Zero” suprimidas e substituídas por frases vazias e de conteúdo prático, como as “promover a eficiência” ou “aperfeiçoar o acesso”. (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p.27).

Assim sendo, após todo esse caminhar, partindo do início do século XX até os dias atuais, não restam dúvidas de que a cooperação, a conscientização e o diálogo sobre a questão ambiental estão amplamente presentes. O “despertar” já ocorreu há muito tempo; as Convenções e Tratados internacionais já existem em um número

significativo; mas a proteção ambiental que tanto se busca não foi concretizada plenamente. Entretanto, ela já tem seus meios definidos e será “uma conquista da humanidade, que deve vencer os antagonismos ideológicos, em prol do bem-estar de todos e da efetiva proteção do planeta” (MEZZUOLI, 2009, p. 773).

2.3 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

O Direito Ambiental é considerado um novo ramo do Direito; uma disciplina jurídica com muita autonomia por tratar de objetos específicos, como o estudo de impacto ambiental e a qualidade da vida, por exemplo. Também faz parte do Direito Público, pois a presença do Poder Público no controle da qualidade do meio ambiente em função da qualidade da vida é muito forte (SILVA, 2009, p.41).

Esse novo ramo do Direito é consequência de uma evolução histórica originada no despertar ambientalista e na conscientização em busca de uma proteção ao meio ambiente. Entretanto, leis ambientais existem há vários séculos no Brasil, ao tempo do descobrimento, mas eram leis que tinham na sua origem uma preocupação distorcida; não protegiam propriamente a natureza, e sim, “preocupavam-se com o abastecimento de gêneros alimentícios” (WAINER, 1996, p.706).

Em 1446, as Ordenações Afonsinas vigoravam em Portugal, consideradas como o primeiro Código legal europeu. Tais leis preocupavam-se com a falta de alimentos: determinavam que pão e farinha não poderiam ser levados para fora do reino; equiparava o furto de aves a qualquer outro furto, para efeitos criminais; obrigava a todos os que tivessem terras que as lavrassem e semeassem; proibia o corte deliberado de árvores frutíferas, tipificado como crime de injúria ao Rei; entre outros dispositivos (WAINER, 1996, p.707).

Posteriormente, em um novo reinado, surgiram as Ordenações Manuelinas, em 1521. No que se refere à proteção ambiental, houve uma evolução: foi proibida a caça de determinados animais com um manejo que lhes pudesse causar dor e sofrimento; bem como a proibição da comercialização de colmeias sem a preservação das abelhas. Na mesma linha, foi usado o conceito de zoneamento ambiental, ao determinar a liberação da caça somente em alguns espaços e vedar em outros. Tais proibições eram

punidas com distintas e severas penalidades, dentre elas o açoite e o degredo⁶ (WAINER, 1996, 710).

Durante o período em que o Brasil ficou sob o domínio espanhol, vigoraram as Ordenações Filipinas, em 1603. O conceito de poluição foi previsto de forma precursora, determinando a proibição a qualquer pessoa de que jogasse material que sujasse águas dos rios e lagoas; foram determinados programas de obras públicas para construção de pontes, calçadas; foi incentivado o plantio de árvores em terrenos baldios; manteve-se o crime de corte de árvore frutífera, com pena de degredo definitivo para o Brasil, bem como a proteção de determinados animais, cuja pena pela sua morte cruel também acarretava degredo definitivo (WAINER, 1996, 710).

Salienta-se a presença já naquela época, “da teoria da responsabilidade subjetiva pelo dano causado com “malícia” por animais a pomares vizinhos, e da responsabilidade objetiva para os danos causados pelo gado nos olivais vizinhos, sem culpa do dono ou de seu empregado” (WAINER, 1996, p. 711). Entretanto, apesar da legislação avançada para a época, infelizmente, ainda não se mostrava aprofundado o conceito de bem público, muito menos seu valor na vida da sociedade que se estabelecia no Brasil, como bem explica a autora Wainer:

O Padre Antônio Vieira, em seu *Sermões*, apresentava essa denúncia, quando avisava ao rei que seus próprios Ministros não vinham para as terras brasileiras buscar o bem, e sim, os bens. Anteriormente, da mesma forma, Duarte Coelho, a quem coube a Capitania de Pernambuco, em carta datada de dezembro de 1546, rogava ao rei que o livrasse dos degredados, que “nenhum fruto nem bem fazem na terra...” O Capitão não teve seu pedido atendido e os degredados não foram daqui afastados. E consequência, chegaram em nossas terras, grandes contingentes humanos de baixa qualidade intelectual e moral que se aventuravam a vir para cá trabalhar e se estabelecer (1996, p.712).

Outra norma do Brasil-Colônia considerada precursora foi o “Regimento sobre o pau-brasil” de 1605. Somente com a leitura da parte inicial da lei, percebe-se a tentativa protecionista que ela possui, ao determinar que a madeira é um “bem comum” dos moradores. Continha, inclusive, penas rígidas a quem cortasse madeira sem licença do Rei. Ao longo de todo o Brasil-Colônia essa preocupação com a madeira vigorou, mas a veiculação das normas e sua eficácia eram tarefas difíceis devido à grande extensão das terras, além de outros fatores como escreve a autora Wainer:

Mesmo após a independência do Brasil, as leis que visavam à conservação das florestas de nada valiam. Não existia uma conscientização coletiva, no

⁶ No contexto do império colonial português, tal termo era usado para significar a expulsão penal do criminoso do local onde o crime fora cometido, para outro local, muitas vezes o Brasil.

sentido de respeitá-las, fazendo com que fossem cumpridas. O problema era bilateral, pois estava tanto na falta de civismo do corpo administrativo, quanto na falta de civilidade por parte da população (1996, p.717-718).

Por outro lado, para alguns autores, sob o aspecto jurídico a preocupação com o meio ambiente sequer existia, tanto no período colonial quanto no imperial ou republicano. Os dispositivos isolados que existiam tinham mais um objetivo utilitarista, pois protegiam somente os recursos naturais que tivessem valoração econômica, como o Pau-Brasil, por exemplo (FARIAS, 2007).

Anos após a independência do Brasil, foi promulgado o primeiro Código Civil brasileiro, em 1º de Janeiro de 1916, que veio revogar expressamente as Ordenações. Da questão ambiental, o código não trata especificamente, mas nos seus artigos 554 e 555 há uma proteção do direito privado nos conflitos de vizinhança. Tais dispositivos atribuem “ao proprietário ou inquilino de um prédio o direito de impedir que o mau uso da propriedade vizinha possa prejudicar a segurança, o sossego e a saúde dos que o habitam” (SILVA, 2009, p.35), o que serviu sobremaneira para embasar ações que visavam a impedir a contaminação do meio ambiente pelas indústrias.

O artigo 584 do mesmo código também é considerado importante, pois proibia construções que tivessem o potencial de poluir ou inutilizar as águas de poço ou fonte alheia, que fossem de uso ordinário.

O Decreto 8.843 de 1911 criou a primeira reserva florestal do Brasil, no atual Estado do Acre. Mas foi a partir da década de 20, que surgiu uma legislação ambiental mais completa, a exemplo do Serviço Florestal do Brasil, criado pelo Decreto 4.421 em 1921, cujo objetivo era a conservação e aproveitamento das florestas. Além da promulgação do Regulamento de Saúde Pública, Decreto 16.300 de 1923, que criou uma Inspetoria de Higiene Industrial e Profissional, possuindo várias finalidades, dentre elas, licenciar todas as indústrias novas e impedir que houvesse algum tipo de prejuízo à saúde da vizinhança, promovendo o afastamento para zonas isoladas.

Diversas leis infraconstitucionais conferiram ampla proteção ambiental a partir de 1934: o Código de Águas, Decreto 24.643/34, que qualifica como ato ilícito a contaminação deliberada da água; no mesmo ano, o primeiro Código Florestal, Decreto 23.793/34; o Código de Pesca, DL 794 de 1938, ampliado pelo DL 221 em 1967; e o Código de Minas, DL 1985 de 1940, que ganhou nova redação pelo Código de Mineração em 1967.

Outra importante Lei foi a n. 4.771 de 1965, que instituiu o Código Florestal Brasileiro, o qual tratou de forma pioneira a proteção ambiental em um alto grau, tanto para ecossistemas florestais, quanto para outras formas de vegetação. Instituiu a Área de Preservação Permanente, cuja função é de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, etc.; e a Reserva Legal, área dentro de uma propriedade ou posse rural necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação, entre outros (BRASIL, Lei n.4771/1965). Para Figueiredo, “é inegável a importância da Lei 4.771/65 para a proteção da biodiversidade, em razão do papel que desempenha no exato delineamento da função social da propriedade em sua dimensão ambiental” (2012, p.323).

É notório que durante toda a história brasileira inúmeras leis de cunho ambiental foram apresentadas, entretanto, foi com a edição da Lei Federal 6.938 de 1981 que se instituiu o primeiro grande marco na legislação, ao dispor sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e definir de maneira avançada e inovadora conceitos, princípios e instrumentos cujos objetivos são a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Essa lei é considerada por muitos como o primeiro passo em direção à formação de um modelo jurídico-econômico que defendesse o meio ambiente.

Tal norma é emblemática por diversos aspectos, dentre eles: considera o meio ambiente patrimônio público, em razão de seu uso comum; determina os conceitos de meio ambiente⁷, de poluidor⁸ e de poluição⁹; institui o SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente – composto dos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, bem como o CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente – órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA, com diversas atribuições, como por exemplo: estabelecer padrões sobre níveis permitidos de ruído (Resolução 01/90) e regras para o licenciamento ambiental (Resolução 237/97); organiza os instrumentos da PNMA, como o zoneamento ambiental, o licenciamento, a avaliação de impactos ambientais, o incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso

⁷ O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, Lei n. 6.938/81, Art. 3º, I).

⁸ A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (BRASIL, Lei n. 6.938/81, Art. 3º, IV).

⁹ A degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (BRASIL, Lei n. 6.938/81, Art. 3º III);

racional e a proteção dos recursos ambientais; protege áreas ameaçadas através do Poder Público; sujeita os transgressores à responsabilidade objetiva¹⁰, e aos Princípios do Poluidor-Pagador e do Usuário-Pagador¹¹ (BRASIL, Lei n. 6938/81).

O segundo marco da nossa legislação foi a Lei 7.347 de 1985, que disciplinou a Ação Civil Pública como instrumento de defesa do meio ambiente e dos demais direitos difusos e coletivos, fazendo com que os danos ao meio ambiente pudessem efetivamente chegar ao judiciário, e pela iniciativa de qualquer pessoa, que pode provocar a iniciativa do Ministério Público ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção (BRASIL, Lei 7.347/85, Art. 6º).

Em 1986, a Resolução nº 001 do CONAMA deu norte a um dos mais importantes instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, o Estudo de Impacto Ambiental. Foram estabelecidos definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes para uso e implementação do EIA¹². O Art. 2º da Resolução traz um extenso rol de empreendimentos que necessitam da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório – RIMA, a exemplo das estradas de rodagem, ferrovias, portos, obras hidráulicas, aterros sanitários, etc. (BRASIL, Resolução n. 001/86, Art. 2º).

Outro marco legal brasileiro, o mais importante sem dúvidas, foi a Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo especial ao Meio Ambiente e ampliou o tema sob diversos modos. Ela apoiou-se em técnicas legislativas multifacetárias, reconhecendo o meio ambiente como bem jurídico autônomo e recepcionando-o na forma de sistema, e não como um conjunto fragmentado de elementos (BENJAMIN, 2007, p.74).

¹⁰ Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: § 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente (BRASIL, Lei n. 6938/81, Art. 14).

¹¹ Art. 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará: VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos (BRASIL, Lei n. 6938/81, Art.4º, VII).

¹² Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, Resolução n. 001/86).

De modo que no Artigo 225¹³ é que se encontra o núcleo principal da proteção do meio ambiente na Constituição; é o ponto de chegada, uma síntese, de uma série de outros dispositivos que instituem a ordem pública ambiental. É possível enxergar na Constituição, direitos, deveres e princípios ambientais substantivos, como por exemplo: o princípio da primariedade do meio ambiente, o princípio da explorabilidade limitada da propriedade (e dos recursos naturais), o princípio do uso sustentável dos recursos naturais, o princípio da prevenção, o princípio do poluidor-pagador, o do usuário-pagador e o princípio da função ecológica da propriedade; e de todo o sistema, extrai-se o princípio da precaução, que dita a cautela jurídica na diretriz das atividades (SARLET; FENSTERSEIFER, 2014, p.166).

A doutrina, de uma forma geral, considera a existência de um Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, sendo um dos novos direitos fundamentais. Tal direito foi reconhecido pela Declaração do Meio Ambiente, adotada pela Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, 1972; em seu Princípio número 1, que diz:

O Homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada e um meio cuja qualidade lhe permite levar uma

¹³ Art. 225. **Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.** § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - **preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas**; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV - **exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade**; V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI - **promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente**; VII - **proteger a fauna e a flora**, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. § 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. § 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. § 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. § 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. § 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 225) (grifei).

vida digna e gozar de um bem-estar e tem a solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações futuras (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

Além disso, a própria CF/88 lhe atribui essa titularidade, conforme assevera Benjamin:

A fundamentalidade do direito justifica-se, primeiro, em razão da estrutura normativa do tipo constitucional (“Todos têm direito ...”); segundo, na medida em que o rol do art. 5º, sede principal de direitos e garantias fundamentais, por força do seu § 2º, não é exaustivo (direitos fundamentais há – e muitos – que não estão contidos no art. 5º); terceiro, porquanto, sendo uma extensão material (pois salvaguarda suas bases ecológicas vitais) do direito à vida, garantido no art. 5º, caput, reflexamente, recebe deste as bênçãos e aconchego, como adverte a boa lição de Nicolao Dino, segundo a qual “o direito ao meio ambiente caracteriza-se como um corolário do direito à vida”(BENJAMIN, 2007).

Portanto, por ser o meio ambiente sadio e equilibrado um direito atrelado profundamente à própria proteção à vida e à saúde, à salvaguarda da dignidade da pessoa humana e à função social/ecológica da propriedade, é considerado Fundamental, não podendo ser desprezado ou alienado. É também direito de terceira geração, construído com base na fraternidade e na solidariedade. Está entre os direitos que não se destinam especificamente à proteção de interesses individuais, de um grupo ou de um determinado Estado, e sim, tem como destinatário o gênero humano, e a sua existência. Ainda, conforme ensinamento de Benjamin:

Trata-se de direito, como atrás visto, com estrutura bifronte, a um só tempo negativa – associado a um *non facere* – e positiva, isto é, um direito que comanda prestações positivas do Estado e da sociedade. É direito de exercício coletivo (art. 129, III, e § 1º), mas também individual, não se perdendo a característica unitária do bem jurídico ambiental – cuja titularidade reside na comunidade (“todos”) – ao reconhecer-se um direito subjetivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (2007).

Assim, por ser um direito que assiste indeterminadamente a todo ser humano, justifica-se essa obrigação, que incumbe ao Estado e à coletividade, de proteger e preservar o meio ambiente em benefício da presente e futura existência humana. Dessa forma, reconhece-se uma norma que, além de proteger um direito atribuído a todos, “(...) também fixa a todos os titulares deveres e, principalmente, assegura a proteção de poderes de titularidade coletiva atribuídos à coletividade, não os limitando ao exercício exclusivo por iniciativa dos Poderes Públicos” (FLORES; DORNELES, 2011, p.12).

Dez anos após a promulgação da Constituição, surge a Lei 9.605/98 - Lei dos Crimes Ambientais – na qual se pode notar um avanço considerável no que diz respeito à tutela administrativa e penal ambiental. Na Constituição Federal, em seu artigo 225,

§3º, há a possibilidade de o poluidor ser simultaneamente responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal; também o artigo 14º, §1, da Lei em questão, enfatiza tal possibilidade. No que tange à esfera administrativa, a LCA unificou as sanções cabíveis. No tocante aos aspectos criminais, por mais que tenha sido essa a intenção do legislador, eles não foram reunidos somente em um diploma, e a LCA não determina penas muito elevadas (MARCHESAN *et al.*, 2004, p.145). Entretanto, essa lei regulamentou instrumentos importantes como a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica¹⁴ e a responsabilização da pessoa jurídica¹⁵.

Em 1999, editou-se a Lei 9.795 – Lei da Educação Ambiental, importante por conceituar o termo “Educação Ambiental”¹⁶, traçar seus princípios básicos, e impor sua obrigatoriedade no Ensino Escolar, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental. Em síntese, a Lei 9.795/99 traz as linhas gerais do que se trata a Educação Ambiental, traçando ainda a forma pela qual deve ser trabalhada no ensino formal.

Logo no ano seguinte, mais uma essencial lei foi introduzida no ordenamento brasileiro, a Lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional das Unidades de Conservação. Os espaços especialmente protegidos pelo Poder Público são considerados como instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, consoante artigo 9º, VI, da Lei 6.938/81; a Lei do SNUC é o primeiro diploma legal que busca elencar e definir as diferentes categorias de Unidades de Conservação. Agora, entende-se por Unidade de Conservação:

o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, Lei n. 9.985/00, Art. 2º, I).

As modalidades de UCs são divididas em de Proteção Integral e de Uso Sustentável; no primeiro critério encontram-se as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios da vida

¹⁴ Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente (BRASIL, Lei n. 9.605/98, Art. 4º).

¹⁵ Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato (BRASIL, Lei n. 9.605/98, Art. 3º).

¹⁶ Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, Lei 9.795/99, Art. 1º).

Silvestre; que têm por objetivo principal a preservação da natureza e o uso indireto dos recursos naturais, pois não envolve coleta, consumo, dano ou nenhum tipo de destruição (BRASIL, Lei n. 9.985/00, Art. 8º).

Já na categoria de Uso Sustentável, o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais, e envolve o uso direto, como a coleta, comercial ou não, dos recursos naturais. São sete modalidades dentro dessa categoria: Área de Proteção Ambiental - APA, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva extrativista, Reserva de desenvolvimento Sustentável, Floresta Nacional, Reserva da Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural -RPPN (BRASIL, Lei n. 9.985/00, Art. 14º).

Em 2001, o Estatuto das Cidades, Lei n. 10.257, foi editado, estabelecendo “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, Lei n. 10.257/01, Art. 1º, parágrafo único). Ele estabelece instrumentos para que as cidades possam buscar seu desenvolvimento; dentre eles está o Plano Diretor, considerado o mais importante deles. É aprovado por lei municipal, sendo o “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, Lei n. 10.257/01, Art. 40). O Estatuto tende a promover a sustentabilidade¹⁷ ambiental das cidades como diretriz para o planejamento urbano.

Poucos anos mais tarde, surge a Lei de Biossegurança n. 11.105 de 2005, revogando a Lei no 8.974, de 1995, que já estabelecia normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados. A presente norma legisla sobre assuntos polêmicos, envolvendo a relação entre os temas tecnologia/risco/homem. Seu foco, portanto, são os riscos relativos às técnicas de manipulação de organismos geneticamente modificados, e os procedimentos que devem ser adotados para que se evitem tais riscos. O órgão regulador dessa Lei é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança¹⁸, integrada por profissionais de diversas

¹⁷ Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, Lei n. 10.257/01, Art. 2º);

¹⁸ Art. 10. A CTNBio, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, é instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, para prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da PNB de OGM e seus derivados, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, com base

especialidades, e por membros de órgãos como o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o Ministério da Saúde.

Em 2006, cria-se a Gestão de Florestas Públicas, pela lei n. 11.284, que estabelece a forma para a gestão de florestas públicas para o uso sustentável e cria o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF); cujos princípios são, dentre outros: conservar as florestas (biodiversidade, solo e água, etc.); respeitar o direito da população; incentivar a agregação de valor ao local; garantir condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo (BRASIL, Lei n. 11.284/06, Art. 2º).

A gestão florestal possui três modalidades: a criação de Unidades de Conservação, a destinação às comunidades locais e a concessão Florestal. Dentre as atribuições do Serviço Florestal Brasileiro, que é um órgão autônomo da administração direta vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, estão: exercer a função de órgão gestor do sistema de florestas públicas; gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica na área florestal; estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis; dentre outras.

Posteriormente, foi aprovada pelo Congresso Nacional após 14 anos de tramitação, a Lei da Mata Atlântica – Lei n. 11.428/06 – a qual dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, que, desde a Constituição Federal de 1988, foi definido como “patrimônio nacional”. Um dos pontos importantes da lei, diz respeito aos incentivos econômicos em favorecimento da conservação e utilização sustentável do bioma (BRASIL, Lei n. 11.428/06, Art. 33), além da instituição do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, destinado ao financiamento de projetos de restauração ambiental e de pesquisa científica (BRASIL, Lei n. 11.428/06, Art. 36). Assim, define-se a conservação da vegetação em qualquer estágio de regeneração da Mata Atlântica, cumprindo sua função social e o interesse público.

Por último, a Lei n. 12.651/12 instituiu o novo Código Florestal Brasileiro, revogando a Lei 4.771 de 1965, e trouxe, mais uma vez, os conceitos importantes de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente.

na avaliação de seu risco zoonossanitário, à saúde humana e ao meio ambiente. Parágrafo único. A CTNBio deverá acompanhar o desenvolvimento e o progresso técnico e científico nas áreas de biossegurança, biotecnologia, bioética e afins, com o objetivo de aumentar sua capacitação para a proteção da saúde humana, dos animais e das plantas e do meio ambiente (BRASIL, 11.105/05, Art. 10º).

As APPs, tratadas do artigo 4º ao 9º, são áreas que não podem ser exploradas economicamente, sendo permitido somente o acesso de pessoas para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental. Considera-se APP, por força de lei, a simples localização da área no entorno de nascentes, nas faixas marginais de rios (mata ciliar), nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; nos manguezais, em toda a sua extensão, entre outros; assim como, podem ser constituídas por interesse do órgão público¹⁹. Autoriza-se a intervenção e supressão de vegetação nativa de APP em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda (Lei n. 12.651/12 ,Art. 8º, §2º).

Já nas Reservas Legais, admite-se a exploração econômica mediante o manejo sustentável, e com aprovação prévia do órgão competente do SISNAMA, nas modalidades: sem propósito comercial para consumo na propriedade; para exploração florestal com propósito comercial.

O novo Código Florestal merece muitas críticas, pois é tido como um retrocesso legal, na medida em que flexibilizou inúmeros instrumentos normativos. Comparando com o código florestal anterior, ele “aumentou as hipóteses excepcionais de utilidade pública e de interesse social, aptos a autorizar intervenções em APPs”, e permitiu que se intervenha nas APPs, nos casos de utilidade pública e de interesse social, não mais se exigindo a comprovação de inexistência de alternativa locacional; citando somente alguns exemplos da sua flexibilização (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2014, p.71).

Outra norma, que se aprovada pelo Senado Federal caracterizará gigante retrocesso legal, é o PL 4148 de 2008, o qual tenta desobrigar a exigência imposta pelo Decreto 4.680/03, de haver nos rótulos das embalagens de alimentos que apresentem mais de 1% de organismos geneticamente modificados, como óleo de soja, por exemplo, o símbolo da transgenia (CÂMARA DOS DEPUTADOS). Retirar essa

¹⁹ Art. 6º - Consideram-se, ainda, de preservação permanente, **quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo**, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades: I - conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha; II - proteger as restingas ou veredas; III - proteger várzeas; IV - abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção; V - proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico; VI - formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; VII - assegurar condições de bem-estar público; VIII - auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares. IX - proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional (BRASIL, Lei. Lei n. 12.651/12) (grifei).

informação das embalagens afasta também, o direito do consumidor de poder escolher, violando o direito à informação, à alimentação saudável e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantidos no Código de Defesa do Consumidor e na Constituição Federal de 1988, e ainda, esquece o compromisso firmado no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. O PL foi proposto pela bancada ruralista do congresso, sob o argumento de que “o símbolo é um inibidor do consumo” (FOLHA DE S. PAULO).

A proibição do retrocesso legal é uma garantia constitucional e relaciona-se ao “princípio da segurança jurídica, da proteção da confiança ou mesmo de previsibilidade no enquadramento normativo das relações jurídicas”. Pode ser entendido também, como “uma garantia constitucional do cidadão contra o órgão legislador no intuito de guardar o seus direitos fundamentais consagrados pela Constituição” (FENSTERSEIFER, 2008, p. 258).

Após a pesquisa e as considerações traçadas sobre a evolução legislativa brasileira, pode-se concluir que o Brasil possui um ordenamento ambiental de bastante relevância. Entretanto, constata-se que o avanço das leis em determinadas épocas não foi suficiente para proteger o bem ambiental, em virtude da falta de conscientização e valorização por parte da população. Nesse ponto, “o individualismos e a ganância de certos segmentos da sociedade se sobrepuseram ao interesse coletivo” (WAINER, 2011, p.720). Mas, pode-se afirmar que a necessidade de proteção ao meio ambiente e o estudo do bem tutelado cada vez mais assumem relevância no Direito, e na consciência das pessoas.

Feitas essas considerações sobre a evolução da legislação ambiental brasileira, passa-se no próximo capítulo ao estudo mais aprofundado da proteção da fauna no ordenamento jurídico pátrio.

3 A PROTEÇÃO DA FAUNA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Depois de analisar a legislação ambiental, é necessário estudar no presente capítulo, o entendimento sobre a relação entre animais humanos e não humanos, sua evolução histórica, e a relação de ambos com o ambiente, e assim, serão apresentadas as correntes da ética ambiental, como por exemplo, o abolicionismo e o neoutilitarismo. Diferentes escritores falam sobre a defesa dos animais, e inúmeras são as opiniões entre a sociedade, sendo um tema que necessita de um grande debate.

Diversas leis brasileiras que também focam na proteção dos animais, serão estudadas, pois se direcionam à fauna de uma maneira específica; juntamente com as jurisprudências paradigmáticas que ajudaram na busca por uma maior proteção dos animais. A Lei dos Crimes Ambientais, n. 9.605 de 1998, por exemplo, editou um capítulo exclusivo dedicado aos crimes contra a fauna. Responsável por uma grande evolução no que diz respeito às penalidades impostas; ela tipifica não somente a caça sem licença, como também, o tráfico de peles e couros, a introdução não autorizada de espécime animal no país e maus tratos de animais (BRASIL, Lei n. 9.605/98). O Art. 32 dessa lei é considerado de extrema importância no que tange a proteção da fauna, pois proíbe a crueldade contra os animais, aliado ao mandamento expresso da Constituição Federal, estabelecendo mais um rompimento com o paradigma antropocêntrico.

3.1 AS CORRENTES DA ÉTICA AMBIENTAL E A DEFESA ANIMAL

Na medida em que a sociedade conscientizou-se da importância do bem ambiental e da necessidade de mudança de paradigma, o antropocentrismo, que se caracteriza pela preocupação exclusiva com o bem estar do homem e pela exploração da natureza em seu benefício, viu-se enfraquecido. Questiona-se esse excessivo antropocentrismo à luz dos novos valores ecológicos e correntes éticas que estão se concretizando constantemente; não mais se aceitam tais aspectos, devido a atual conjuntura tecnológica do mundo e ao nível ético moral racional ao qual se quer alcançar. Conforme inteligência de Medeiros, para se alcançar o entendimento sobre a relação entre animais humanos e não humanos, e a relação de ambos com o ambiente, não se pode deixar de analisar as correntes da ética ambiental (MEDEIROS, 2013, p.34).

Pode-se dizer que o antropocentrismo tradicional encontra uma de suas raízes nos tempos bíblicos, o que fica claro no trecho sobre a criação do mundo, o Gênesis: “e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra”. Para Leite e Ferreira, essa passagem foi considerada por muito tempo como um dos fundamentos para a visão antropocêntrica, “na medida em que se entendia que Deus teria outorgado no homem o domínio sobre todas as outras criaturas vivas, sendo somente o ser humano criado à sua imagem e semelhança” (2004, p.28). Até hoje, o homem se considera superior aos outros animais, o que é evidente ao se analisar as práticas da caça esportiva, da produção das roupas com peles animais, da domesticação de diversas espécies, dentre outras.

Na Grécia antiga, também se encontram pensadores que favoreceram o paradigma antropocêntrico; para Prada, “o germe do antropocentrismo está na Grécia antiga” (2007, p.16). A começar por Aristóteles, que acreditava na existência de uma cadeia hierárquica entre todos os seres vivos, cada um possuindo uma utilidade específica que deveria servir ao ser hierarquicamente superior, estando o Homem no ápice da pirâmide. Nessa linha também pensava Hesíodo, o qual acreditava que a natureza irracional não necessitava de direitos, tornando a ideia da inferioridade do animal não humano hegemônica na filosofia grega (BAHIA, 2004, p.76).

No século XVII, tivemos uma revolução científica com a descoberta por Galileu e Copérnico de que o Sol não girava ao entorno da Terra, e sim, ao contrário. Ao mesmo tempo em que tal descoberta acabou com o geocentrismo e contribuiu para uma revolução no pensamento dos homens da época, para Ost, essa mudança só acarretou na “verdadeira viragem no movimento progressivo de apropriação da natureza pela espécie humana” (OST, 1995, p.35); considerando, ainda:

Colocando a Terra em movimento, Copérnico e Galileu não se contentavam em desmentir a astronomia ptolemaica e a física aristotélica; eles privavam o homem da referência estável, geocêntrica, que durante séculos havia ancorado solidamente a visão de mundo dominante. A partir de agora condenado a errante cósmico, iria o homem perder o seu lugar e o seu papel no Universo? Aconteceu precisamente o contrário; como se, por se saber liberto dos vínculos naturais que lhe designavam um lugar fixo e imutável no Universo, o homem não descansasse, a partir de agora, enquanto não compreendesse e dominasse esse movimento. A sua grandeza tem a ver com a consciência da sua limitação, a sua força com a exploração que seria capaz de fazer dos seus limites (OST, 1995, p. 36).

Essa revolução científica atribuiu à ciência um caráter relativista, ou seja, todo o conhecimento pode ser revisto, e também a libertou das amarras da religião. No mesmo século, Descartes estabeleceu o dualismo entre corpo e alma, o que acabou por afastar a possibilidade de existência de alma nos animais, como também, afirmou que seus corpos seriam constituídos perfeitamente apenas por terem origem divina, comparando seus órgãos às peças de um relógio (BAHIA, 2004, p.79). A concepção cartesiana é considerada mecanicista, reducionista e materialista; focalizando seu interesse na máquina corporal, excluindo coisas como alma e espírito (PRADA, 2007, p.20).

Kant também é importante ao analisarmos sua contribuição com a matriz filosófica da concepção da dignidade humana, caracterizada pela individualidade e pelo antropocentrismo. Sua ideia principal é a de que “o ser humano não pode ser empregado como simples meio (ou seja) objeto para a satisfação de qualquer vontade alheia, mas sempre deve ser tomado como fim em si mesmo (ou seja, sujeito)” (FENSTERSEIFER, 2008, p.36). Para Sarlet, dignidade é:

[...] um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável da própria e nos destinos da própria existência e da vida em comunhão (SARLET, 2008, p.63).

Ao se questionar o antropocentrismo, portanto, é preciso repensar principalmente a concepção kantiana, a fim de ampliá-la para além do ser humano e atribuir valor intrínseco, ou seja, dignidade, também às outras formas de vida, qual seja, à vida de um modo geral. Fensterseifer considera ainda sobre o tema:

(...) os desenvolvimentos em torno da natureza relacional e comunicativa da dignidade da pessoa humana contribuem para a superação de uma concepção eminentemente especistas (biológica) e, portanto, necessariamente reducionista e vulnerável (...). A atribuição de “dignidade” a outras formas de vida ou à vida em termos gerais transporta a ideia de respeito e responsabilidade que deve pautar o comportamento do ser humano para com tais manifestações existenciais (2008, p. 41).

Foi ainda no período moderno, que se ergueram tentativas por parte de alguns cientistas e intelectuais de “romper a rígida fronteira que os teóricos anteriores procuravam construir entre homens e animais” (BAHIA, 2004, p.80). Em 1789, o filósofo Jeremy Bentham lançou as bases para a tomada de posicionamento dos defensores dos animais, escrevendo em uma época em que os escravos negros haviam sido libertados pelos franceses, mas ainda estavam sendo tratados nos domínios

britânicos, de tal maneira como os seres humanos têm tratado os animais. Para Bentham (1789 *apud* SINGER, 2002, p.53), “a questão não é: ‘eles são capazes de raciocinar?’ Nem tampouco seria: ‘eles são capazes de falar?’ A questão é: ‘eles são capazes de sofrer?’”.

Essa nova maneira de pensar, fez nascer diversas teorias que procuram entender a relação homem-natureza-animal. Autores como Leite e Ferreira defendem o conceito de “antropocentrismo alargado”, considerando-o como uma visão que protege o meio ambiente, “independentemente da possibilidade de aproveitamento pelo homem”, e que substituiu o cunho estritamente econômico do antropocentrismo tradicional (2004, p. 30). Observa-se, também, uma preocupação intergeracional que não se apresentava na visão anterior; buscando garantir aos que ainda virão, o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Para Medeiros, que denomina o antropocentrismo alargado de moderado; há de fato, a defesa ambiental nessa corrente, mas ainda permanece um valor instrumental ou utilitário, visto que é ainda pensando estritamente no Homem, que se defende a proteção da natureza. A autora afirma, que o antropocentrismo moderado “admite que somente os animais humanos sejam moralmente relevantes, mas que fazem parte de um todo e que esse todo, nessa medida, deve ser protegido” (MEDEIROS, 2013, p. 35).

A mesma autora ainda propõe outra denominação para o antropocentrismo tradicional, chamando-o de antropocentrismo radical. Tal corrente se caracteriza por um especismo profundo, - assim como foram o racismo e sexismo - e pela visão de que os animais não humanos estão em um patamar especial, ou seja, a vida humana possuiria um valor singular, ao passo que as vidas não humanas, teriam pouco ou nenhum valor moral, sendo considerados propriedades ou recursos para o ser humano (MEDEIROS, 2013, p. 35). Para a autora Felipe, o legado antropocêntrico-especista impede a defesa da preservação da vida pelo seu valor inerente, pois “tudo o que é vivo e não pertence à natureza humana é visto como instrumento para benefício desta espécie” (FELIPE, 2008, p.61).

Com a crescente preocupação com o bem ambiental e em decorrência da reação mundial direcionada à preservação do meio natural, correntes filosóficas surgiram em defesa do ponto de vista do ambiente. A começar com a *deep ecology*²⁰, onde se adota a

²⁰ A expressão *ecologia profunda* foi criada durante a década de 1970 pelo filósofo norueguês Arne Naess, em oposição ao que ele chama de "ecologia superficial" ou "ecologia rasa" – isto é, a visão

interdependência fundamental do universo, não o considerando como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos interconectados e interdependentes; reconhecendo-se o valor intrínseco de todos os seres vivos, atribuindo dignidade para a natureza (LOVATTO *et al.*, 2011, p.127).

No âmbito da “ecologia profunda”, duas posições são consideradas: o Biocentrismo e o Ecocentrismo. A primeira vertente é totalmente voltada aos seres vivos e, ao mesmo tempo em que privilegia a posse da senciência²¹ como condição suficiente para o dever de consideração, vai mais além, como explica Medeiros:

O biocêntrismo sustenta que todos os seres vivos são moralmente consideráveis, merecedores de respeito e fins em si mesmos e, desse modo, tem-se obrigações morais com eles. O biocêntrismo, enquanto corrente ética, engloba para além dos animais humanos e não humanos, as plantas, os organismos unicelulares e, em uma leitura aberta, até mesmo os vírus e bactérias (2013, p.37).

Para os defensores do Biocentrismo, todas as formas de vida são importantes, e o tratamento diferente dado aos seres vivos humanos, em detrimento daquele dado aos não humanos, deve ser rejeitado; “lançam-se, pois, na direção de uma percepção ecológica da ética, uma percepção que dilui o homem na natureza” (SOARES, 2011).

A segunda corrente é a do Ecocentrismo, muitas vezes associada ao holismo²², a uma visão sistêmica, sendo “considerado o passo seguinte na expansão ética do círculo da considerabilidade moral” (MEDEIROS, 2013, p.37). O ecossistema é tido como um todo para essa vertente, possuindo as características de harmonia, sistema, diversidade de partes, estabilidade, autorregulação e integridade. Por conseguinte, a ética da consideração deve abranger a totalidade dos ecossistemas terrestres.

Com a visão holística de proteção, “o ambiente passa a ser protegido de maneira integral, vale dizer, como sistema ecológico integrado (resguardando-se as partes a partir do todo) e com autonomia valorativa (é, em si mesmo, bem jurídico)” (ABREU; BUSSINGUER, 2013, p.08).

convencional segundo a qual o meio ambiente deve ser preservado apenas por causa da sua importância para o ser humano (CAPRA *apud* BAHIA, 2004, p.83).

²¹ “O Sensocentrismo (a ética centrada nos animais), também denominada de *pathocentrismo*, reafirma a consideração de valor aos animais não humanos. Assim, todos, também, os animais não humanos com estados de consciência subjetivos, ou seja, aqueles que são capazes de experienciar sofrimento, sentir dor ou bem-estar, sendo seres sencientes, devem ser considerados” (MEDEIROS, 2013, p.36).

²² “De acordo com a visão holista, existe uma interdependência entre todos os fenômenos e tanto os seres humanos quanto as sociedades fazem parte dos processos cíclicos da natureza” (BAHIA, 2004, p.84).

Embasados por essas correntes éticas e nas descobertas científicas que sepultaram a tese da singularidade humana, surgiram diversos autores a favor da defesa dos animais não humanos; sempre em busca, embora com teorias diferentes, de um desenvolvimento nas relações entre homens e animais, levando em conta uma “ética de reciprocidade” (BAHIA, 2004, p.85). A relação entre as espécies é pré-histórica, entretanto, a preocupação da sociedade com o futuro que será atribuído aos animais e com seu futuro em si, só tomou grandes proporções com os movimentos filosóficos, jurídicos e sociais, a partir do século passado (MEDEIROS, 2013, p.139). Para Medeiros:

O grande problema envolvendo o animal humano como centro de todas as relações (e aqui a que se destaca é a relação jurídica) é o fato de que o homem acaba por não ter ponto de referência, ele mesmo acaba por ter de determinar seu lugar no mundo. Diante da defesa de uma teoria de antropocentrismo radical, a crítica que se faz centra-se no fato de ter o animal humano que determinar o que é propriamente humano. E aqui surge, portanto, a proposta necessária de se fazer transcender o homem como centro e reconhecer o homem como parte dessa grande teia da vida (2013, p.140).

Por tal motivo, dá-se a extrema dificuldade de superar o paradigma antropocêntrico, visto que é sempre a partir do homem que se criam as regras, que se atribuem consideração e interesses aos outros seres, e assim por diante. Sendo necessário, portanto, uma completa transformação na racionalidade humana, na sua forma de pensar. Pode-se dizer, que o tratamento dispensado aos animais se legitima no fato de serem tratados na legislação civil como bens e coisas; ou até, em razão das diferenças que separam humanos e não humanos, como a capacidade da fala, do raciocínio, etc.

Uma das correntes filosóficas que se propõe a defender os animais é a do “bem estar animal”. Tal corrente aceita a exploração animal, porém de uma forma mitigada, ou seja, desde que haja uma regulamentação para o uso animal e através da humanidade; os defensores perseguem uma legislação que previna a crueldade. Sobre esse viés, Francione tece críticas ao “bem-estarismo” criando o conceito de “esquizofrenia moral”, o qual significa que o ser humano, ao passo que reivindica por um tratamento melhor aos animais, e muitas vezes os considera como membros de suas famílias, dando-lhes consideração moral; contrariamente, devido ao fato de serem considerados como propriedade, o animal ainda permanece como coisa, cujos interesses protegem-se somente quando houver alguma benefício em contrapartida (FRANCIONE, 2004, *apud* MEDEIROS, 2013, p.143).

Os “bem-estaristas” criticam as formas tradicionais de uso de animais e defendem reformas no sistema que vigora a benefício estritamente humano. Em relação à pesquisa experimental realizada com animais, eles defendem o uso dos critérios conhecidos como 3R – *Replacement*, *Refinement* e *Reduction* (substituição, refinamento e redução) -, ou seja, devem-se usar métodos substitutivos daqueles usados com o animal-vivo (FELIPE, 2008, p. 66).

O neoutilitarismo foi bastante criticado por aqueles que defendem direitos aos animais e sua total libertação; não aceitando a ideia de somente defender o bem estar animal. O que os adeptos dessa corrente buscam é a abolição do uso animal para qualquer benefício humano, por esse motivo chamados de “abolicionistas”. Eles entendem que esses seres possuem um valor inerente e, sendo assim, precisam ser respeitados. Conforme entendimento da autora Felipe:

A argumentação abolicionista critica a filosofia moral tradicional por discriminar animais ao classificar as espécies de vida em “superiores e inferiores” e colocar as não-humanas abaixo da humana, alegando que aquelas não possuem razão, pensamento, consciência, linguagem, etc. Os abolicionistas propõem o fim de todas as formas institucionalizadas de exploração animal. Eles reconhecem que os sujeitos morais agentes têm deveres não apenas negativos, de não-maleficência, mas também positivos, de beneficência para com os animais dotados de *senciência* (Peter Singer), *sujeitos-de-uma-vida* (Tom Regan) (FELIPE, 2008, p. 66).

Tom Regan cria a tese dos direitos dos animais, classificando esses direitos como direitos morais, direitos legais, direitos positivos e direitos negativos, atendo-se à análise apenas dos últimos, visto que os direitos morais, ao contrário dos legais, são universais, não dependendo de leis ou princípios constitucionais para serem válidos. Esses direitos são o direito à vida, à integridade física e à liberdade, e possuem o objetivo de limitar liberdades de outros agentes, bem como são direitos possuídos voluntariamente, sem a necessidade de atos de vontade. São portadores desses direitos todos os seres que possuem um valor inerente, capazes de agir intencionalmente, de lembrar, de ter preferências, de manifestar emoções, entre outros (BAHIA, 2004, p.89-90).

Nessa linha, para o autor, os animais devem possuir esses mesmos direitos morais básicos que os seres humanos possuem, pois é justo que se atribua a todos os indivíduos que apresentem um valor intrínseco, o mesmo respeito, a fim de poderem ser considerados como sujeitos de uma vida (REGAN, 1983 *apud* BAHIA, 2004, p.90).

Tanto a corrente do bem-estarismo como a do abolicionismo, buscam pela melhoria da consideração dos seres humanos para com os animais. Mesmo que baseadas

em duas teses distintas, não há que se falar que uma contraria a outra, e sim, que a teoria do bem-estar animal seria um estágio para se alcançar o benefício abolicionista e consequentemente a libertação animal (MEDEIROS, 2013, p.144).

Peter Singer também acredita nessa corrente. Publicou em 1975, o livro “Libertação Animal”, no qual se parte do princípio fundamental da igualdade, para embasar a igualdade entre todos os seres humanos, e para atribuir também, fundamentalidade ao “princípio da igual consideração de interesses”. Para o autor, ao aceitar-se o princípio da igualdade como um concreto embasamento moral para as relações com outros seres de mesma espécie, “também somos obrigados a aceitá-la como uma sólida base moral para as relações com aqueles que não pertencem à nossa espécie: os animais não-humanos” (SINGER, 1998, p.65). Diz ainda:

como implicação deste princípio de igualdade, a nossa preocupação pelos outros e a nossa prontidão em considerar os seus interesses **não deverão depender do seu aspecto ou das capacidades que possuam**. O que a nossa preocupação e consideração nos exigem poderá variar precisamente de acordo com as características daqueles que serão afetados pelo que fazemos: a preocupação relativamente ao bem-estar das crianças que crescem na América exigirá que as ensinemos a ler; a preocupação com o bem-estar dos porcos poderá exigir que os deixemos uns com os outros, num local onde exista alimentação adequada e eles tenham espaço suficiente para correr livremente. **Mas o elemento básico - tomar em consideração os interesses do ser, sejam estes quais forem - deve, segundo o princípio da igualdade, ser ampliado a todos os seres, negros ou brancos, masculinos ou femininos, humanos ou não humanos** (SINGER, 1975, p. 22) (grifei).

A preocupação do ser humano para com os outros, portanto, não deve depender das aptidões que possuem; e o fato de não serem de mesma raça, não os dá direito de explorá-las, “da mesma forma, que o fato de algumas pessoas serem menos inteligentes que outras não significa que os seus interesses possam ser colocados em segundo plano” (SINGER, 1998, p.66). A constatação da existência de diferenças entre homens e animais, sejam elas físicas, intelectuais ou de capacidade racional, legitimou o preconceito contra estes, criando o chamado “especismo”, caracterizado como uma tendência de alguém em favor dos interesses de sua própria espécie em detrimento das outras (LEITE; et al, 2015, p.384).

Para o Singer, a característica fundamental e prévia para que se atribua a um ser “o direito à igual consideração de interesses”, ideia central de seu pensamento, é a capacidade de sofrimento; “se um ser sofre, não pode haver nenhuma justificativa de ordem moral para nos recusarmos a levar esse sofrimento em consideração” (SINGER, 1998, p.67). Ele defende que o limite de sensibilidade deve ser o único limite

defensável, pois ao usarem-se outros limites, como a cor da pele ou a inteligência, estar-se-ia entrando no âmbito da arbitrariedade.

O autor, ainda, compara os racistas com os especistas, ao que passo que aqueles “violam o princípio da igualdade ao darem maior importância aos interesses dos membros de sua raça”, à exemplo dos racistas de descendência europeia, que não admitiram que a dor sentida nos escravos africanos era a mesma sentida por eles; da mesma forma que esses, ao não admitirem “que a dor é tão má quando sentida por porcos ou ratos como quando são os seres humanos que a sentem” (SINGER, 1998, p.68).

Resulta da análise realizada a necessidade de uma legislação mais eficiente e protetiva, voltada para uma dever de proteção dos animais e da fauna em geral, e não somente aos interesses do homem; atendendo, assim, os anseios das correntes éticas e filosóficas que tratam do tema. Tal assunto será analisado a seguir, traçando-se um panorama em relação à Constituição Brasileira e a legislação no que tange à fauna.

3.2 A PROTEÇÃO DA FAUNA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Imperioso começar esta análise com a definição do que se entende por “fauna”. Em sentido *lato*, ela refere-se ao conjunto de todos os animais de uma determinada região ou período geológico, compreendendo a fauna aquática, a fauna das árvores e do solo e a fauna silvestre (SILVA, 2009, p. 195).

Essa última categoria é distinguida na legislação entre fauna silvestre brasileira, composta de todos os animais de espécie nativa, migratória ou outras, sendo aquáticas ou terrestres, que possuam seu ciclo de vida limitado ao território brasileiro ou águas brasileiras; fauna silvestre exótica, compreendida por todos aqueles animais cuja distribuição geográfica não inclui o território ou águas brasileiros, bem como as espécies introduzidas aqui pelo homem, ou que tenham sido inseridas em território estrangeiro e posteriormente entrado no Brasil; e fauna doméstica, constituída das espécies que se tornaram domésticas em decorrência de processos e manejos zootécnicos e apresentam estreita dependência do homem (SILVA, 2009, p.296).

Para Machado, a diferenciação feita na lei entre fauna silvestre e doméstica é na realidade, a vida em liberdade, natural, ou seja, fora do cativeiro; e não exclusivamente quer dizer que fauna silvestre está na selva (2003, p.729).

Milaré discorre também sobre as inúmeras subdivisões da fauna, diferenciando em terrestre, aquela que vive nas superfícies sólidas da Terra; em aquática, sendo aquela que habita o meio líquido, oceanos, rios e lagos; bem como a fauna abissal, que se encontra nas grandes profundezas, como os zooplânctons, por exemplo (2004, p.203).

Nas Constituições anteriores a de 1988, não se tinha essa denominação “fauna”, havendo somente o termo “caça”. A Constituição de 1934 conferiu à União competência exclusiva para legislar sobre a caça e pesca e a sua exploração²³, e assim se manteve nas Constituições subsequentes. A Constituição de 1988 foi a responsável por inaugurar uma tutela constitucional quanto à proteção da fauna.

Logo que a Assembleia Constituinte foi empossada em 1987, movimentos em defesa dos animais se mobilizaram em busca da inclusão da proteção animal na Constituição. O Deputado Federal Fábio Feldman, eleito por São Paulo, foi o articulador dos segmentos interessados em participar da elaboração da redação do art. 225, sobre o meio ambiente, na Constituição Federal de 1988 (DIAS, 2007, p.160). A Liga de Prevenção a Crueldade Animal – LPCA, cuja presidência compete a Edna Cardozo Dias, defendeu a redação do art. 225 juntamente com o relator da CF, Bernardo Cabra. Para a autora, a proteção animal é uma garantia constitucional (2007, p.161).

A Constituição orienta em três direções a proteção da fauna, como bem explica Machado:

Veda práticas que coloquem em risco a sua função ecológica (essas práticas podem ser desde a aplicação de pesticidas, o desmatamento ou a destruição dos habitats); práticas que provoquem a extinção das espécies (além das práticas anteriores, mencionamos a abertura da caça em temporada inadequada) e práticas que submetam os animais à crueldade (1998, p.77).

A fauna, considerada como propriedade do Estado pela Lei n. 5.197/67²⁴, é na verdade, bem difuso, pertencente a toda coletividade e de uso comum do povo. Essa “propriedade” não se confunde com a de um bem patrimonial público, pois a fauna não se encontra entre os bens da União, não sendo, portanto, de seu domínio patrimonial em que possa gozar e dispor (FIGUEIREDO, 2012, p.353). Também, a União não é mais exclusivamente competente para legislar sobre o tema, e sim, assumem competência

²³ Art. 5º - Compete privativamente à União: XIX - legislar sobre: j) bens do domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e a sua exploração; (BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1934).

²⁴ Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (BRASIL, Lei n. 5.197/67, Art. 1º).

concorrente com ela, os Estados e o Distrito Federal, conforme art. 24, inciso VI; sendo, ainda, de competência comum entre esses entes e os Municípios, preservar a fauna, bem como a flora, consoante art. 23, VII (BRASIL, Lei n. 5.197/67, Art. 23º, 24º).

É tratada no texto constitucional, por conseguinte, como componente de ecossistemas, e por isso, é objeto de proteção. Machado acentua que o direito ao meio ambiente equilibrado, analisando a questão ecológica, “consubstancia-se na conservação das propriedades e das funções naturais desse meio, de forma a permitir a existência, a evolução e o desenvolvimento dos seres vivos” (MACHADO, 2009, p.57-58). Da mesma forma, para Bechara o equilíbrio só será atingido se todos os seres se relacionarem de forma harmônica:

Se a harmonia de um ecossistema repousa na interação de todas as espécies, cada qual cumprindo uma função ecológica própria, e se nenhuma espécie pode ser considerada inútil, é natural que a ausência de um elemento só que seja nesse ciclo natural deixará um vazio irreparável, pois dificilmente esse vácuo será preenchido pela espécie “vizinha”, por mais que semelhante (BECHARA, 2003, p. 54).

Portanto, para se garantir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a fauna tem que ser protegida, e melhor dizendo, a fauna e a flora numa proteção integrada dos recursos naturais. É o que se entende da redação do artigo 225, mais especificamente quando veda toda e qualquer prática que coloque em risco a função ecológica da fauna, bem como provoque a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 225).

Para Fensterseifer, a proteção constitucional da fauna e a preservação por si só da vida em geral e do patrimônio ambiental, inclusive contra atos de crueldade, revela que se está a reconhecer um valor em si, ou seja, intrínseco; tendo como escopo “superar a ‘coisificação’ dos animais e das bases naturais da vida, superando seu tratamento como objetos destituídos de valor intrínseco” (2008, p.48). O constituinte não estava a proteger somente a espécie humana quando editou o art. 225, ao contrário, ele deixa claro uma “tutela da vida em geral nitidamente desvinculada do ser humano”. Já em relação à vedação das práticas cruéis contra animais, fica nítida a preocupação com o bem-estar dos animais, “negando uma visão meramente instrumental da vida animal” (FENSTERSEIFER, 2008, p.49).

Em relação à proteção constitucional de espécies com risco de extinção, vê-se uma defesa totalmente contrária a vertente antropocêntrica instrumental, pois a

existência de determinada espécie no ambiente, na maioria das vezes, não traz nenhuma benefício direito ao ser humano. A proteção das espécies, compreendidas tanto na fauna como na flora, portanto, “não representa a funcionalização da vida animal em razão da sua utilidade ao homem, mas atinge uma dimensão autônoma de proteção, reconhecendo, de certa forma, um valor (...) inerente àquela existência em risco de extinção” (FENSTERSEIFER, 2008, p.50).

Benjamin também traz um panorama interessante sobre a Constituição de 1988, ao entender que ela fugiu da visão ultrapassada do mundo, onde os recursos naturais eram vistos como abundantes e infinitos; “a lógica do sistema anterior alicerçava-se na falsa premissa da inesgotabilidade dos recursos naturais, totalmente negada pela poluição dos rios, do ar e do solo, e pela destruição acelerada da rica biodiversidade do país” (2007).

Em relação à perspectiva ética, o autor acredita que ela adotou tanto aspectos antropocêntricos, como quando protege “as presentes e futuras gerações”, como aspectos de filiação biocêntrica, quando se analisa a noção de “proteção” do artigo 225. Essa dualidade é explicada justamente pelo fato da Constituição estar inserida em uma época de superação de paradigmas; e ainda:

Pretendeu o legislador fazer uma ponte entre o “buraco negro” constitucional anterior e um modelo de futuro, hoje só aventado, onde a natureza assumisse, por inteiro, seu merecido papel central no ordenamento jurídico? Mais do que revolução, o salto – ele próprio gigantesco – aqui pode ser caracterizado como evolução natural do pensamento jurídico-filosófico brasileiro (BENJAMIN, 2007).

Fica claro, portanto, que o art. 225 da Constituição Federal de 1988 é resultado de uma evolução no tocante a proteção dos animais e da fauna em geral; como também de uma evolução na forma de relacionamento homem-natureza e do tratamento que o Direito brasileiro atribuiu a essa relação. O que se pode dizer, ainda, é que proteger a fauna é dar condições de sobrevivência sem a ameaça humana predatória para todas as espécies animais (BORTOLOZI, 2011, p.23).

3.3 A PROTEÇÃO DA FAUNA NA LEGISLAÇÃO E EM DECISÕES PARADIGMÁTICAS

A proteção infraconstitucional da fauna está presente no ordenamento brasileiro desde muito antes da Constituição de 1988. Ainda durante a República Velha foi

elaborado a primeira norma relativa à fauna, pelo Decreto n. 16.590 de 1924, que regulamentou o funcionamento das casas de diversões públicas, proibindo práticas que violem a dignidade animal, como a rinha de galo, por exemplo (BRASIL, Decreto n. 16.590/1924). Assim como na Era Vargas, com o Decreto n. 24.645 de 1934, o qual definiu figuras típicas de maus tratos aos animais e foi instrumento valioso de sua proteção (BRASIL, Decreto n. 24.645/1934).

A Lei n. 5.197 de 1967, inaugurou a proteção mais recente da fauna, especialmente no que concerne à regulamentação da caça, mesmo havendo contradição ao falar-se de proteção animal ao mesmo tempo em que se fala de regularização da caça (MEDEIROS, 2013, p. 54). No artigo primeiro da lei, dispõe-se que os animais da fauna silvestre, de qualquer espécie, estão proibidos de serem caçados, ao passo que são propriedade do Estado. Entretanto, o parágrafo primeiro do artigo, já abre exceções para essa norma protetiva, em caso de peculiaridades regionais; bem como o parágrafo segundo, o qual permite que em domínio privado o proprietário proíba a caça mesmo em conformidade com o parágrafo primeiro, mas desresponsabiliza o Estado de qualquer fiscalização, a qual fica a cargo do particular.

Sobre essa lei, Machado também assevera no que tange a “propriedade” do Estado sobre os animais, que consta no artigo primeiro:

Ora, não se constata na intenção do legislador tenha ele desejado dotar o Estado, isto é, a União, do poder de gozar e dispor da fauna silvestre. (...) A União reservou para si o domínio eminente da fauna silvestre. Desta forma, alterou-se, em profundidade, a característica de que a fauna silvestre era coisa sem dono. A fauna silvestre é inconfundivelmente, como também seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, bem público (MACHADO, 1998, p.650).

Sobre esse tema, importante foi o julgado de Embargos Infringentes na Ação Civil Pública n. 2004.71.00.021481-2/RS, o qual resultou na procedência da Sentença da ação ajuizada com vistas à vedação da caça amadorista no Estado do Rio Grande do Sul. Considerou-se esse tipo de caça uma prática cruel, consoante expressa proibição do Artigo 225, § 1º, inciso VII da Constituição Federal, bem como da Declaração Universal dos Direitos dos Animais de 1978, proclamada pela UNESCO. Tal prática ofenderia:

I. O sendo comum, quando contrastado o direito à vida animal com o direito fundamental ao lazer do homem (que pode ser suprido de muitas outras formas) e II. **Os princípios da prevenção e da precaução**, mas também apresenta risco concreto de dano ao meio ambiente, representado pelo potencial tóxico do chumbo, metal utilizado na munição de caça (EMBARGOS INFRINGENTES. AC Nº 2004.71.00.021481-2. EMBARGANTES: ASSOCIAÇÃO CIVIL UNIÃO PELA VIDA E

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. EMBARGADOS: FEDERAÇÃO GAÚCHA DE CAÇA E TIRO E IBAMA. RELATOR: DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ. 2008) (grifei).

Importante atentar para o fato de o magistrado fazer uso dos Princípios da Precaução e da Prevenção, a fim de proteger o meio ambiente contra os possíveis danos que o chumbo utilizado na munição pode causar.

No mesmo ano de 1967, editou-se uma norma de proteção e estímulo à pesca, o Decreto-Lei n. 221. Considera-se nítido o enfoque econômico e a pouca preocupação, ou nenhuma, com o animal enquanto ser vivo; o legislador não se preocupou com o objeto da atividade a ser regulada, ou seja, com a proteção dos animais que são capturados (MEDEIROS, 2013, p.55). Atualmente, essa lei encontra quase todos seus dispositivos revogados pela Lei n. 11.959 de 2009, que regula a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula atividades pesqueiras.

Em 1979, uma lei estabeleceu as normas para a prática didática e científica da vivissecção dos animais, a Lei n. 6.638. Essa lei causou muita polêmica, pois carecia de uma abordagem ética e bioética, ao mesmo tempo em que levantava inúmeros questionamentos. Ela regulamentava a prática em todo o território nacional, desde que os biotérios e centros de experiências estivessem registrados.

Seu caráter protetivo se dava em razão da proibição da vivissecção sem o emprego de anestesia no animal, fora dos centros de pesquisa registrados, sem a supervisão de especialista, com animais que não tenham permanecido mais de quinze dias em biotérios legalmente autorizados, e em estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus e em quaisquer locais frequentados por menores de idade (BRASIL, Lei n.6.638/79, Art. 3º).

Entretanto, em outros artigos, fica claro “a brutalidade, a violência e a crueldade do procedimento” da vivissecção, ao ponto de proibir que menores de idade estejam presentes em locais onde ocorra essa prática. Para Medeiros, é importante salientar:

O quão “benéfica” é a legislação para o animal não humano que serviu de sujeito de pesquisa ou de simples demonstração em ambiente de prática didática: após a sua utilização, o animal não humano “poderá ser sacrificado” e “caso não sejam sacrificados” poderão ser adotados (2013, p. 56).

Tal lei foi revogada em 2008 pela Lei n. 11.794, a Lei Arouca, que regulamenta a vivissecção. Tal norma foi responsável pelo maior retrocesso legal socioambiental na legislação brasileira concernente à fauna. A Constituição de 1988, ao proibir o tratamento cruel aos animais, “já está encaminhando a legislação para um novo

paradigma que foi ignorado pela Lei Arouca” (MEDEIROS, 2013, p.56). Se a lei permite a realização da vivisseção em estabelecimentos de ensino médio, o que antes era proibido pela Lei 6.638/79, caracteriza-se, sem dúvidas, o retrocesso do ordenamento.

Para regular o uso científico de animais, a Lei Arouca criou o Conselho Nacional de Experimentação Animal – CONCEA (BRASIL, Lei n. 11.794/08, Art. 4º), e obrigou todas as instituições que utilizam dessa prática, a se cadastrarem no CONCEA e comporem uma Comissão de Ética para Uso de Animais - CEUA (BRASIL, Lei n. 11.794/08, Art. 8º). Essa Comissão é responsável por analisar cada projeto envolvendo vertebrados, sendo presidido pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, que terá o voto de qualidade; a participação da área ambiental nela é minoritária (FIGUEIREDO, 2012, p.357). O art. 15 dessa lei leva em conta a relação entre o nível de sofrimento do animal e os resultados práticos que se esperam, para restringir ou proibir o experimento que possua alto grau de agressão; caracterizando essa “possibilidade” como um dever imposto ao Estado pelo art. 225, parágrafo primeiro, VII, da Constituição (FIGUEIREDO, 2012, p.357).

Em 1983, a Lei n. 7.173 veio disciplinar o estabelecimento e funcionamento dos zoológicos brasileiros. Ela estabelece que qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semiliberdade, expostos à visitação pública, considera-se zoológico (BRASIL, Lei n. 7.173, Art. 1º). O que surpreende nessa lei, é a extrema preocupação com o conforto e proteção do visitante, encontrada no Artigo 7º²⁵, sendo que o animal objeto da visitação e do zoológico vive muitas vezes, em condições precárias e em jaulas pequenas (MEDEIROS, 2013, p. 57). Os Zoológicos eram considerados Unidades de Conservação pela Resolução n. 11/1987 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o que foi revogado pela Lei 9.985 de 2000 que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (FIGUEIREDO, 2012, p.359).

Em 1987, entrou em vigor a Lei n. 7.643, que se relaciona à pesca dos cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras. Os cetáceos são os grupos de mamíferos marinhos, que englobam as baleias, os golfinhos e os botos (INFOESCOLA). Foi uma evolução legislativa muito significativa, pois resultou na proibição definitiva da pesca ou

²⁵ Art 7º - As dimensões dos jardins zoológicos e as respectivas instalações deverão atender aos requisitos mínimos de habitabilidade, sanidade e segurança de cada espécie, **atendendo às necessidades ecológicas, ao mesmo tempo garantindo a continuidade do manejo e do tratamento indispensáveis à proteção e conforto do público visitante** (BRASIL, Lei n. 7.173, Art. 7º) (grifei).

qualquer tipo de molestamento intencional a esses animais. Dessa forma, foram revogados os dispositivos do Decreto-Lei n. 221 de 1967, que regulavam a pesca, a industrialização dos cetáceos e a pesca da baleia (BRASIL, Lei n. 7.643/1987, Art. 1º).

A Lei n. 7.679 de 1988, também regula a pesca, proibindo que seja realizada em determinados locais e situações específicas, como por exemplo, nos cursos d'água onde há períodos migratórios para reprodução ou desova (BRASIL, Lei n. 7.679/88, Art. 1º, I). Essa lei foi revogada pela Lei n. 11.959 de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras, como já dito acima; devendo o Poder Público conciliar o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, bem como promover a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos (BRASIL, Lei n. 11.959/09, Art. 1º e 3º).

Figueiredo salienta sobre a pesca predatória e sua lesividade ao meio ambiente, relatando que em 2010, uma empresa do Belém do Pará comercializou ilegalmente 24 toneladas de barbatanas de tubarão, o que corresponde a 280 mil peixes abatidos; encontrando dentre eles a espécie Grelha, ameaçada de extinção (2012, p.359). Essa prática é conhecida como *finning*, fortemente combatida pelo Instituto *Sea Shepherd*²⁶. Esse ato consiste na captura do tubarão para a retirada de sua barbatana, sendo que o corpo do animal é jogado de volta ao mar na maioria das vezes; ação que ocorre, pois o maior interesse econômico encontra-se somente nessa parte do animal, que serve de ingrediente em um prato caro, típico asiático (ISSB).

Em 1989, o Decreto n. 97.633 dispôs sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna, órgão consultivo e normativo criado em 1967 pela Lei n. 5.197. Ainda no mesmo ano, o IBAMA editou a Portaria n. 1.522, ratificada pela n. 122 de 1990, que distingue a Lista oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Tal portaria é de extrema importância, pois realiza um “alerta (mesmo que tardio) para a finitude da vida animal e concede aos animais arrolados a proteção integral, sujeitando aos infratores às penalidades da legislação vigente” (MEDEIROS, 2013, p.59).

²⁶ O Instituto Sea Shepherd Brasil – Guardiões do Mar integra a Sea Shepherd Conservation Society, baseada nos Estados Unidos que também tem escritórios na Austrália, Canadá, Inglaterra, Holanda, França e África do Sul. A Sea Shepherd Conservation Society – SSCS foi fundada em 1977, nos Estados Unidos, pelos fundadores do Greenpeace, que, ao engajarem-se nesse novo projeto, criaram um movimento de caráter mais ágil, objetivo e ativista. Atualmente, a Sea Shepherd é considerada a ONG de proteção dos mares mais ativista do mundo e conta com a participação efetiva de milhares de voluntários em todo o planeta (ISSB).

Alguns anos mais tarde, a Lei dos Crimes Ambientais, n. 9.605 de 1998, editou um capítulo exclusivo dedicado aos crimes contra a fauna composto de nove artigos, os quais foram responsáveis por uma grande evolução no que diz respeito às penalidades impostas às atividades danosas cometidas contra a fauna, que passaram de contravenção²⁷ a crime. Ela tipifica não somente a caça sem licença, como também, o tráfico de peles e couros, a introdução não autorizada de espécime animal no país e maus tratos de animais (BRASIL, Lei n. 9.605/98).

A LCA aplica pena de detenção de seis meses a um ano e multa nos casos de morte, perseguição, caça, apanha e utilização de animais silvestres nativos ou em rota migratória sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida (BRASIL, Lei n. 9.605/98, Art. 29). No artigo 29, §3º, define-se que são espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras. Para Medeiros, essa lei deixa brechas, abrindo a possibilidade de haver criação de animais exóticos específicos para a caça, e que não haja penalidades para essa ação (2013, p.60).

O artigo 32 dessa lei é considerado de extrema importância no que tange à proteção da fauna, pois proíbe a crueldade contra os animais, aliado ao mandamento expresso da Lei Maior, estabelecendo mais um rompimento com o paradigma antropocêntrico:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal (BRASIL, Lei n. 9.605/98).

Relaciona-se com esse tema da crueldade com o animal, a prática da “farra do boi”, ritual praticado em Santa Catarina, em que o animal escolhido por ser o mais “bravo”, é alvo de perseguição, na medida em que é solto nas ruas e fica a mercê de agressões de todos os tipos. Tal tema foi objeto de uma ação no judiciário que travou o embate entre o direito a liberdade de ação cultural, previsto no artigo 215 da

²⁷ A lei de contravenções penais de 1941, Decreto-lei n. 3.688, no seu artigo 64 disciplinava a prática de crueldade contra os animais, como contravenção penal.

Constituição Federal de 1988, e a proibição da crueldade ao animal, consagrada também pela CF. Evidencia-se, portanto, uma verdadeira colisão de direitos (BAHIA, 2008).

O caso da “farra do boi” chegou ao Supremo Tribunal Federal por meio do Recurso Extraordinário n. 153.531-8-SC, o qual dividiu opiniões. O Min. Francisco Rezek, relator do processo, defendia a proibição à farra do boi, negando-lhe o caráter de manifestação cultural, já o Min. Maurício Corrêa a compreendia como uma manifestação cultural legítima; tese que ao final do julgamento, foi vencida pelo relator (BAHIA, 2008, p.420). Destacam-se os seguintes trechos do voto vencedor:

Há coisas repulsivas aqui narradas por pessoas da sociedade catarinense, narradas por sacerdotes de Santa Catarina e por instituições comprometidas com o primado da Constituição no que se refere à proibição da crueldade com os animais.

Não posso ver como juridicamente correta a ideia de que em prática dessa natureza a Constituição não é alvejada. Não há aqui uma manifestação cultural com abusos avulsos; há uma prática abertamente violenta e cruel para com animais, e a Constituição não deseja isso.

Bem disse o advogado da tribuna: manifestações culturais são as práticas existentes em outras partes do país, que também envolvem bois submetidos à farra do público, mas de pano, de madeira, de “papier maché”; não seres vivos, dotados de sensibilidade e preservados pela Constituição da República contra esse gênero de comportamento

(...) Claros os fatos, como se passam a cada ano, essa prática se caracteriza como ofensiva ao inciso VII do art. 225 da Constituição, de tal modo que a ação civil pública deveria ter sido considerada procedente para que se determinassem às autoridades do Estado de Santa Catarina as providências cabíveis (STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 153531. RECTE: APANDE-ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE PETRÓPOLIS PATRIMÔNIO PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E DEFESA DA ECOLOGIA E OUTROS. RECD: ESTADO DE SANTA CATARINA. RELATOR: MIN. FRANCISCO REZEK.).

Inegável, portanto, que ao se reconhecer “a proibição dos atos de maus-tratos contra os animais como um limite constitucional à liberdade de ação cultural, o ministro termina por determinar, no plano abstrato, uma hierarquia entre dois valores” (BAHIA, 2008, p.421), fazendo prevalecer a proibição da crueldade para com os animais.

Seguindo nessa linha, foi julgada a ADIN-MC 1856/RJ, que determinou a inconstitucionalidade da Lei estadual n. 2.895 de 1998, a qual autorizava e disciplinava as rinhas de galos no estado do Rio de Janeiro. Considerou-se prática cruel submeter os animais a esse tipo de “combate”. Também assim foram julgadas as ADIN 2514-7/SC e a ADIN 70010148393/RS (MEDEIROS, 2013, p.234).

Em 2000, o Decreto n. 3.607 dispôs sobre a implementação da CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, assinada em Washington em 1973, a qual visa proteger as espécies

da fauna e da flora ameaçadas de extinção. A CITES está em vigor desde 1975, promulgada no Brasil pelo Decreto Federal 76.623 e regulamenta a exportação, importação e reexportação de animais e plantas, suas partes e derivados, através de um sistema de emissão de licenças e certificados que são expedidos quando se cumprem determinados requisitos (IBAMA).

O IBAMA é autoridade administrativa responsável pela emissão das licenças para comercialização das espécies da CITES, e como autoridade científica, tem-se o Jardim Botânico/RJ, o ICMBIO²⁸ e também o IBAMA. A CITES é considerada uma Convenção extremamente controversa, pois legitima e permite o comércio de animais, sob o apelo do controle (MEDEIROS, 2013, p.63); não há proibição total do comércio, não há finalidade de conservar espécies em seus habitats.

Em 2002, foram normatizadas as atividades de rodeio e provas de montaria pela Lei n. 10.519. A lei expressamente proíbe injúrias e maus tratos aos animais, descrevendo inúmeros impedimentos e proteções que devem ser seguidas na realização da atividade, no seu art. 4º:

Art. 4o Os apetrechos técnicos utilizados nas montarias, bem como as características do arreamento, **não poderão causar injúrias ou ferimentos aos animais** e devem obedecer às normas estabelecidas pela entidade representativa do rodeio, seguindo as regras internacionalmente aceitas.

§ 1o As cintas, cilhas e as barrigueiras deverão ser confeccionadas em lã natural com dimensões adequadas para **garantir o conforto dos animais**.

§ 2o Fica **expressamente proibido o uso de esporas com rosetas pontiagudas ou qualquer outro instrumento que cause ferimentos nos animais**, incluindo aparelhos que provoquem choques elétricos.

§ 3o As cordas utilizadas nas provas de laço deverão dispor de redutor de impacto para o animal (BRASIL, LEI N. 10.519/02, Art. 4º) (grifei).

No entanto, as penalidades impostas a quem descumpre essas regras são muito pequenas, sendo aplicada multa e deixando a cargo de autoridade estadual as outras sanções. Para Medeiros, mesmo que a lei obrigue que sejam respeitados esses inúmeros cuidados na realização dos rodeios, os animais são sempre molestados de alguma forma, caracterizando a crueldade (2013, p.64).

No ano de 2003, regularam-se as normas para operação de embarcações pesqueiras nas zonas brasileiras de pesca, alto mar e por meio de acordos internacionais,

²⁸ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais (ICMBIO).

pelo Decreto n. 4.810; ficando definidas as zonas brasileiras de pesca. Destaca-se o viés estritamente econômico dessa norma, que dispensou apenas um artigo dos seus 22, para a questão ecológica (MEDEIROS, 2013, p. 65).

Importante também analisar, que o atual Código Civil não evoluiu no que tange ao tratamento dado a fauna, a despeito do novo enfoque constitucional. Somente alguns dispositivos tratam de animais, mas sem enfoque ambiental, a exemplo do art. 936, que dispõe sobre a responsabilidade civil do dono ou detentor do animal, por eventual dano causado por este; art. 1.397, que trata do direito de propriedade do usufrutuário em relação às crias dos animais; bem como art. 1.444 e 1.446, que tratam somente do penhor pecuniário (FIGUEIREDO, 2012, p. 358).

Em 2011, foi proposto o Projeto de Lei n. 1565, apensado ao Projeto n. 7291/06, que pretende proibir a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica em circos e acrescentar um § 3º ao art. 32 da Lei nº 9.605/1998. O projeto encontra-se em tramitação e sujeito a apreciação do plenário (CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Sobre esse tema, importante é o Agravo de Instrumento n. 69954-9/2008, protocolado no Tribunal da Bahia, que manteve a decisão de primeiro grau que deferiu parcialmente medida liminar em Ação Civil Pública e determinou a suspensão da exibição dos animais pertencentes ao Circo Estoril. A Ementa do recurso diz o seguinte:

DECISÃO A *QUO* PAUTADA NA FUMAÇA DO BOM DIREITO. ART. 225 DA CF/ 88. MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO DE TODOS. OUTROSISM, A DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE É DEVER DA COLETIVIDADE E DO PODER PÚBLICO. *IN CASU*, HÁ LAUDO DO IBAMA ATESTANDO QUE A EMPRESA AGRAVANTE NÃO SE PREOCUPA COM O BEMESTAR DOS ANIMAIS. VERIFICADO QUE ALGUNS DOS ANIMAIS EXIBIDOS EM APRESENTAÇÕES PÚBLICAS APRESENTAM COMPORTAMENTO ESTEREOTIPADO. EM COGNIÇÃO SUMÁRIA, NÃO HÁ PLAUSABILIDADE NA ALEGAÇÃO DE QUE O DECRETO 24.645/34, QUEESTABELECE MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, FOI REVOGADO PELA LEI 6.533/78, POIS, O DECRETO 82.385/78, QUE REGULA A ALUDIDA LEI, APENAS DEFINE PROFISSÕES DE AMESTRADOR E DOMADOR, NÃO DISPONDO ACERCA DOS LIMITES DE SEU EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS ANIMAIS. ADEMAIS, DEVE SER RESSALTADO QUE QUALQUER ATIVIDADE EMPRESARIAL/ECONÔMICA DEVE SER OBJETO DE ESTUDO PONDERADO SOBRE A “VIABILIDADE AMBIENTAL” DECISÃO TAMBÉM PAUTADA NO PERIGO DA DEMORA. A POSTERGAÇÃO DA MEDIDA PODERIA CARRETAR EM PREJUÍZO AO MEIO AMBIENTE (SEGUNDA CÂMARA CÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 69954-9/2008. SALVADOR-BA. AGRAVANTE: ROBERTO CARVALHO PORTUGAL E CIA LTDA ME. AGRAVADOS: MINISTÉRIO

**PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E OUTROS.RELATORA: DES^a
MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO. 2009) (grifei).**

Nota-se, portanto, que a suspensão do uso desses animais no circo em questão, se deu estritamente com base na proteção do bem estar do animal, quebrando o viés econômico e antropocêntrico. Também se defendeu a necessidade do estudo sobre a viabilidade ambiental da atividade, que, “antes de tudo, deve corresponder aos imperativos Constitucionais, evitando-se, assim, expor animais a comportamentos estereotipados, ao stress, à angústia etc.” (Agravado de Instrumento n. 69954-9/2008, Salvador, 2009). Salienta-se ainda, sobre esse tema, que 12 Estados brasileiros já possuem leis que proíbem a exposição de animais nos circos (INSTITUTO NINA ROSA), a exemplo da Lei n. 21.159/2014 de Minas Gerais e da Lei n. 12.994/2008 do Rio Grande do Sul.

Outro Projeto de Lei também foi proposto em busca da proteção animal; sob número 215 de 2007, quer instituir o Código Federal de Bem-Estar Animal e está sujeito à apreciação do Plenário. Ele trata da implantação, do desenvolvimento e da gestão de ações, de cunho preventivo ou repressivo, como programas de controle populacional de cães e gatos, de preservação do meio ambiente, de controle epidemiológico de zoonoses e da promoção da saúde do ser humano e do animal (FIGUEIREDO, 2012, p.350).

Em 2011, a Lei Complementar 140 disciplinou a distribuição de competências administrativas entre a União e os Estados acerca da proteção ambiental da fauna, não prevendo nenhuma atribuição aos Municípios nesse sentido (FIGUEIREDO, 2012, p.351). À União compete, por exemplo, exercer o controle da pesca em âmbito federal, e aos Estados em âmbito estadual; bem como compete aos dois entes, elaborar a relação de espécies da fauna ameaçadas de extinção e fomentar as atividades que conservem essas espécies e a educação ambiental (BRASIL, LC 140/11).

Por fim, importante tratar sobre a Declaração Universal dos Direitos dos Animais proclamada pela UNESCO, em que pese não ser uma legislação nacional, ela foi uma iniciativa louvável, que reconheceu os animais como sujeitos de direito e tem o Brasil como signatário. Proclamada no ano de 1978, em Bruxelas, Bélgica, a Declaração prescreve inúmeros dispositivos acerca da proteção aos direitos dos animais, tais como:

Preâmbulo: Considerando que **todo o animal possui direitos**; Considerando que o **desconhecimento e o desprezo desses direitos têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza**; Considerando que o reconhecimento pela espécie humana do direito à existência das outras espécies animais constitui o fundamento da

coexistência das outras espécies no mundo; Considerando que os genocídios são perpetrados pelo homem e há o perigo de continuar a perpetrar outros; Considerando que **o respeito dos homens pelos animais está ligado ao respeito dos homens pelo seu semelhante**; Considerando que a educação deve ensinar desde a infância a observar, a compreender, a respeitar e a amar os animais (grifei).

ARTIGO 1: Todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência. (...) ARTIGO 3: a) **Nenhum animal será submetido a maus-tratos e a atos cruéis.** (...) ARTIGO 8: a) A experimentação animal, que implica em sofrimento físico, é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra. b) **As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.** (...) ARTIGO 10: **Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem.** A exibição dos animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal. (...) ARTIGO 14: a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo. b) **Os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como os direitos dos homens** (SUIPA) (grifei).

Sobre esse tema dos direitos dos animais, paradigmático foi o Habeas Corpus da Chimpanzé Suíça, n. 833085-3 de 2005, impetrado pelo Ministério Público da Bahia. A chimpanzé encontrava-se enjaulada no Jardim Zoológico de Salvador, sendo indicado como autoridade coautora do ato, o Diretor de Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, Sr. Thelmo Gavazza.

Suíça se encontrava em uma jaula com sérios problemas de infiltração, o que a impedia de acessar a área de cambiamento, destinada ao manejo do animal, que seria uma jaula muito maior do que a sua jaula de confinamento. Ela era privada, portanto, de seu direito de locomoção. A pretensão do HC era de equiparar os primatas aos seres humanos, para fins da concessão do remédio constitucional, bem como era baseado no conceito de segurança jurídica ambiental; requerendo a transferência da chimpanzé para o Santuário dos Grandes Primatas do GAP²⁹, em Sorocaba-SP.

Infelizmente, Suíça morreu alguns dias após a impetração do HC, motivo pelo qual a Sentença do processo foi julgada sem mérito; entretanto, o Juiz Edmundo Lúcio da Cruz deixou claro a sua intenção de promover a discussão do tema, julgando-a necessária e complexa, como se pode ver no seguinte trecho:

Acredito que mesmo com a morte de “Suíça”, o assunto ainda irá perdurar em cursos de Direito, eis que houve diversas manifestações de colegas,

²⁹ The Great Ape Project – Brazil (projeto grandes primatas) - O GAP é um movimento internacional cujo objetivo maior é lutar pela garantia dos direitos básicos à vida, liberdade e não-tortura dos grandes primatas não humanos - Chimpanzés, Gorilas, Orangotangos e Bonobos, nossos parentes mais próximos no mundo animal. O Projeto GAP Brasil começou suas atividades em 2000 e atualmente conta com 4 santuários afiliados que abrigam em sua maioria animais resgatados de maus-tratos e condições inadequadas de vida em circos, espetáculos e zoológicos. Atualmente o GAP Brasil é a sede do projeto internacional, em função do trabalho de destaque com chimpanzés desenvolvido no país (PROJETO GAP).

advogados, estudantes e entidades outras, cada um deles dando opiniões e querendo fazer prevalecer seu ponto de vista. É certo que o tema não esgota neste “Writ”, continuará, indubitavelmente, provocando polêmica. Enfim. Pode, ou não pode, um primata ser equiparado a um ser humano? Será possível um animal ser liberado de uma jaula através de uma ordem de Habeas Corpus? (HC n. 833085-3/2005: Impetrantes: Drs. Heron José de Santana e Luciano Rocha Santana: Promotores de Justiça e outros: Paciente: Chimpanzé “Suiça”. In MOLINARO, Carlos Alberto, et al, 2008).

Recentemente, surgiu um novo caso de Habeas Corpus pedindo a libertação de uma orangotango, chamada de Sandra, que se localizava em um zoológico argentino em “confinamento injustificado”, o que provocou depressão no animal. A justiça aceitou o pedido de transferência de Sandra para um santuário, pois a considerou como “sujeito não humano”, e assim, detentora de direitos, como o da liberdade (FOLHA DE S.PAULO, 2014).

Duas outras notícias deste ano, demonstram a tendência protecionista da legislação, no âmbito brasileiro, como internacional. Uma delas ocorreu em Nova Délhi, Índia, onde o tribunal do país decidiu que os pássaros têm direito de viver em dignidade, voando livremente, fora das gaiolas. A ação foi proposta por uma ONG contra um comerciante de aves, que as abrigava em gaiolas, dizendo ser o tutor dos animais. O tribunal decidiu pela libertação dos animais, sob a argumentação de que “todos os pássaros no céu têm o direito fundamental de voar no céu e nenhum ser humano tem o direito de detê-los em gaiolas, com fins comerciais ou quaisquer outros”, conforme palavras do juiz Manmohan Singh (FOLHA DE S.PAULO, 2015). Já no âmbito brasileiro, houve a aprovação do PL 537/2013 na Câmara Municipal de São Paulo, que proíbe a produção e a comercialização de *foie gras* em restaurantes e a venda de artigos de vestuário feitos com pele de animal na cidade de São Paulo (BRASIL, PL n. 537 de 2013). O projeto espera sanção do prefeito da cidade e representa importante evolução a favor da proibição da crueldade animal (ESTADÃO, 2015).

Posto isso, fica claro que apesar dessas inúmeras leis aqui apresentadas, bem como as importantes jurisprudências, a proteção do animal ainda carece de uma ótica menos antropocêntrica. O viés econômico é evidente na maioria das normas, visto que o homem ainda não consegue enxergar o valor intrínseco que a fauna possui; não se deve proteger o meio ambiente querendo proteger e beneficiar o ser humano, deve-se proteger o meio ambiente, buscando primordialmente a defesa desses seres e de seu valor inerente.

Após essa análise, iniciada desde a constatação da crise mundial ambiental, da finitude dos recursos naturais e da necessidade de preservá-los; passando pela defesa

animal, pelas principais normas sobre o tema, chega-se ao ponto basilar da presente pesquisa - a análise do julgado que suspendeu o Turismo de Observação de Baleias embarcado no litoral de Santa Catarina, que se passa a estudar no próximo capítulo.

4 ANÁLISE DO CASO DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS EMBARCADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DA APA DA BALEIA FRANCA

Neste último capítulo do presente trabalho, o enfoque é todo dado às baleias, especialmente à baleia-franca, que se dirige às águas catarinenses durante o inverno do hemisfério sul, e permanece sob proteção da APA da Baleia-Franca durante mais ou menos, quatro meses. Será apresentado um pequeno histórico sobre a prática cruel e desmedida que foi a caça à baleia, responsável por diminuir drasticamente o contingente populacional desses animais no mundo todo.

A criação da Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca ocorreu em 2000, e objetiva proteger não só as baleias, como também ordenar e garantir o uso dos recursos naturais da região, bem como, o uso turístico da área. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pela APA, tem em suas mãos, portanto, um importante instrumento de proteção a esses animais, que é esse espaço especialmente protegido, tão vital para a perpetuação e crescimento dessa espécie; não podendo permitir nenhum tipo de perturbação e impacto que possam causar prejuízos a esses animais.

E por fim, serão analisados os Princípios da Precaução e da Prevenção, a fim de elucidar o julgado que suspendeu o Turismo de Observação de Baleias Embarcado na APA da Baleia Franca.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA CAÇA À BALEIA-FRANCA NO LITORAL BRASILEIRO E CATARINENSE

A Baleia-Franca Austral, *Eubalaena australis*, é um mamífero pertencente à Família *Balaenidae*, da Ordem *Cetacea*, Subordem *Mysticeti*. A espécie possui comprimento máximo de 17 metros, peso entre 40 a 60 toneladas, sendo a fêmea um pouco maior do que o macho. Os filhotes recém-nascidos medem em torno de 4,5 a 6 metros. Caracterizam-se por apresentar corpo negro, com eventuais manchas brancas no ventre, calosidades na cabeça cobertas de parasitas e ausência de barbatana dorsal. Podem ser identificadas à distância pelo esguicho em forma de “v”, que pode medir de 2 a 4 metros de altura (SANTOS, 2012, p.24).

Elas se distribuem no globo terrestre entre 20° e 50° de latitude Sul, passando o inverno do hemisfério sul nas áreas costeiras da América do Sul, sul da África e Oceania, e o verão austral nas águas da Antártida. A cada temporada reprodutiva dirigem-se a essas regiões em decorrência das águas quentes que possuem, onde permanecem durante a temporada sem se alimentar. Durante esse período, elas entram em acasalamento, depois nascimento e amamentação dos filhotes, caracterizando essas áreas como de reprodução ou berçários. A espécie possui o período de gestação de aproximadamente, onze a doze meses, e tem, em média, um filhote a cada três anos (BUELONI, 2012, p.24). As fêmeas permanecem nos berçários com seus filhotes durante mais ou menos quatro meses, permanência que ocorre, visto ser de extrema importância para os filhotes, que se preparam para o retorno às áreas de alimentação e, por isso, devem armazenar reservas de gordura, fortalecer sua musculatura, e desenvolver a coordenação e aptidão motora (SANTOS, 2012, p.27).

A baleia-franca foi a espécie mais predada pela caça baleeira, pois se caracteriza por ser um animal dócil, de movimentos lentos, por não passar longos períodos submersa e, principalmente, por sua grossa camada de gordura (BUELONI, 2012, p.34).

Historicamente, apontam os registros que a caça à baleia no Brasil começou em 1602, quando Filipe III da Espanha concedeu a seus súditos da Biscaia³⁰ o privilégio exclusivo de caçar baleias no litoral brasileiro, mais especificamente no Recôncavo Baiano. Essa promissora atividade se expandiu até Santa Catarina em meados do século XVIII, período em que foi instalada a primeira Armação baleeira no estado, a Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade, construída entre 1740 e 1742 (BUELONI, 2012, p.34). Figueiredo tece comentários sobre o fim desse monopólio:

A caça da baleia, comum desde a segunda metade do século XVIII nas costas da Bahia até Santa Catarina, constituía privilégio da coroa. Sua concessão se dava por instrumento contratual. A importância dessa exploração decaiu consideravelmente com a operação de baleeiros ingleses e norte-americanos nas ilhas Malvinas que, com uma pesca intensiva, impediam que as baleias chegassem, em suas migrações hibernais, até o litoral brasileiro: ‘Reduziram eles, aliás, consideravelmente, a espécie pela devastação praticada em larga escala e com processos aperfeiçoados de pesca. Em 1801, não encontrando mais pretendentes ao contrato das baleias, a coroa abandona o monopólio, tornando-se a pesca livre’ (2012, p.354).

Ao longo do litoral catarinense, fundaram-se diversas Armações, dentre elas: Ilha do Bom Abrigo, em São Francisco do Sul; Itapocoróia, em Penha; São Joaquim, em

³⁰ “A região de Biscaia correspondia a uma província espanhola, ao norte do país Basco, que era uma tradicional área baleeira e, provavelmente, cujos moradores foram os primeiros a caçar baleias em larga escala” (BUELONI, 2012, p.33).

Garopaba; e Sant'Ana da Vila Nova, em Imbituba. Durante o período das Armações, as baleias foram reduzidas drasticamente; segundo Abreu, “estima-se que cerca de 200 mil jubartes foram mortas no Hemisfério Sul (Findlay, 2001) até sua proibição em nível internacional em 1966” (2013, p.21). Barreto, também considera assim:

A caça aos Mysticetos no Brasil, do ponto de vista comercial não foi tão gloriosa e bem sucedida, se comparada a países como, Noruega, Islândia e Japão. Porém se levarmos em consideração aspectos biológicos e populacionais tratando-se de baleias, este sim teve um grande impacto, sendo que após a época comercial da caça aos cetáceos, a população de baleias que transitavam em nossa costa em épocas de acasalamento, diminuíram consideravelmente. **Somente entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil permitiu a caça de aproximadamente 30.000 baleias de diversas espécies, considerando apenas os registros oficiais**, porém estes dados, como o de costume em toda a indústria baleeira no mundo, não são confiáveis, pois estes frequentemente eram falsificados (BARRETO, 2012, p.35) (grifei).

O grande interesse econômico na caça da baleia vinha da grande quantidade de gordura que o animal possui, que servia de matéria prima de primeira necessidade para a iluminação pública, lubrificação de engrenagens, fabricação de velas, de tintas, vernizes, sabões, etc. (BUELONI, 2012, p.34). Também era utilizada a borra do óleo da baleia nas construções de fortalezas e edifícios litorâneos do Brasil, como uma liga na argamassa, que a petrificava quando seca, formada pela gordura do animal com a cal cristalizada, combinada com a ação da água salgada; tornando a construção muito resistente e impermeável (JERÔNIMO *et al.*, 2008, p.66). Além do óleo, as barbatanas das baleias eram também economicamente importantes, pois utilizadas na confecção de espertalhos, guarda-chuvas, armações de chapéus, de golas, de saias, entre outros.

A técnica principal utilizada na caça pelas Armações praticamente não evoluiu durante os séculos XVIII e XX. A perseguição dos animais era feita nas chamadas “baleeiras”, uma lancha com formato comum para barcos de pesca, de remo e vela. Um dos integrantes do barco acertava a baleia com um arpão no momento em que ela estivesse próxima, deixando-a presa ao barco por várias horas até sua completa exaustão, ocasião em que era abatida por golpes de lança de ferro (PROJETO BALEIA FRANCA). Outras técnicas também eram utilizadas conforme relatos de pescadores da época, como o uso do arpão preso a dinamites e a estopins, e o uso de canhões a partir de 1960, que causavam a morte instantânea ao animal (BUELONI, 2012, p.37).

Em decorrência dessa caça sem medidas, a intensa diminuição de baleias no mundo todo foi inevitável. Em 1946, 20 nações que caçavam baleias criaram a *International Whaling Commission* – IWC, na tentativa de regulamentar essa matança. Estabeleceram-se cotas de baleias a serem mortas por ano, que infelizmente não eram

respeitadas. As pressões de ambientalistas eram grandes, e gradualmente a IWC foi banindo essa prática; em 1974, a Comissão tinha protegido a baleia-azul, a baleia-cinza, a jubarte e a baleia-franca ao redor do mundo, e em 1985, declarou-se uma moratória sobre a caça de todas as espécies de baleias (CASTRO; HUBER, 2012, p. 195).

Em Santa Catarina não foi diferente; em 1965 a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE já tinha proibido as companhias baleeiras de matarem baleias em Imbituba, entretanto a última baleia foi morta somente em 1973. A espécie chegou a ser considerada como extinta em águas brasileiras, sendo de somente 1982, os primeiros relatos de novas baleias no litoral do estado (BUELONI, 2012, p.44). Conforme a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da Comissão Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - IUCN, a baleia-franca passou do status de vulnerável, nas versões de 1988, 1990 e 1994, para baixo risco (dependente de conservação) em 1996 e, em 2008, chegou à categoria de menor preocupação, tendo em vista a taxa de crescimento populacional observada, permanecendo nessa categoria atualmente (IUCN, 2012).

A proteção legislativa brasileira, no entanto, foi tardia, ocorrendo somente em 1987, com a Lei n. 7.643, como já discorrido no capítulo anterior. A proibição à pesca e a qualquer tipo de molestamento às baleias impulsionou uma série de movimentos e ações pela proteção da espécie, a exemplo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, criada em Santa Catarina, que será analisada a seguir.

4.2 DA CRIAÇÃO DA APA DA BALEIA FRANCA EM SANTA CATARINA

As Áreas de Preservação Ambiental são Unidades de Conservação criadas em 1981, pela Lei 6.902. O Poder Executivo é o responsável por declarar essas áreas como de interesse para a proteção ambiental, cujo objetivo é de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas do local (BRASIL, Lei 6.902/81, Art. 8º). Ele ainda é o responsável por estabelecer normas que proíbam ou limitam dentro dessas áreas, a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras; a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais; o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as

espécies raras da biota regional, por exemplo; obedecendo aos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade (BRASIL, Lei 6.902/81, Art. 9º).

Pela Lei n. 9.638/00 e pela Lei 6.902/81, o IBAMA, ou órgão estadual equivalente, em conjunto ou isoladamente, fica responsável por fiscalizar e supervisionar as Áreas de Proteção Ambiental (BRASIL, Lei 6.902/81, Art. 9º, §1º; Lei n. 6.938/81, Art. 6º, III); mas com a edição da Lei n. 11.516/07, a qual dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a responsabilidade pela gestão das Unidades de Conservação Federais e, conseqüentemente, pela edição de portaria acerca do plano de manejo, foi transferida ao ICMBio (BRASIL, Lei 11.516/07, Art. 1º, I) (MACIEL, 2008, p.03).

A Lei 9.985 de 2000, como estudado no capítulo segundo deste trabalho, dividiu as Unidades de Conservação em duas espécies, sendo a APA da modalidade de uso sustentável, cujo objetivo “é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, Lei n. 9.985/2000, Art. 7º, §2º). Essa lei também institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, definindo em seu artigo 15, que as APAs formam:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e **tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais** (grifei).

As APAs podem ser constituídas por terras públicas ou privadas, podendo ser estabelecidas restrições e normas para que se utilize de uma propriedade privada localizada nessas áreas. A APA dispõe de um Conselho, que é presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente (BRASIL, Lei n. 9.985/200, Art. 15, §1º, §2º e §5º).

A Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca, situada em Santa Catarina, foi criada pelo Decreto de 14 de setembro de 2000. Possui uma área de 154.866,27 hectares, 130 km de costa marítima; abrange nove municípios, desde o sul da ilha de Santa Catarina até o Balneário Rincão, em Içara, e protege o bioma marinho costeiro, como por exemplo, as seguintes espécies ameaçadas de extinção: Tartaruga-cabeçuda - *Caretta caretta*, Tartaruga-verde - *Chelonia mydas*, Baleia-franca - *Eubalaena australis*

e Toninha - *Pontoporia blainvillei* (ICMBIO). O artigo primeiro do Decreto de criação define as finalidades da APA:

Art. 1º Fica criada, na região costeira do Estado de Santa Catarina, a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, com a finalidade de **proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral *Eubalaena australis*, ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves** (BRASIL, Decreto de 14 de setembro de 2000, Art. 1º) (grifei).

Além disso, conforme art. 4º do Decreto, na APABFD “deverão ser adotadas medidas para recuperação de áreas degradadas, proteção da vegetação fixadora de dunas e melhoria das condições de disposições e tratamento de efluentes e lixo”. Ainda, ficam sujeitas à regulamentação dos órgãos competentes as seguintes atividades, não as esgotando:

- I - a realização de campeonatos náuticos, no período de maio a dezembro, envolvendo o uso de embarcações a motor de qualquer natureza;
- II - o uso de explosivos e a realização de atividades que envolvam prospecção sísmica, no período de maio a dezembro;
- III - a retirada de areia e material rochoso;
- IV - **a exploração de serviços turísticos voltados à observação das baleias francas e demais espécies de cetáceos, bem como o acesso às ilhas públicas englobadas em seu perímetro;**
- V - a implantação ou alteração de estruturas físicas e atividades econômicas na faixa de marinha e no espaço marinho;
- VI - a implantação de projetos de urbanização, novos loteamentos e a expansão daqueles já existentes;
- VII - a implantação ou ampliação de atividades de maricultura;
- VIII - a construção de edificações nas ilhas englobadas em seu perímetro, ressalvadas as destinadas à segurança da navegação conforme determinar a Marinha do Brasil;
- IX - a pesca;
- X - a implantação ou execução de qualquer atividade potencialmente degradadora do ambiente;
- XI - a abertura de vias de circulação e canais; e
- XII - a drenagem de áreas úmidas (BRASIL, Decreto de 14 de Setembro de 2000, Art. 3º) (grifei).

A APA da Baleia Franca foi proposta pela Organização Projeto Baleia Franca em 1999, ao Ministério do Meio Ambiente com o intuito de “harmonizar as atividades humanas com a presença das baleias e promover, de forma sustentável e controlada, o turismo de observação de baleias” (PROJETO BALEIA FRANCA). Além de proteger as áreas onde se encontram a maior concentração de baleias francas com filhotes, a APA protege importantes áreas terrestres com costões rochosos, dunas, banhados e lagoas.

O Projeto Baleia Franca - PBF, fundado em 1982, foi responsável pela redescoberta das baleias-francas no sul do Brasil; criado com o objetivo principal de

garantir a sobrevivência e a recuperação dessa espécie, através do monitoramento, investigação científica e atividades de educação ambiental. Através do resultado dessas ações realizadas pelo Projeto, foram formuladas políticas públicas de proteção da espécie, como a declaração da baleia como Monumento Natural do Estado de SC em 1995, e a maior delas: a criação da APA da Baleia Franca (GROCH *et al.*, 2013, p.01).

O PBF realiza o Programa de Monitoramento Aéreo no litoral centro-sul de SC e norte do RS desde 1986, a fim de formular censos e identificar individualmente cada baleia que vem até o litoral sul. O PBF também mantém um Catálogo Brasileiro de Fotoidentificação das baleias, o qual até 2010, contava com 670 indivíduos. Com esses dados, é possível estimar que a taxa de crescimento populacional das baleias-francas no Brasil, é de 12%, havendo uma média de 100 indivíduos da espécie frequentando o litoral sul a cada ano, e 500 por toda costa brasileira (GROCH *et al.*, 2013, p.02).

A APA está sob a responsabilidade do ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do SISNAMA. Em 2006, por meio da Portaria 48, o Conselho Gestor da APA foi criado, esfera na qual se busca a mediação dos conflitos do território e a manifestação de toda sociedade (ICMBIO). O Projeto Baleia Franca auxilia na gestão da APA, bem como participa do Conselho (GROCH *et al.*, 2013, p.02). Conforme o Regimento Interno do Conselho da APA, ele tem como objetivos:

Art. 5º - O CONSELHO tem como objetivo garantir a gestão participativa e integrada da APA BF, com ações que **asseguem a proteção da diversidade biológica e cultural**, o disciplinamento da ocupação e a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais, além do gerenciamento participativo e integrado para a implantação das diretrizes das políticas nacional, estadual e municipais do meio ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no que diz respeito à sua área de atuação, visando atender aos objetivos específicos, às metas e às diretrizes do seu Plano de Manejo (ICMBIO).

Esse espaço protegido ainda não dispõe de Plano de Manejo que normatize a utilização de seus recursos; o qual se encontra em atraso, visto que o Decreto que instituiu a APA, determinou que o Plano fosse realizado no prazo de 5 anos (BRASIL, Decreto de 14 de Setembro de 2000, Art. 7º). O Plano de Manejo é conceituado na Lei que instituiu o SISNAMA, em seu Art. 2º, XVII, como sendo:

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, Lei n. 9.985 de 2000, Art. 2º, XVII).

Por ser o Plano “um instrumento normativo indispensável à consecução, pela Unidade de Conservação, dos objetivos de proteção dos recursos naturais ali existentes” (MACIEL, 2008, p.03), a ONG Coalizão Internacional da Vida Silvestre – IWC Brasil ajuizou contra o IBAMA e a União em 2005, a Ação Civil Pública n. 2005.72.00010327-9, que tramitou na Vara Federal Ambiental e Agrária de Florianópolis/SC, solicitando provimento judicial que compelsse o IBAMA e a União a elaborarem o Plano de Manejo da APA.

A ONG afirmou que o Poder Público não havia adotado nenhuma providência visando a proteção do santuário, baseando-se principalmente no Art. 225, §1º, III da Constituição Federal, que institui o seu dever de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, definindo “em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos (...), vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção” (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 225). A sentença, datada de 26 de outubro de 2007, julgou procedente o pedido para determinar que o IBAMA/Instituto Chico Mendes realizasse, mediante liberação de recursos pela União, todos os procedimentos administrativos para a elaboração do referido Plano de Manejo (MACIEL, 2008, p.07).

Dessa forma, a elaboração do Plano de Manejo é avaliada como o principal desafio de gestão da APA da Baleia Franca pelo ICMBio. A participação direta da sociedade da região na elaboração é considerada vital, a fim de que “o plano de manejo seja um "pacto social" que garanta um desenvolvimento sustentável e diferenciado no sentido da proteção ambiental do território” (ICMBIO). Em dezembro de 2014, o ICMBIO noticiou sobre a última plenária do Conselho Gestor do ano, em que foi apresentado o cronograma para elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação com as seguintes etapas:

no âmbito do ICMBio e do CONAPA, são a finalização da caracterização da APA; definição da visão, objetivos e estratégias; elaboração de mapa situacional; zoneamento e normatização; oficina com a plenária do CONAPA para avaliação do produto, que num passo seguinte, deve ser concretizado no Plano de Manejo (ICMBIO, 2014).

Mesmo havendo noticiado sobre a elaboração do plano, esse enorme atraso para sua conclusão, é um péssimo fato em termos de proteção ambiental, por ser a APA um espaço de extrema relevância e necessária proteção, demonstrando certo menosprezo por parte do Instituto Chico Mendes.

O Instituto Baleia Franca, com sede em Garopaba e Imbituba – Santa Catarina, também é um importante agente nas atividades relacionadas à APA, no que tange ao estudo, pesquisa, monitoramento e preservação da baleia-franca. Também é membro presente nas Plenárias realizadas pelo Conselho gestor que discutem o Plano de Manejo.

Atualmente, a atividade econômica mais relacionada com a APA da Baleia Franca, além da pesca artesanal e da atividade portuária em Imbituba, é o Turismo de Observação de Baleias Embarcado - TOBE, que por meio de embarcações se aproxima e permanece certo tempo com as baleias. A fiscalização dessa atividade também cabe à APA da Baleia Franca, que através de legislações federais visa regulamentá-la na região, como será melhor abordado no item a seguir. O turismo de observação de cetáceos é uma atividade desenvolvida mundialmente, que teve início no final na década de 1940 nos Estados Unidos da América (MOREIRA, 2011, p. 01). Esse tipo de atividade iniciou-se no Brasil na década de 80 no Arquipélago de Fernando de Noronha para observação da fauna marinha, e no final dos anos 90, em Santa Catarina, para observação das baleias (BUELONI, 2012, p.28).

Na América Latina, esta atividade cresce constantemente desde 1998, a uma taxa anual de 11.3% (1998-2006), e até o ano de 2008, aproximadamente 886.000 pessoas participaram de atividades de observação de baleias. O TOBE na região da APA da Baleia Franca iniciou-se em 1999, bem como as atividades de observação destes animais por terra (MOREIRA, 2011, p.01).

Ao mesmo tempo em que esse tipo de atividade pode contribuir para a educação ambiental do público se praticada sem perturbações aos animais, e, assim, atribuindo valor econômico à conservação da espécie; é indispensável que haja eficientes processos de fiscalização e cuidados, pois há inúmeros riscos a segurança das baleias e do próprio público. A aproximação direta de embarcações, que ocorre durante o turismo, pode ocasionar alteração repentina de velocidade ou ritmo dos motores, o que são causas documentadas de perturbação de baleias, pois elas possuem extrema sensibilidade ao som propagado na água, “já que vivem imersas em um mundo essencialmente acústico, que faz com que tal aproximação possa causar grave molestamento” (CALDAS, 2003, p.10).

O crescimento populacional das baleias é prejudicado pela poluição sonora nos oceanos ocasionada pelo tráfego de embarcações, o que dificulta o encontro entre machos e fêmeas e, dessa forma, todo o processo de reprodução, visto que os machos produzem o “canto” responsável por chamar as fêmeas ao acasalamento (CALDAS,

2003, p.10). O que os pesquisadores afirmam é que esse “canto” pode não estar sendo ouvido; a exemplo da pesquisa coordenada por Donald Croll, da Universidade da Califórnia em Santa Cruz (EUA) e publicada na revista *Nature* (MARQUES, 2002). Além de usarem o processo de vocalização para a reprodução e localização, as baleias a utilizam para encontrarem suas presas e se alimentarem.

Além dos ruídos, outro problema enfrentado pelas baleias é a colisão com embarcações. Há casos relatados de baleias feridas gravemente por essas embarcações (CALDAS, 2003, p.11). Apesar de não serem muito frequentes, esse tipo de acidente representa um sério risco potencial para os animais, bem como uma ameaça à segurança das embarcações e passageiros.

Deste modo, essa grande área especialmente protegida é de vital importância para a baleia-franca, pois a espécie depende diretamente destes ambientes para sua reprodução, sendo que a sua viabilidade populacional é grandemente afetada pelos impactos locais nestas áreas. Esses habitats costeiros e marinhos são protegidos em diversos países, por possuírem essa característica em comum – são vitais para o ciclo de reprodução dessas espécies migratórias, que passaram por longas décadas sendo caçadas desenfreadamente. Essas Unidades de Conservação, portanto, servem “como bancos genéticos de grande valor para o processo de recomposição populacional” (PROJETO BALEIA FRANCA), não devendo haver, portanto, nenhum tipo de perturbação capaz de afetar esses seres.

4.3 ANÁLISE DO JULGADO À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E DA PRECAUÇÃO

O Instituto *Sea Shepherd* Brasil - Instituto Guardiões do Mar - ISSB ajuizou Ação Civil pública nº 5002236-48.2012.404.7216/SC, em 07 de novembro de 2012, em virtude da preocupação com a falta da aplicação da legislação protetiva dos cetáceos na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, bem como entendendo que a fiscalização e o monitoramento realizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio estavam sendo insuficientes para garantir a segurança de baleias-francas, turistas e embarcações envolvidos na atividade. Objetivou com ação, que ainda se encontra em tramitação, que o ICMBio fosse condenado a adotar, de forma permanente, as medidas necessárias e eficazes para proteção das baleias-francas, inclusive mediante fiscalização das empresas que praticam a observação de baleias-

francas com uso de embarcações, com ou sem motor, a fim de impedir a violação da legislação.

Na petição inicial, o ISSB formulou pedidos com base essencialmente na Portaria 117 de 1996 do IBAMA, que visa prevenir e coibir o molestamento intencional de cetáceos encontrados em águas jurisdicionais brasileiras. Alguns artigos da Portaria dizem:

Art. 2º É **vedado** a embarcações que operem em águas jurisdicionais brasileiras:

- a) **aproximar-se de qualquer espécie de baleia (cetáceos da Ordem Mysticeti; cachalote, *Physeter macrocephalus*, e orca, *Orcinus orca*) com motor ligado a menos de 100m (cem metros) de distância do animal mais próximo;**
- b) religar o motor antes de avistar claramente a (s) baleia (s) na superfície ou a uma distância de, no mínimo, de 50m (cinquenta metros) da embarcação;
- c) **perseguir, com motor ligado, qualquer baleia por mais de 30 (trinta) minutos,** ainda que respeitadas as distâncias supra estipuladas;
- f) **produzir ruídos excessivos,** tais como música, percussão de qualquer tipo, ou outros, além daqueles gerados pela operação normal da embarcação, a menos de 300 (trezentos metros) de qualquer cetáceo;

Art. 4º Quando da operação de embarcações de turismo comercial no interior de Unidades de Conservação, nas quais ocorra regularmente à presença de cetáceos, caberá à Unidade em questão determinar:

- a) **o cadastramento das embarcações** que operem regularmente na Unidade de Conservação, devendo constar o seu registro competente junto ao Ministério da Marinha, nome, tamanho, tipo de propulsão e lotação de passageiros da embarcação, bem como qualificação e endereço de seu responsável ou responsáveis;
- b) o número máximo de embarcações cuja operação simultânea seja permitida no interior da Unidade de Conservação;
- c) quando da existência de áreas de concentração ou uso regular por cetáceos, a(s) rota(s) e velocidade(s) para trânsito de tais embarcações no interior e/ou na proximidade de tais áreas.

Os pedidos liminares da ação foram os seguintes:

- a **suspensão da prática de observação de baleias com o uso de embarcações, com ou sem motor, dentro dos limites e zona de amortecimento da unidade de conservação da APA da Baleia Franca, até que o ICMBio comprove nos autos as medidas administrativas adotadas para que a legislação pertinente seja cumprida pelas empresas,** condicionadas à análise e verificação prévias do MPF e do ISSB;
- que o ICMBio expeça ofício, no prazo de 24h da intimação do deferimento desta medida liminar, às empresas responsáveis pela prática da observação de baleias com uso de embarcações, com ou sem motor, nos limites e zona de amortecimento da APA da Baleia Franca, informando acerca da decisão judicial;
- **que o ICMBio fiscalize, adote medidas e coíba eventual descumprimento da liminar pelas empresas,** juntando aos autos cópias dos ofícios comprovadamente entregues, no prazo de 24h, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- que o ICMBio junte aos autos cópias de eventuais autuações no prazo de 24h após a sua efetivação;
- **que o ICMBio promova, no prazo de 10 dias, a fiscalização em todas as embarcações que realizam a observação de baleias, confrontando com as**

informações registradas na APA da Baleia Franca, de acordo com art. 4º da Portaria 117/96 do IBAMA, devendo anexar aos autos os laudos de vistoria, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00;

- que o ICMBio, no prazo de 72h, apresente no processo as autuações, efetivadas nos últimos três anos, de embarcações que violaram a legislação de proteção aos cetáceos na área da APA da Baleia Franca e sua zona de amortecimento; e

- que a APA da Baleia Franca, no prazo de 72h, sob pena de multa diária de R\$ 500,00, informe nos autos:

a) o cadastramento das embarcações que operam regularmente na Unidade de Conservação, devendo constar o seu registro competente junto ao Ministério da Marinha, nome, tamanho, tipo de propulsão e lotação de passageiros da embarcação, bem como qualificação e endereço de seu responsável;

b) o número máximo de embarcações cuja operação simultânea é permitida no interior da Unidade de Conservação;

c) as rotas e velocidades para trânsito de tais embarcações no interior e/ou na proximidade das áreas de concentração ou de uso regular por cetáceos; e

d) as mortes de cetáceos ocorridas nos últimos três anos, com a apresentação do respectivo laudo de necropsia (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5002236-48.2012.404.7216/SC. AUTOR: INSTITUTO SEA SHEPHERD BRASIL.

ADVOGADO: RENATA DE MATTOS FORTES. RÉU: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. DANIELA TOCCHETTO CAVALHEIRO - JUÍZA FEDERAL)

Em decisão liminar datada de 09.11.2012, o juízo entendeu prudente determinar, em virtude da aproximação exagerada entre embarcações e animais, e pelas práticas não serem permitidas na legislação, que o ICMBio fiscalizasse a atividade e adotasse medidas que coibissem eventual descumprimento das limitações e distâncias mínimas previstas na legislação, especialmente na Portaria 117/1996 e na IN 102/2006, do IBAMA, assim como determinou que comprovasse a efetivação da fiscalização em todas as embarcações que realizam a atividade.

A Instrução Normativa 102 de 2006 estabelece restrições às atividades náuticas específicas em setores da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca durante os meses de junho a novembro, quando há grande concentração de baleias na região. Ela veda as seguintes atividades náuticas por embarcações motorizadas: “transporte de passageiros com finalidade turística, mediante pagamento ou não; prática e apoio a qualquer forma de esporte náutico; e, atividades recreativas em geral” (IBAMA, IN 102/2006, Art. 2º).

Durante o desenrolar da ACP, o ICMBio levou aos autos documento fornecido pela segunda maior operadora dessa atividade, na região da APA da Baleia Franca, em que é admitida a necessidade de manter os motores ligados como medida de segurança para os turistas, mesmo que as baleias e seus filhotes estejam a menos de 100 metros das embarcações - o que significa descumprir a Portaria 117/96 do IBAMA; informa o Instituto *Sea Shepherd* Brasil em seu *site*. A operadora afirma no documento que é

preciso manter os motores constantemente ligados em virtude dos fatores ambientais da região - como ventos fortes, correntes marinhas e o hábito das baleias-franca de permanecerem a menos de 20 metros da praia, o que colocaria em risco as embarcações pela possibilidade de chocarem-se contra os costões caso os motores estejam desligados ou em ponto neutro. O ISSB afirma que essa revelação também motivou a suspensão da atividade pela Juíza, pois comprova que não há fiscalização suficiente da atividade, conforme trecho da segunda decisão prolatada pela juíza em primeira instância:

Por certo, a aplicação da legislação protetiva dos cetáceos e a fiscalização e monitoramento realizados pelo ICMBio **não estão sendo suficientes para garantir a segurança de baleias-francas, turistas e embarcações envolvidos na atividade, até mesmo em razão das características do litoral em que é realizada e de fatores como a movimentação das marés, os ventos e o próprio deslocamento das baleias-francas.** Tais fatores acabam por colocar em risco não só as baleias-francas, como também turistas e exploradores da atividade. (...) Nesse contexto, demonstradas estão a verossimilhança das alegações do ISSB e a relevância dos argumentos expendidos pelo autor, assim como o **perigo de dano irreparável ou de difícil reparação na hipótese de continuidade da atividade** (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5002236-48.2012.404.7216/SC. AUTOR: INSTITUTO SEA SHEPHERD BRASIL. ADVOGADO: RENATA DE MATTOS FORTES. RÉU: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. DANIELA TOCCHETTO CAVALHEIRO - JUÍZA FEDERAL).

Dessa forma, foi determinada antecipadamente a suspensão imediata do TOBE nos limites e zona de amortecimento da APA nos Município de Garopaba, Imbituba e Laguna, até que haja estudo acerca da viabilidade ambiental da atividade na região, bem como licenciamento ambiental da atividade, em virtude do perigo ocasionado, enquanto não conhecido seu impacto ambiental. Em contrapartida, a decisão não atendeu ao pedido do ISSB de suspensão também do turismo observação de baleias por terra, visto que essa prática “permanece como alternativa à utilização de embarcações para tanto”.

Assim, a tutela antecipada foi deferida parcialmente nos seguintes termos:

Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para determinar:

- a) a **suspensão imediata da observação de baleias-francas com o uso de embarcações**, com ou sem motor, nos limites e zona de amortecimento da APA da Baleia Franca nos Município de Garopaba, Imbituba e Laguna, até que haja estudo acerca da viabilidade ambiental da atividade na região, bem como licenciamento ambiental da atividade;
- b) **que o ICMBio se abstenha de expedir quaisquer atos para autorizar o exercício da atividade de observação de baleias-francas com uso de embarcações** nos limites e zona de amortecimento da APA da Baleia Franca nos Município de Garopaba, Imbituba e Laguna;
- c) na hipótese de o edital referente ao ano de 2013 já ter sido expedido ou as empresas já estarem cadastradas, que o ICMBio suspenda imediatamente o cadastramento ou as autorizações, comprovando tais medidas nos autos no prazo de 15 dias; e

d) que o ICMBio adote medidas administrativas cabíveis para fiscalizar e coibir a atividade de observação de baleias-francas com uso de embarcações nos limites e zona de amortecimento da APA da Baleia Franca nos Municípios de Garopaba, Imbituba e Laguna, enquanto não finalizado o estudo acerca da viabilidade ambiental da atividade na região e o respectivo licenciamento ambiental.

Intime-se o ISSB, inclusive para que, no prazo de 15 dias, esclareça quais medidas pretende tomar para a ampla informação, esclarecimento dos motivos, divulgação e debate dos perigos da atividade e da sua suspensão temporária, bem como para a realização do estudo acerca da viabilidade ambiental da atividade e do respectivo licenciamento ambiental.

Sem prejuízo, cumpridas as disposições desta decisão, venham conclusos para fixação de data para audiência pública (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5002236-48.2012.404.7216/SC. AUTOR: INSTITUTO SEA SHEPHERD BRASIL. ADVOGADO: RENATA DE MATTOS FORTES. RÉU: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. DANIELA TOCCHETTO CAVALHEIRO - JUÍZA FEDERAL).

Em virtude dessa decisão, o ICMBio interpôs Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, sob o argumento de que o Juízo pretendeu intervir no mérito do ato administrativo ao determinar realização de procedimento de licenciamento ambiental, mesmo quando a legislação e os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente não verificaram a necessidade. Salientou, ainda, que a regulamentação e o monitoramento adotados pela APA são suficientes para serem entendidos como um licenciamento ambiental. Assinalou também que, para a APA da Baleia Franca, a educação ambiental é importante instrumento de gestão que objetiva a sustentabilidade ambiental; de maneira que a referida unidade de conservação tem envolvido a comunidade local na preservação do meio ambiente, inclusive com um Conselho Gestor, do qual já fez parte a agravada.

Importante salientar que o ICMBio apresentou nos autos um ofício do Projeto Baleia Franca, assinado pela bióloga diretora do Projeto, em que está registrado que não há evidências sobre a existência de impacto da atividade de turismo de observação embarcado às baleias francas; entretanto, o mesmo ofício recomendou pela continuidade dos estudos sobre possível impacto ambiental da atividade.

Ao analisar o recurso, a terceira câmara do TRF4, em decisão unânime, votou no sentido de negar provimento ao Agravo de Instrumento, mantendo a suspensão do TOBE na APA da Baleia Franca. Na referida decisão, o Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, consignou que:

Como é notório e comprovável por meio de dados estatísticos oficiais (Ministério do Turismo - <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>), a observação de baleias é atividade que aumenta a taxa de turismo local e nacional, sendo **que a temporada de avistamento no litoral brasileiro vai**

de julho a novembro e coincide com o período em que quase oito mil baleias migram desde o polo sul para dar à luz e amamentar as suas crias em águas tropicais. Por isso, a preocupação em não só estimular a educação ambiental, como menciona o ICMBio, e em proteger a atividade econômica dos trabalhadores que dela dependem mas, principalmente, a necessidade de se preservar a espécie em unidade de conservação em que é imprescindível o devido licenciamento ambiental. As fotos juntadas pelo peticionante ISSB (evento 3 - PET 1) demonstram que a ação antrópica pode colocar em risco a reprodução dos cetáceos.

Cumprе ressaltar que a aplicação dos Princípios da Prevenção deve sempre ser cotejada com as circunstâncias e fatos concretos que envolvem o caso e não simplesmente como meio de resguardar eventuais prejuízos não suficientemente demonstrados, o que não é o caso dos autos.

Assim, tenho que não assiste razão ao recorrente, ao alegar que o Juízo pretende intervir no mérito do ato administrativo, ao determinar a realização de procedimento de licenciamento ambiental onde a legislação e os órgãos integrantes do SISNAMA não verificaram necessidade.

Dessa forma, **merece ser mantida a decisão que determinou a suspensão imediata da observação de baleias-francas com o uso de embarcações, com ou sem motor, nos limites e zona de amortecimento da APA da Baleia Franca nos Municípios de Garopaba, Imbituba e Laguna, bem como que adote as medidas administrativas cabíveis para fiscalizar e coibir a atividade de observação, excetuada a observação em terra, até que haja o competente estudo acerca da viabilidade ambiental da atividade na região, bem como o licenciamento ambiental da atividade, comprovando a adoção de tais medidas no prazo de 15 dias (DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 5012653-43.2013.404.0000 DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, TERCEIRA TURMA, 27 DE JUNHO DE 2013) (grifei).**

Em notícia divulgada no *site* do ISSB, é informado que o Instituto solicitou consulta ao Sub Tenente da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, profissional com habilitação e experiência em navegação costeira com 15 anos de atuação em resgate de pessoas no mar, Sr. Hamilton Fernandes dos Santos, que analisou as informações prestadas pela operadora do turismo. Ele assim afirma:

A operadora está certa ao analisar os fatores de risco de se navegar em enseadas. Não considero viável pelos critérios mínimos de segurança de navegação e da salvaguarda da vida dos turistas. **Além de apresentar alto risco para as baleias também.** Tenho 30 (trinta anos) de experiência em navegação e 47 (quarenta e sete) de contato com o mar, sou neto e filho de pescador, e já passei por muita situação difícil no mar, por isso tenho certeza de que este tipo de turismo é muito arriscado na região da área de proteção ambiental da baleia franca e, se for liberado, será sem condições de garantia e segurança dos turistas observadores de baleias, isso é constatado por qualquer pessoa que entenda de navegação, por isso fico preocupado que o ICMBio libere essa atividade (ISSB). (grifei)

Também informa que consultou o Dr. Antônio Libório Philomena, oceanógrafo e docente pesquisador aposentado da Universidade Federal de Rio Grande. Ao visitar a região da APA da Baleia Franca, o Dr. Philomena considerou esse turismo em enseadas pequenas e fechadas como sendo uma fonte de molestamento para as baleias franca e

grave risco para os turistas; bem como destacou em seu Laudo Técnico, já anexado aos autos da ação judicial, que:

Observando o ciclo de vida deste cetáceo, fica claro que **a criação da APA com 130 Km de extensão na costa catarinense, tem como função primordial separar uma área marinha costeira para um berçário.** Ponto crucial na fase 1 da manutenção de uma população – reprodução, gestação, nascimento, amamentação e preparo do jovem para o grande desafio – a migração para o Sul. **Berçário, em algumas publicações, é quase sinônimo de descanso, tranquilidade, sossego e quietude** (ISSB). (grifo nosso).

Ainda, a advogada responsável pela ACP afirma no *site* do ISSB, que:

Em enseadas pequenas, fechadas e semifechadas, há a presença de fatores ambientais que determinam outras condições de segurança de navegação incompatíveis com a legislação de proteção aos cetáceos. Em Abrolhos a observação das baleias jubarte ocorre a 70 km da costa, em mar aberto, o que possibilita o cumprimento integral da legislação de proteção aos cetáceos durante o avistamento. Da mesma forma, o TOBE de Baleias Franca praticado na Península Valdes, Argentina, por ser formada por dois golfos, Nuevo e de São José, com extensão de 40 km e 32 km respectivamente, caracterizam diferenças fundamentais e intransponíveis que determinam a legalidade ou ilegalidade da atividade diante da possibilidade ou não de cumprimento da legislação (ISSB).

Diante do teor do acórdão referido, foram interpostos embargos de declaração pelo ICMBio em 28.11.2013, por entender que o Tribunal se omitiu ao não ter analisado a questão da *reformatio in pejus*. Os embargos foram negados, alegando-se que no caso dos autos inexistia omissão, contradição ou obscuridade, pois o acórdão embargado decidiu fundamentadamente sobre os pontos controvertidos na demanda.

Não satisfeito, o ICMBio recorreu mais uma vez via Recurso Especial, alegando a nulidade do acórdão resultante dos embargos de declaração, por negativa de prestação jurisdicional. Entendeu que a decisão recorrida incorreu em *reformatio in pejus*, visto que, ao julgar o recurso de agravo de instrumento, o Tribunal proferiu decisão mais desfavorável ao ICMBIO sob o ponto de vista prático do que aquela contra a qual se interpôs o agravo; pedindo a reforma do acórdão e o provimento do Agravo de Instrumento. O TRF4 não admitiu o RE, pois entendeu que os referidos dispositivos legais e suas respectivas matérias não foram prequestionados pelo acórdão em debate, não tendo o recorrente mencionado o tópico nos embargos declaratórios apresentados, conforme a Súmula nº 211 do STJ.

Ao analisar-se o desenrolar da ACP, bem como o julgado do TRF4, é notória a intenção protetiva dos magistrados em relação ao meio ambiente. Como bem disse o desembargador Fernando Quadros da Silva, o caso preocupa-se principalmente com a necessidade de preservação da espécie que ocupa a unidade de conservação, visto que

os fatos concretos demonstram que a ação antrópica realizada na APA gera diversos riscos às baleias.

Dessa forma, tanto em primeira quanto em segunda instância, foram utilizados os princípios da precaução e da prevenção para fundamentar a necessidade do estudo de impacto ambiental, bem como de uma maior e efetiva fiscalização, assim suspendendo a atividade. Como se pode notar, o Direito Ambiental, diferente de outras áreas jurídicas, “afasta a necessidade de comprovação fática das lesões, ou seja, não exige certeza da previsibilidade de efeitos danosos”, sendo a verossimilhança de efeitos nocivos ao meio ambiente capaz de permitir ao Poder Público que limite certas atividades, como foi feito na ACP (ALVES, 2005, p.22).

O Estudo de Impacto Ambiental é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º, III, Lei 6.938/81) e se relaciona com o Licenciamento Ambiental, fazendo parte dos diversos procedimentos de avaliação ambiental. Possui extrema relevância por ser um dever constitucionalmente imposto ao Poder Público e voltado à defesa de um direito humano fundamental (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 225, §1º, IV), bem como por consagrar o princípio da precaução, do desenvolvimento sustentável e da informação ambiental (FIGUEIREDO, 2012, p.205-209). A exigência imposta ao Poder Público é bem clara: promover o meio ambiente ecologicamente equilibrado, não sendo dada a ele a opção de deixar de exigir do empreendedor o EIA (doutrina do prof. p. 244).

É preciso deixar claro que a avaliação de impactos ambientais (AIA) não é “pura e simplesmente” gênero do qual o EIA seria uma espécie; Figueiredo considera que a AIA é “um sistema complexo e aberto de estudos, projetos e laudos destinados à proteção e recuperação ambiental” (2012, p.200), complexo porque não exclui nenhum procedimento de avaliação ambiental, todos integram esse sistema sem exceções; e aberto porque admite novas modalidades quem possam ser legalmente criadas.

A Resolução 1/86 do CONAMA traz um rol de diversas atividades para cujo licenciamento é necessário o EIA. Para autores como Paulo Afonso Leme Machado e José Afonso da Silva, esse rol é somente exemplificativo, podendo outras atividades serem acrescentadas na lista, visto que a própria resolução fala em “atividades modificadoras do meio ambiente, tais como...”, sendo essa expressão, “tais como”, entendida no sentido de que outras atividades também podem entrar nesse rol. Da mesma forma é a Constituição Federal, que não admite limitação taxativa dos casos de EIA, sendo qualquer obra ou atividade que possa apresentar riscos de degradação

significativa do meio ambiente, sujeita ao prévio estudo (FIGUEIREDO, 2012, p.212-213).

Sobre a Avaliação de Impacto Ambiental a Declaração do Rio de 1992 apontou no seu artigo 17:

A avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, será efetuada para as atividades planejadas que possam vir a ter um impacto adverso significativo sobre o meio ambiente e estejam sujeitas à decisão de uma autoridade nacional competente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

Nesse viés, é importante conceituar o que se entende por impacto ambiental. Define a Resolução 1/86 do CONAMA da seguinte forma:

considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

Impacto ambiental, deste modo, é resultado direto das atividades humanas; atividades essas que podem recair sobre o meio ambiente de maneira positiva ou negativa, dependendo da qualidade da interferência efetuada. Entretanto, interessa aqui somente os impactos negativos oriundos das mais diversas ações antrópicas.

Múltiplos costumes e hábitos do homem, abrangidos em diferentes áreas, como na utilização da água, na produção de resíduos sólidos gerados devido ao consumismo, bem como no avanço tecnológico, geram esse tipo de impacto negativo no meio ambiente (ANTONI; FOFONKA, 2013). Um dos impactos mais preocupantes da sociedade em geral é a produção de resíduos; segundo pesquisa realizada em 2012, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, são coletados 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos por dia no Brasil, em 90% das residências brasileiras. A matéria orgânica representa 51,4% do lixo diário, e apenas 31,9% é composto de material reciclável (alumínio, plásticos, papel, aço, metais e vidro). Para toda essa produção, não há coleta seletiva suficiente, principalmente nas regiões mais pobres e em municípios menores. Consolidar esse tipo de programa seria uma solução viável que diminuiria os efeitos desse impacto ambiental (IPEA).

No caso da ACP, com base nos riscos ao meio ambiente, e assim, nas palavras do desembargador Fernando Quadros da Silva, os princípios foram aferidos por “circunstâncias e fatos concretos que envolvem o caso e não simplesmente como meio de resguardar eventuais prejuízos não suficientes demonstrados”. Assim, resta clara a

necessidade do EIA, em virtude da adoção dos princípios da prevenção e da precaução.

Esses dois princípios são fruto de diversos encontros e discussões internacionais e foram consolidados na Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, bem como na Declaração do Rio e na Agenda 21. São identificados como mecanismos de proteção ambiental “pré-lesão”, pois alteraram o paradigma do sistema mundial, que sempre “reparou”, e agora está preocupado com “preservar” (ALVES, 2005, p.41).

O princípio da precaução ingressou no Direito Ambiental com o intuito de eliminar, ou ao menos reduzir, os riscos de dano à saúde e ao meio ambiente. Está presente no artigo 15 da Declaração do Rio de Janeiro, que prescreve o seguinte:

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. **Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental** (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) (grifei).

Ele exige que as autoridades responsáveis façam a gestão ambiental da atividade com o intuito de impedir a agressão ambiental; não se pretendendo arriscar que os danos potenciais, mesmo que incertos, de fato ocorram (ALVES, 2005, p.21).

Enquanto esse artigo estabelece que a obrigação do Estado é “de acordo com suas capacidades”, ou seja, as obrigações impostas são de natureza relativa; a Convenção para a Proteção do Ambiente Marítimo do Nordeste Atlântico de 1992, estabelece de forma mais avançada. Em seu artigo 2º, indica-se que a tomada de atitudes preventivas deve ser obrigatória, não abrindo espaço para relativização, bem como devem ser tomadas se houver a possibilidade de dano somente, enquanto no princípio 15, o dano tem que ser irreversível (WOLFRUM, 2004, p.17).

Já na Comissão das Comunidades Europeias de 2000, novos aspectos foram instituídos para melhorar a aplicação desse princípio, conforme explica Leite e Ayala:

necessidade de se compreender este princípio como **pressuposto prévio de todos os processos de decisão política que tenham por conteúdo a gestão de riscos**; identificação da relevância do princípio como um importante instrumento de **distribuição do ônus da prova**; análise dos mais relevantes princípios que orientam sua aplicação: os princípios da proporcionalidade, não discriminação, coerência, fungibilidade (ou modificabilidade) e balanceamento (*balancing* ou *abwagung*); **destaque da importância da correta compreensão do problema da avaliação científica, relativamente ao momento e à responsabilidade pela atividade** (LEITE; AYALA, 2002, p.66) (grifei).

Portanto, diante da dúvida e da incerteza científica, o operador jurídico “deve ter como fio condutor uma postura precavida”, o que abre passagem para “uma nova

racionalidade jurídica, mais abrangente e complexa, vinculando a ação humana presente a resultados futuros” (FENSTERSEIFER; SARLET, 2014, p.164). Basta a dúvida ou a incerteza de haver lesão ao meio ambiente para que se possa utilizar esse princípio, pois o dano propriamente dito, pode ser entendido sob várias formas; desconectando-se, assim, a proteção ambiental da concretude da lesão (ALVES, 2005, p.54).

Para Machado, algo incerto não significa necessariamente que não existe; o que pode acontecer é esse algo não ter ainda, suas dimensões ou seu peso claramente definidos. O incerto não pode ser descartado imediatamente, pois “o fato de o incerto não ser conhecido ou de não ser entendido aconselha que ele seja avaliado ou pesquisado” (MACHADO, 2011, p.593). O autor também faz uma análise em relação a ignorância e o princípio da precaução, dizendo que a “incerteza no conhecimento é uma forma de ignorância”, e ela não pode ser um pretexto para a imprudência. E ainda, assinala: “o princípio da precaução não quer conservar ou perenizar a ignorância, mas, pelo contrário, quer vencê-la, com a pesquisa, com o estudo e com a constante avaliação dos fatos e dos métodos” (MACHADO, 2011, p. 594).

Fensterseifer atenta para o fato de que não se deve confundir incerteza científica com incerteza em relação à imutabilidade do dano. Ele cita exemplos:

Na adoção de medidas fitossanitárias ou zoossanitárias, a administração pública pode decidir sacrificar milhares de frangos ou bois em razão da ocorrência de um único caso de gripe aviária ou doença da vaca louca. (...) não há certeza, nestes casos, uma certeza de todos os frangos, todos os bois (...) venham a contrair a doença, mas há a certeza de que a doença é extremamente grave e de fácil disseminação. Assim, estas medidas sanitárias, autorizadas por lei, não têm por base o princípio da precaução – não se trabalha aqui com hipótese de dúvida acerca do dano causado pela doença – já que existe uma certeza científica a tal respeito (2012, p.131).

Importante entender o termo “ameaça”, empregado na Declaração do Rio, o qual significa para o Direito Ambiental a existência de uma situação de fato que leva a autoridade responsável a acreditar que o dano ocorrerá e, assim, antecipar-se e evitar o dano. O princípio da precaução, portanto, caracteriza-se pela impossibilidade de tipificação de todas as condutas geradoras de risco, perigo ou ameaça ao meio ambiente (ALVES, 2005, p.55).

O risco, portanto, não é um acontecimento imprevisível, pois está relacionado à atividade que já se sabe ser perigosa (ALVES, 2005, p.56). Como exemplo de risco potencial, que obriga a existência do prévio estudo de impacto ambiental, pode-se citar a transmissão da comunicação por meio de espectro eletromagnético, como nos serviços de rádio; visto não haver certeza científica, por mais que haja inúmeros estudos nesse

campo, de que essa atividade possa causar lesões à coletividade, justificando, assim, restrições quanto ao local de colocação de antenas e seus equipamentos (ALVES, 2005, p.22).

O princípio da precaução é considerado também como mecanismo para prevenir situações irreversíveis do ponto de vista ambiental, como a extinção de espécies da fauna, por exemplo. O sistema contemporâneo não dá conta de dominar com segurança todas as consequências de seus atos nas dimensões de espaço e tempo, sendo, portanto, indispensável a identificação dos riscos, ao invés de “aguardar pelo pior”. No momento em que o avanço científico for capaz de demonstrar a segurança de determinada atividade, serão desnecessárias as medidas da precaução (FENSTERSEIFER, SARLET, 2014, p.165).

Ainda, o conceito de “gestão de riscos” se faz presente na apreciação desse princípio, de forma que se trata de uma análise e de escolhas que forneçam respostas capazes de impedir o dano, “compatibilizando as medidas protetivas e a liberdade de atuação do interessado na atividade ou conduta perigosa” (ALVES, 2005, p.60). Para Machado, “controlar o risco é não aceitar qualquer risco. Há riscos inaceitáveis, como aquele que coloca em perigo os valores constitucionais protegidos, como (...) os processos ecológicos essenciais” (MACHADO, 2001, p.59), a exemplo do que acontece na área de preservação da baleia franca, um berçário natural.

Um último aspecto importante do princípio da precaução é que ele baseia a inversão do ônus da prova nas demandas ambientais, efetivando o *in dubio pro ambiente* e obrigando o réu a provar que sua atividade não é perigosa nem poluidora (MARCHESAN, 2004, p.30). Demonstrando que a atividade não é prejudicial, são afastadas as medidas preventivas.

Já no que tange ao princípio da prevenção, sua aplicação e significado são diferentes. Seu âmago está no impedimento de repetir atividades que se mostraram perigosas, atividades que já se tem ciência de serem arriscadas ou nocivas. É concreta, portanto, a lesão, além de ser imediata. Também é certa a periculosidade da atividade, e a origem do risco é conhecida. O risco, por conseguinte, não é mais potencial; é certo e conhecido (ALVES, 2005, p.72).

Para Leite e Ayala, os elementos capazes de afirmarem que a atividade é perigosa já existem, modificando a configuração do risco, que deixa de ser “risco de perigo”, para ser “risco de produção de efeitos sabidamente perigosos” (2002, p.67).

Esse princípio envolve cinco atitudes consideradas diretrizes necessárias para

que se organizem as informações e para que haja pesquisa das medidas protetivas, alcançando a eliminação e a redução de áreas ameaçadas. As cinco atitudes são:

1º) identificar, inventariar espécies animais e vegetais de um determinado território, visando a conservação e controle de poluição; 2º) identificar e inventariar ecossistemas, elaborando o mapa ecológico; 3º) realizar o planejamento ambiental e econômico integrados; 4º) ordenamento territorial ambiental para valorização das áreas com sua aptidão; 5º) realizar o Estudo de Impacto Ambiental (MACHADO, 2004, p.67).

A prevenção envolve, portanto, “a atualização dos dados, a reavaliação e formulação de políticas ambientais para aceitação e utilização pela sociedade em geral” (ALVES, 2005, p. 74).

O princípio da prevenção não aparece expressamente com esse nome na Declaração de Estocolmo, entretanto, encontra-se em diversos dispositivos, como por exemplo, no Princípio 5: “os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se *evite* o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE). Já no âmbito legislativo brasileiro, é consagrado como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiental, pois o conjunto de princípios encontrados na Lei 6.938/81, revelam “a matriz axiológica do princípio da prevenção”, mesmo não aparecendo exposto na norma (FENSTERSEIFER, SARLET, 2014, p.162).

Expressamente está disposto na Lei da Mata Atlântica no seu artigo 6º, parágrafo único, que diz: “na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da *prevenção*, da precaução (...)” (PLANALTO, Lei n. 11.428/06, art. 6º); e na Lei da Política Nacional sobre Mudanças do Clima no seu artigo 3º: “a PNMC e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da *prevenção*, (...)” (PLANALTO, Lei n. 12.187/09, art. 3º).

Há diversos exemplos práticos da utilização do princípio da prevenção pelo Poder Público. Como um deles, pode-se citar a gestão de resíduos, os quais são considerados “um passivo ambiental que agride ao meio ambiente exigindo grandes investimentos futuros para recuperá-lo ou restaurá-lo”. O transporte desses resíduos, que muitas vezes possuem propriedade explosiva, “pode configurar risco expressivo, visto que é realizado em áreas habitadas, mananciais hídricos, de vegetação nativa”, gerando uma fiscalização e planejamento por parte do poder público para que o transporte ocorra

com segurança (ALVES, 2005, p.75). Também o sistema de registro de agrotóxicos pode caracterizar-se como aplicação do princípio da prevenção; com a Lei n 7.802/89, definiram-se o conceito de substâncias tóxicas e o regulamento de todo procedimento necessário, que exige um relatório apontando a toxicidade da substância, sua degradabilidade, seu potencial de mutação, seus efeitos tóxicos, entre outros.

Ainda, no entendimento de Alves, a aplicação do princípio da prevenção encontra seu principal exemplo no controle da poluição, visto que “as consequências oriundas de degradação do solo, da água, do ar, geram efeitos nocivos à sadia qualidade de vida, efeitos de comprovação conhecida pela comunidade médica e científica” (2005, p.77).

Esses princípios, assim como todos os demais princípios considerados fundamentais para o direito ambiental, decorrem do conhecimento aprendido na prática pela sociedade contemporânea, bem como são construções científicas geradas ao longo de muito tempo. Eles embasam as normas e as condutas a serem adotadas como “salvaguardas do bem comum”, e não são “apenas assentes e retrospectivos, mas ainda, dinâmicos e projetivos”, pois são constantemente aperfeiçoados e mutáveis, abertos “às mudanças que se introduzem geração pós geração” (MILARÉ, 2011, p.404). Para Mirra:

os princípios prestam importante auxílio no conhecimento do sistema jurídico, no sentido de uma melhor identificação da coerência e unidade que fazem de um corpo normativo qualquer um verdadeiro sistema lógico e racional (2012, p. 341).

Nessa linha, pode-se dizer que o Direito reflete determinados valores sociais que definem a organização da vida, e, via de regra, esses valores “são decorrência expressa dos princípios do ordenamento jurídico”, e definem e cristalizam “determinados valores sociais que passam, então, a ser vinculantes para toda atividade de interpretação e aplicação do Direito” (MIRRA, 2012, p. 342). Para o autor Mota, ao aplicar os princípios, os tribunais, primeiramente, terão que “se afastar da postura Normativista, de acentuado apego positivista e dar consequências àquilo que é a própria matéria do direito, a sua consideração como objeto cultural e, como tal, flexível e cambiante” (2011, p.588).

No entendimento de Catalan, o direito ambiental, para além da previsão normativa, inspira-se em regras de direito natural, “eminentemente principiológicas, fruto não de inspiração metafísica, mas da razão humana que há de inspirar a preservação de todos os seres que ainda habitam o planeta” (2011, p.494).

Assim sendo, importante, sem dúvidas, foi a utilização dos princípios da precaução e da prevenção no julgado que suspendeu o Turismo de Observação de Baleias Embarcado na APA da Baleia Franca, devendo-se lembrar de que cada um dos princípios do direito ambiental, “possui importância ímpar (...) e sob nenhuma forma de argumentação, poderão ser ignorados sob o argumento de que existem regras positivadas para a situação havida no plano concreto” (CATALAN, 2011, p. 514), sendo meios eficazes para se tutelar o bem ambiental.

Portanto, o Tribunal seguiu corretamente a tendência protecionista que está querendo se firmar na consciência social; protegeu o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado - nosso bem maior, salvaguardando os animais, seres tão dependentes da Natureza para sua sobrevivência; não diferentemente de nós, que também animais somos.

CONCLUSÃO

Na pesquisa realizada, restou claro que o paradigma no qual a sociedade atual se estruturou não se ajusta mais com a atual conscientização mundial, tendo em vista que a necessidade de mudanças é urgente. Constatou-se que, ao mesmo tempo em que se chegou no auge do modelo capitalista, chegou-se, também, ao limite do que a Natureza pode suportar e, conseqüentemente, a crise se instaurou. É evidente que os recursos naturais são finitos, que não se regeneram na velocidade esperada pelo Homem e que seu poder de regeneração não será capaz de acabar com mais de três séculos de destruição desenfreada.

Concluiu-se que a crise não se solucionará sem a superação desse paradigma, sem a modificação dos princípios que basearem o capitalismo, como o individualismo, por exemplo. É necessária uma reavaliação da realidade humana, uma mudança de interesses, de valores, pois para essa superação é necessária a alteridade, o fim da visão individualizada, o fim da busca desenfreada por acumulação de poderes; visto que a transformação mundial só acontecerá no momento em que se perceber e entender que o valor do meio ambiente para a vida do planeta é muito maior do que qualquer outro bem ou dinheiro.

Para se chegar a essa situação transformadora, tem-se orientações mínimas, as quais todos devem seguir, como por exemplo, a visão da alteridade, o fim do egoísmo – cuidar do meio ambiente pensando nas presentes gerações, mas principalmente, nas gerações futuras, que, com certeza, sofrerão conseqüências sérias, em virtude de tudo que já se foi feito sem pensar no meio ambiente. É incontestável a necessidade de promoção de um processo intenso de Educação ambiental e Ética, para que esse seja um processo de construção, capaz de promover grandes mudanças.

Assim, tornou-se claro que o primeiro passo em busca da proteção ambiental foi a conscientização mundial. O enfoque nos problemas ambientais surgiu no momento em que os primeiros desastres ambientais preocuparam as nações, e assim, começaram a tomar corpo, na metade do século XX, as primeiras iniciativas de regular o tema e tornar a proteção ambiental objeto de cooperação internacional.

Diversas iniciativas foram elencadas, pois foram de extrema importância, ao passo que preconizaram a conscientização mundial. Rachel Carson e o livro “Primavera Silenciosa”, o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, U. Thant; o Movimento Contracultura, o *Clube de Roma* e tantos outros, são responsáveis por

inaugurar a nova perspectiva mundial, que começava a raciocinar em busca de instrumentos jurídicos para preservação ambiental.

Nesse contexto, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, também chamada de Conferência de Estocolmo, ocorrida na Suécia em 1972, que debateu sobre as consequências do desenvolvimento econômico na degradação do Planeta. Conclui-se pela sua extrema importância, pois tinha a responsabilidade de nortear o comportamento e as decisões relativos à questão ambiental, bem como foi a primeira tentativa de aproximação entre os direitos humanos e o meio ambiente; primeira vez que se projetou a ideia do direito fundamental ao meio ambiente.

Outra iniciativa analisada foi a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. A Eco-92 foi saudada como sendo o mais importante e promissor encontro mundial do século XX. A conclusão principal a qual se chegou foi que é preciso erradicar a pobreza. O desenvolvimento sustentável só ocorrerá se os níveis de pobreza mundiais forem reduzidos, consagrando, assim, o Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, o qual é responsável pelo enunciado de que as imputações aos Estados não devem ser iguais, visto que diversas são as contribuições poluidoras de cada um, confirmando que os países desenvolvidos são os maiores responsáveis pela crise atual, cabendo a eles tomar as principais medidas para combater a poluição.

Essa Conferência trouxe esperança de que o atraso ocorrido entre Estocolmo e Rio fosse recuperado, entretanto, restou claro que um plano de metas, com prazos e recursos, que efetivamente trouxessem a cooperação internacional, era necessário e não foi determinado pela Eco-92.

Outros instrumentos foram analisados na pesquisa, responsáveis por descrever um futuro nada promissor para a Terra, a exemplo o IPCC– Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que se reuniu em Paris em 2007, e firmou um relatório alarmista sobre as consequências do aquecimento global. O relatório chamado de “Alteração Climática”, revelou um aumento médio global das temperaturas entre 1,8°C e 4,0°C até 2100, podendo chegar até 6,4°C, se a população e a economia continuarem crescendo nos níveis atuais. O relatório apontou, com mais de 90% de confiabilidade, que a maior parte do aumento de temperatura observado nos últimos 50 anos foi provocada por atividades humanas.

Por fim, analisou-se a Conferência Rio+20, ocorrida em 2012, que teve o intuito de renovar o engajamento dos líderes mundiais com a questão ambiental do planeta, que

tinha sido firmado em 1992. Foi a maior conferência realizada pela ONU e teve dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Suas conclusões sobre os temas foram firmados na Declaração “O futuro que queremos”, que reafirmou a necessidade de reduzir as desigualdades nacionais e internacionais, pois só assim haverá desenvolvimento sustentável; ao mesmo tempo que reconheceu que os progressos obtidos nos últimos 20 anos foram desiguais. E ainda, não foram estabelecidas novas metas, novos compromissos concretos em busca do desenvolvimento sustentável; sendo ao final, concebida como uma “conferência de revisão”, não como uma “reunião de cúpula”.

Após analisar todo esse crescente despertar ambientalista, foi estudada a evolução da legislação brasileira. Do Brasil Colônia até a atualidade, a intensão do legislador mudou muito; as primeiras leis se preocupavam com a falta de alimentos, proibindo o corte deliberado de árvores frutíferas, por exemplo, tipificado como crime de injúria ao Rei, entre outros dispositivos. Uma norma considerada precursora do Brasil-Colônia foi o “Regimento sobre o pau-brasil” de 1605. Percebeu-se seu viés protecionista, ao determinar que a madeira é um “bem comum” dos moradores. Continha, inclusive, penas rígidas a quem cortasse madeira sem licença do Rei. Entretanto, para outros autores, os dispositivos isolados que existiam naquela época, tinham mais um objetivo utilitaristas, não considerados como protetores do meio ambiente, pois protegiam somente os recursos naturais que tivessem valoração econômica.

Foi a partir da década de 20, que surgiu uma legislação ambiental mais completa, a exemplo do Serviço Florestal do Brasil, criado pelo Decreto 4.421 em 1921, cujo objetivo era a conservação e aproveitamento das florestas. Importante foi a Lei n. 4.771 de 1965, que instituiu o Código Florestal Brasileiro, o qual tratou de forma pioneira a proteção ambiental em um alto grau, tanto para ecossistemas florestais, quanto para outras formas de vegetação. Instituiu a Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal.

É inegável que durante toda a história brasileira inúmeras leis de cunho ambiental foram apresentadas, entretanto, a edição da Lei Federal 6.938 de 1981 instituiu o primeiro grande marco na legislação, ao dispor sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Ela é emblemática por diversos aspectos, dentre eles: considera o meio ambiente patrimônio público, em razão de seu uso comum; determina os conceitos de

meio ambiente, de poluidor e de poluição; institui o SISNAMA e o CONAMA, bem como a responsabilidade objetiva no âmbito civil.

Entretanto, não se pode negar que a Constituição Federal de 1988 constitui o maior marco legal no que tange à proteção ambiental. O art. 225 é considerado o núcleo dessa proteção, pois sintetiza uma série de outros dispositivos que instituem a ordem pública ambiental. É possível enxergar na Constituição o princípio da primariedade do meio ambiente, o princípio da explorabilidade limitada da propriedade (e dos recursos naturais), o princípio do uso sustentável dos recursos naturais, o princípio da prevenção, o princípio do poluidor-pagador, o do usuário-pagador e o princípio da função ecológica da propriedade; e de todo o sistema extrai-se o princípio da precaução, que dita a cautela jurídica na diretriz das atividades.

Ficou claro, ainda, que a CF atribuiu ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado o status de Direito Fundamental, visto que é atrelado profundamente à própria proteção à vida e à saúde, à salvaguarda da dignidade da pessoa humana e à função social/ecológica da propriedade. Está entre os direitos que não se destinam especificamente à proteção de interesses individuais, de um grupo ou de um determinado Estado, e sim, tem como destinatário o gênero humano, e a sua existência.

Após a pesquisa e as considerações traçadas sobre a evolução legislativa brasileira, concluiu-se que o Brasil possui um ordenamento ambiental de bastante relevância e com uma completude satisfatória. Entretanto, ainda falta muito para se efetivar as regras de cunho ambiental, sendo necessária uma maior conscientização da população e uma maior fiscalização e atuação por parte do Poder Público.

No segundo capítulo da pesquisa houve enfoque na fauna, analisando a legislação pertinente, as correntes da proteção animal, bem como decisões emblemáticas. À medida que o bem ambiental foi valorizado, pois o mundo se conscientizou de sua finitude também a fauna ganhou proteção específica. O antropocentrismo, que se preocupa exclusivamente com o bem estar do homem e explora a natureza em seu benefício começou a ser criticado, e correntes questionadoras desse modelo de sociedade surgiram em defesa dos animais.

Conceitos como o de “antropocentrismo alargado” ou moderado foram estudados; considerado como uma visão que protege o meio ambiente, ele se desliga do viés estritamente utilitarista do homem, e substituiu o cunho puramente econômico do antropocentrismo tradicional. A corrente da “ecologia profunda” começa por adotar a

interdependência fundamental do universo, não o considerando como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos interconectados e interdependentes; reconhecendo-se o valor intrínseco de todos os seres vivos, atribuindo dignidade para a natureza.

Como consequência dessa corrente, analisaram-se as correntes do Biocentrismo e do Ecocentrismo. Para os defensores do Biocentrismo, todas as formas de vida são importantes, e o tratamento diferente dado aos seres vivos humanos, em detrimento daquele dado aos não humanos, deve ser rejeitado. Já o Ecocentrismo, associado à visão holística, ou seja, sistêmica, considera o ecossistema como um todo integrado, e por isso deve ser atribuída igual valoração a sua totalidade.

Duas correntes éticas em defesa aos animais são consideradas as de maior relevância. A do “bem estar animal” ou “neoutilitarista” aceita a exploração animal, porém de uma forma mitigada, ou seja, desde que haja uma regulamentação para o uso animal e através da humanidade; os defensores perseguem uma legislação que previna a crueldade. Peter Singer é o expoente dessa corrente, e para ele, a característica fundamental e prévia para que se atribua a um ser o “direito à igual consideração de interesses”, ideia central de seu pensamento, é a capacidade de sofrimento.

Já a corrente contrária, a “abolicionista”, busca a abolição do uso animal para qualquer benefício humano, pois entendem que esses seres possuem um valor inerente e, sendo assim, precisam ser respeitados. Tom Regan lidera a corrente ao criar a tese dos direitos dos animais. Para o autor, os animais devem possuir os mesmos direitos morais básicos que os seres humanos possuem, pois é justo que se atribua a todos os indivíduos que apresentem um valor intrínseco o mesmo respeito, a fim de poderem ser considerados como sujeitos de uma vida.

A seguir, tratou-se da legislação responsável por aplicar a proteção pretendida por esses teóricos analisados. A Constituição de 1988 foi a responsável por inaugurar uma tutela constitucional quanto à proteção da fauna, vedando as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção das espécies e práticas que submetam os animais à crueldade. Para se garantir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a fauna tem que ser protegida, e melhor dizendo, a fauna e a flora em uma proteção integrada dos recursos naturais.

Ficou claro com o estudo do artigo 225, que o constituinte não estava a proteger somente a espécie humana, ao contrário, ele deixa claro a intensão de tutelar a vida em

geral, não só a do ser humano. Já em relação à vedação das práticas cruéis contra animais, fica nítida a preocupação com o bem-estar dos animais.

Mesmo constatando a ampla evolução na legislação afeta à proteção animal, viu-se com a Lei n. 11.794 de 2008, a Lei Arouca, o maior retrocesso legal socioambiental na legislação brasileira. Essa lei, ao permitir e regulamentar a vivissecção, está de acordo com a crueldade com os animais e ignora o mandamento maior da CF que a proíbe expressamente.

Em 1987, entrou em vigor a Lei n. 7.643, que se relaciona à pesca dos cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras, e foi considerada muito significativa, pois resultou na proibição definitiva da pesca ou qualquer tipo de molestamento intencional a esses animais. Anos mais tarde, a Lei dos Crimes Ambientais, n. 9.605 de 1998, editou um capítulo exclusivo dedicado aos crimes contra a fauna, o qual foi responsável por uma grande evolução no que diz respeito às penalidades impostas às atividades danosas cometidas contra a fauna, que passaram de contravenção a crime. O art. 32 dessa lei, o mais importante para a proteção animal, concilia-se à Constituição Federal, proibindo a crueldade e aplicando penas de detenção e de multa.

Chegou-se à conclusão ao final desse capítulo que a extrema dificuldade de superar o paradigma antropocêntrico se dá em virtude de que é sempre a partir do homem que se criam as regras, que se atribuem consideração e interesses aos outros seres, e assim por diante. Sendo necessário, portanto, uma completa transformação na racionalidade humana, na sua forma de pensar. Pode-se dizer, que o tratamento dispensado aos animais se legitima no fato de serem tratados na legislação civil como bens e coisas; ou até, em razão das diferenças que separam humanos e não humanos, como a capacidade da fala, do raciocínio, etc.

No terceiro capítulo chega-se ao ponto principal da pesquisa, a análise do caso do Turismo de Observação de Baleias Embarcado no litoral de Santa Catarina, e a sua suspensão, relacionando-o a dois principais princípios do Direito Ambiental: o Princípio da Precaução e o Princípio da Prevenção. Para isso, foi necessária toda essa construção realizada nos primeiros dois capítulos: da análise da crise ambiental, da necessidade urgente de mudanças, da evolução legislativa e da proteção aos animais, conseguiu-se chegar à análise do julgado que suspendeu o TOBE.

Foi imperioso tratar da caça às baleias realizada durante séculos, para se entender o quão é necessária sua proteção. A Baleia-Franca foi a espécie mais predada pela caça baleeira, pois se caracteriza por ser um animal dócil, de movimentos lentos,

por não passar longos períodos submersa e, principalmente, por sua grossa camada de gordura. A estimativa de que foram caçadas em torno de 200.000 baleias, só no hemisfério sul, é inacreditável. O litoral catarinense teve diversas Armações, que caçaram sem medidas, sendo somente em 1973 o momento que essa prática cruel foi cessada. A espécie chegou a ser considerada como extinta em águas brasileiras; somente em 1982, as primeiras baleias começaram a retornar para o litoral do estado. Por serem espécies migratórias, chegam ao litoral catarinense em busca de águas mais quentes, calmas, propícias para darem à luz a seus filhotes.

Analizado esse triste histórico, não há dúvidas da necessidade de criação da Área de Preservação Permanente da Baleia Franca, o que foi realizada pelo Decreto de 14 de setembro de 2000. A APA é responsável por harmonizar as atividades humanas com a presença das baleias, além de proteger importantes áreas terrestres com costões rochosos, dunas, banhados e lagoas.

A APA está sob a responsabilidade do ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do SISNAMA. Resta ao Instituto a elaboração de um importante instrumento o Plano de Manejo da APA, que se encontra em enorme atraso, visto que deveria ter sido criado até o ano de 2005.

Atualmente, a atividade econômica mais relacionada com a APA da Baleia Franca é o Turismo de Observação de Baleias Embarcado - TOBE, que por meio de embarcações se aproxima e permanece certo tempo com as baleias. A fiscalização dessa atividade também cabe à APA da Baleia Franca. Destacou-se que, ao mesmo tempo em que esse tipo de atividade pode contribuir para a educação ambiental do público se praticada sem perturbações aos animais, e, assim, atribuindo valor econômico à conservação da espécie; é indispensável que haja eficientes processos de fiscalização e cuidados, pois há inúmeros riscos para a segurança das baleias e do próprio público.

Deste modo, restou claro que essa grande área especialmente protegida é de vital importância para a baleia-franca, pois a espécie depende diretamente destes ambientes para sua reprodução, sendo que a sua viabilidade populacional é grandemente afetada pelos impactos locais nestas áreas.

Dessa forma, é justamente contra esses impactos, que podem prejudicar essa espécie já suficientemente prejudicada, que foi ajuizada a Ação Civil Pública que suspendeu o TOBE. Entende o ISSB, que a fiscalização e o monitoramento realizados pelo ICMBio estavam sendo insuficientes para garantir a segurança de baleias-francas, turistas e embarcações envolvidos na atividade. O objetivo da ação, portanto, não é

acabar com o Turismo de Observação de Baleias, e sim, que o ICMBio tome medidas eficazes para fiscalizar e fazer valer as normas que protegem as baleias.

Em decisão liminar datada de 09.11.2012, o juízo entendeu prudente determinar, em virtude da aproximação exagerada entre embarcações e animais, e pelas práticas não serem permitidas na legislação, que o ICMBio fiscalizasse a atividade e adotasse medidas que coibissem eventual descumprimento das limitações e distâncias mínimas previstas na legislação, especialmente na Portaria 117/1996 e na IN 102/2006, do IBAMA, assim como determinou que comprovasse a efetivação da fiscalização em todas as embarcações que realizam a atividade.

Em segunda decisão, após a segunda maior operadora dessa atividade na região da APA da Baleia Franca admitir a necessidade de manter os motores ligados como medida de segurança para os turistas, mesmo que as baleias e seus filhotes estejam a menos de 100 metros das embarcações; foi determinada antecipadamente a suspensão imediata do TOBE nos limites e zona de amortecimento da APA nos Municípios de Garopaba, Imbituba e Laguna, até que haja estudo acerca da viabilidade ambiental da atividade na região, bem como licenciamento ambiental da atividade, em virtude do perigo ocasionado, enquanto não conhecido seu impacto ambiental. O ICMBio, por conseguinte, interpôs Agravo de Instrumento ao TRF4. O Tribunal, em votação unânime, decidiu por manter a suspensão do TOBE, pelos mesmos motivos da Sentença, aplicando os Princípios da Precaução e da Prevenção.

Ao analisar-se o desenrolar da ACP, bem como o julgado do TRF4, conclui-se que é notória a intenção protetiva dos magistrados em relação ao meio ambiente. Como bem disse o desembargador Fernando Quadros da Silva, o caso preocupa-se principalmente com a necessidade de preservação da espécie que ocupa a unidade de conservação, visto que os fatos concretos demonstram que a ação antrópica realizada na APA gera diversos riscos às baleias.

O princípio da precaução ingressou no Direito Ambiental com o intuito de eliminar, ou ao menos reduzir, os riscos de dano à saúde e ao meio ambiente. Ele exige que as autoridades responsáveis façam a gestão ambiental da atividade com o intuito de impedir a agressão ambiental. Ele exige que, diante da dúvida e da incerteza científica, o operador jurídico use uma postura precavida. Restou evidente na pesquisa, que só pelo fato de algo ser incerto, ele não pode ser simplesmente descartado imediatamente; justamente por ser incerto deve ser avaliado e estudado.

O princípio da precaução é considerado também como mecanismo para prevenir situações irreversíveis do ponto de vista ambiental, como a extinção de espécies da fauna, por exemplo. O sistema contemporâneo não dá conta de dominar com segurança todas as consequências de seus atos nas dimensões de espaço e tempo, sendo, portanto, indispensável a identificação dos riscos, ao invés de “aguardar pelo pior”.

Já no que tange ao princípio da prevenção, viu-se que sua aplicação e significado são diferentes. Sua natureza está no impedimento de repetir atividades que se mostraram perigosas, atividades que já se tem ciência de serem arriscadas ou nocivas. O risco, por conseguinte, não é mais potencial; é certo e conhecido. Para se operacionalizar esse princípio deve-se exigir o Estudo de Impacto Ambiental.

Esses princípios, assim como todos os demais princípios considerados fundamentais para o direito ambiental, decorrem do conhecimento aprendido na prática pela sociedade contemporânea, bem como são construções científicas geradas ao longo de muito tempo. Não podem deixar de serem considerados, ainda que exista uma norma que os contradiga. Quando os Tribunais aplicam os princípios, adotam uma postura menos positivista, e tornam-se como o Direito em si, flexível e apto a dar as respostas necessárias aos desafios da sociedade contemporânea.

Assim sendo, importante, sem dúvidas, foi a utilização dos princípios da precaução e da prevenção no julgado que suspendeu o Turismo de Observação de Baleias Embarcado na APA da Baleia Franca. Eles direcionaram o caminho a ser tomado pelos magistrados e influenciaram profundamente a interpretação do direito que era necessária para o julgamento; refletindo o valor maior que é o da proteção do meio ambiente e do resguardo da vida animal no planeta. Sua aplicação traduz a segurança que a sociedade tanto necessita, de que o Planeta será enfim, preservado para a nossa geração, e especialmente pelas que estão por vir.

REFERÊNCIAS

ABREU, Carolina Bezamat de. **Risco Potencial de Colisão de Navios-Barcaça com Baleias-Jubarte em uma Área de Reprodução**. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107197/318641.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 jun. 2015

ABREU, Ivy de Souza; BUSSINGER, Elda Coelho de Azevedo. **Antropocentrismo, ecocentrismo e holismo: uma breve análise das escolas de pensamento ambiental**. Revista *Derecho y Cambio Social*. ISSN: 2224-4131 | Depósito legal: 2005-5822. 2013. Disponível em: <http://www.derechoycambiosocial.com/revista034/escolas_de_pensamento_ambiental.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

ANTONI, Raquel De; FOFONKA, Luciana. **Impactos Ambientais Negativos na Sociedade Contemporânea**. Educação Ambiental em Ação - ISSN 1678-0701. Número 45, Ano XII. Setembro-Novembro 2013. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1557>>. Acesso em: 15 abr. 2015

AVILA, Ana Maria Heuminski de. **Uma Síntese do Quarto Relatório do IPCC. Campinas**: Revista Multiciência. Edição no. 8. Mudanças Climáticas, Maio/2007. Disponível em: <https://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_08/r01_8.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

AYALA, Patryck de Araújo; LEITE, Jose Rubens Morato. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. Forense Universitária. 2ª Ed, 2004.

AZEVEDO, Ruy Emmanuel Silva de; OLIVEIRA, Vlândia Pinto Vidal de. **Reflexos do novo Código Florestal nas Áreas de Preservação Permanente – APPs – urbanas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 29, p. 71-91, abr. 2014. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/32381/22438>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BAHIA, Carolina Medeiros. **Colisão de direitos fundamentais ambientais e a regra da proporcionalidade: um estudo sobre o conflito entre a liberdade de ação cultural e a proteção da fauna contra atos cruéis na farra do boi**. Dissertação (Mestrado em Direito). UFSC, Florianópolis, 2004.

BAHIA. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento Nº 69954-9/2008. Agravante: Roberto Carvalho Portugal e Cia Ltda Me. Agravados: Ministério Público do Estado da Bahia e Outros. Relatora: Desª Maria do Socorro Barreto Santiago. Disponível em: <http://www7.tjba.jus.br/acordao2/consulta/inteiroteor.wsp?tmp.id_acordao=56807>. Acesso em: 17 jun. 2015

BARRETO, Raquel Keppler Mena. **Histórico da caça a Cetáceos da Superfamília Mysticeti no Brasil e no mundo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72379>>. Acesso em: 17 jun. 2015

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de direito ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BECHARA, Érika. **A Proteção da Fauna sob a Ótica Constitucional**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos. Direito constitucional ambiental brasileiro. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BORTOLOZI, Emerson. **A Tutela da Fauna Silvestre como Efetivação do Direito Fundamental ao Meio Ambiente**. Dissertação (Mestrado em Direito). UNIFIEO, Osasco, 2011. Disponível em: <http://www.unifieo.br/files/download/site/mestradodireito/bibliotecadigital/dissertacoes2011/EMERSON_BORTOLOZI.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015

BRASIL, Decreto Nº 4.810, de 19 de Agosto de 2003. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4810.htm>. Acesso em: 10 dez. 2014

BRASIL, Lei 7173, de 14 de Dezembro de 1983. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17173.htm>. Acesso em: 27 nov. 2014

BRASIL, Lei Nº 10.519, DE 17 DE JULHO DE 2002. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10519.htm>. Acesso em: 28 nove. 2014

BRASIL, LEI Nº 11.959 de 29 de Junho de 2009. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm#art37>. Acesso em: 27 nov. 2014

BRASIL, LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em: 27 nov. 2014

BRASIL, Lei n. 9.985 DE 18 DE JULHO de 2000. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 23 jun. de 2015

BRASIL. Decreto de 14 de Setembro de 2000. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2000/Dnn9027.htm>. Acesso em: 18 dez. 2014

BRASIL. Projeto de Lei n. 1565/2011. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508668>. Acesso em: 17 jun. 2015

BRASIL. Projeto de Lei n. 215/2007. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=341067>> Acesso 04 dez. 2014

BRASIL. Projeto de Lei n. 537/2013. **Câmara Municipal de São Paulo**. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/projeto/PL0537-2013.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BRASIL. Projeto de Lei n. 4148/08. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CONSUMIDOR/486822-APROVADO-PROJETO-QUE-DISPENSA-SIMBOLO-DA-TRANSGENIA-EM-ROTULOS-DE-PRODUTOS.html>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BUELONI, Fernanda Soares. **Mudanças Temporais na Utilização da Baleia Franca**, *Eubalaena Australis*, pelas Comunidades Locais dos Municípios de Imbituba E Garopaba, Litoral Sul de Santa Catarina, Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas). UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96327>>. Acesso em: 14 mai. 2015

CALDAS, Carina Raquel Borges. **As ameaças às baleias jubarte e ações visando sua conservação**. Monografia (Graduação em Biologia). Centro Universitário de Brasília. Brasília. 2003. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2358/3/9710947.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2ª ed., 1969. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/118951790/Primavera-Silenciosa-Rachel-Carson>>. Acesso em: 15 Jun. 2015

CASTRO, Peter; HUBER, Michael E. **Biologia Marinha**. Editora ARTMED. 8ª ed. 2012.

CLUB OF ROME. **História do Clube de Roma**. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=4771>>. Acesso em 22 out. 2014.

DIAS, Edna Cardozo. **A Defesa dos Animais e as Conquistas Legislativas do Movimento de Proteção Animal no Brasil**. Revista Brasileira de Direito Animal, Vol.2, Nº2, 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/viewFile/10297/7357>>. Acesso em: 20 out. 2014

DINIZ, Eliezes Martins. **Os Resultados da Rio+10**. Revista do Departamento de Geografia - USP, n. 15, 31-35, 2002. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/31-35.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

DOCUMENTÁRIO SOBRE A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hraPn_XFgg8>. Acesso em: 30 out. 2014.

FARIAS, Talden Queiroz. **Evolução histórica da legislação ambiental**. Âmbito Jurídico. Rio grande, X, n. 39, mar 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1546>. Acesso em: 17 jun. 2015

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

FERREIRA, Helene Sivini. **Do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: um dos desafios lançados ao estado de direito ambiental na sociedade de risco**. Capítulo IV,

Coleção Pensando o Direito no Século XXI – Volume III, 2012. Disponível em: <https://www.ucs.br/.../principios_direito_ambiental_EDUCS_ebooks_2.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015

FLORES, Andiará; DORNELES, Ana Cláudia Bertoglio. **A compreensão do direito ao meio ambiente como direito Fundamental como pressuposto de equivalência dos tratados e convenções internacionais ambientais à emenda Constitucional**. RFD- Revista da Faculdade de Direito da UERJ, v.1, n. 19, jun/dez 2011. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1712> >. Acesso em: 17 out. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Macaco de Zoo também tem direitos humanos, declara corte argentina.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/12/1565726-macaco-do-zoo-tambem-tem-direitos-humanos-declara-corte-argentina.shtml>>. Acesso em: 17 jun. 2015

FOLHA DE S. PAULO. **Pássaros tem direito de viver em liberdade, decide tribunal indiano.** Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/bichos/2015/05/1634419-passaros-tem-direito-de-viver-em-liberdade-decide-tribunal-indiano.shtml>> Acesso em: 17 jun. 2015

FOLHA DE S. PAULO. **Câmara aprova projeto que acaba com símbolo de transgênico em rótulos,** por Ranier Bragon. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1622470-camara-aprova-projeto-que-acaba-com-simbolo-de-transgenico-em-rotulos.shtml>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

GONÇALVES, Anamaria; ISAÍAS, Cleopas; CAMPOS, Natália de. **O animal não-humano e seu status moral para a ciência e o Direito no cenário brasileiro.** Revista de Bioética y Derecho. Número 19, maio 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/fildt/revista/RByD19_art-gonc&isa&camp.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015

GROCH, K.R., MEDEIROS, C.R.M. ; RONCATO, K. **Projeto Baleia Franca/Brasil: 30 Anos de Pesquisa e Conservação.** 4º Congresso Brasileiro de Biologia Marinha (CBBM), Florianópolis (SC), 19 a 23 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.baleiafranca.org.br/oprojeto/publicacoes/2013/resumo-institucional-pbf-cbbmCBBM.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014

GUIMARÃES, Roberto Pereria; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. **Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado.** Revista Ambiente & Sociedade. São Paulo, Vol. XV, n.3, p.19-39. Set-dez 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a03v15n3.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

GUIVANT, Julia S. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck:** entre o diagnóstico e a profecia. Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abril 2001: 95-112. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/188>> Acesso em: 17 jun. 2015

IBAMA. **CITIES.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/servicos/cites>>. Acesso em: 27 nov. 2014

ICMBIO. **APA da Baleia Franca. Gestão.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/o-que-fazemos/gestao.html>. Acesso em: 18 dez. 2014

ICMBIO. **APA da Baleia Franca.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2236-apa-da-baleia-franca.html>>. Acesso em: 16 dez. 2014

ICMBIO. **APA da Baleia Franca. Quem Somos.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/quem-somos.html>>. Acesso em: 18 dez. 2014

ICMBIO. **Conselho da APA da Baleia Franca.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/baleiafranca2.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014

ICMBIO. **Cronograma de etapas para construção do plano de manejo e apresentação em plenária do conselho gestor da APA da baleia franca.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/destaques/43-cronograma-de-etapas-para-construcao-do-plano-de-manejo-e-apresentado-em-plenaria-do-conselho-gestor-da-apa-da-baleia-franca.html>>. Acesso em: 23 mar. 2015

ICMBIO. **Quem Somos.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>>. Acesso em: 03 dez. 2014

INFOESCOLA. **Cetáceos.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/animais/cetaceos/>. Acesso em: 27 nov.14

ISSB - INSTITUTO BALEIA FRANCA. Disponível em: <http://institutobaleiafranca.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2014

ISSB - INSTITUTO NINA ROSA. **Minas Gerais é o Décimo estado Brasileiro a proibir animais em circo.** Disponível em: <http://www.institutoninarosa.org.br/site/boletim/minas-gerais-e-decimo-estado-brasileiro-proibir-animais-em-circo>. Acesso em: 17 jun. 2015

ISSB - INSTITUTO SEA SHEPERD BRASIL. **Quem Somos.** Disponível em: <http://seashepherd.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 03 dez. 2014

ISSB - INSTITUTO SEA SHEPERD BRASIL. **Tubarões.** Disponível em: <http://seashepherd.org.br/tubaroos/> >. Acesso em: 16 jun. 2015

ISSB - INSTITUTO SEA SHEPHERD BRASIL . **Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirma pela segunda vez a suspensão do turismo de observação de baleias embarcado no litoral de Santa Catarina, Brasil, 2013.** Disponível em: <http://seashepherd.org.br/tribunal-regional-federal-da-4a-regiao-confirma-pela-segunda-vez-a-suspensao-do-turismo-de-observacao-de-baleias-embarcado-no-litoral-de-santa-catarina-brasil/>> Acesso em: 09 jun. 2015

ISSB - INSTITUTO SEA SHEPHERD BRASIL. **APA da Baleia Franca estima quarto anos para a realização de Estudo de Impacto Ambiental, 2013.** Disponível

em: <<http://seashepherd.org.br/apa-da-baleia-franca-estima-quatro-anos-para-realizacao-de-estudo-de-impacto-ambiental-em-sc/>>. Acesso em: 09 jun. 2015

IPCC. **História da Organização.** Disponível em: <http://www.ipcc.ch/organization/organization_history.shtml>. Acesso em: 31 out.14

IUCN - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. **The IUCN Red List of Threatened Species**, 2012. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org/apps/redlist/details/8153/0>>. Acesso em: 10 dez. 2014

JERÔNIMO, Daniel; BALOD, Edison P.; JERÔNIMO, Rosa N. T. **História, ambiente e turismo: da caça à preservação da Baleia Franca em Garopaba e Imbituba - SC.** Gaia Scientia, 2008, 2(1): p-63 - p-74. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/viewFile/2548/2221>>. Acesso em: 17 jun. 2015

KLOCK, Andréa Bulgakov; CAMBI, Eduardo. Vulnerabilidade Socioambiental. In: **Direito Ambiental: fundamentos do direito ambiental.** Organizadores: Édís Milaré, Paulo Affonso Leme Machado. Coleção doutrinas essenciais, V. I. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

KRÜGER, E.L. **Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental.** Revista Desenvolvimento e meio ambiente. Editora da UFPR, 2001, n. 4: 37-43. Disponível em: <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/download/3038/2429>. Acesso em: 17 jun. 2015.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____; FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. **Estado de Direito Ambiental: o antropocentrismo alargado e o direito da fauna.** XXXIII. Jahrestagung der DBJV. Vom 11. Bis 14. November 2004 in Regensburg.

_____; MOREIRA, Danielle de Andrade; ACHKAR, Azor El. Sociedade de risco, danos ambientais extrapatrimoniais e jurisprudência brasileira. In: LEITE, José Rubens Morato; FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila (Org.). **Biossegurança e Novas Tecnologias na Sociedade de Risco: aspectos jurídicos, técnicos e sociais.** Florianópolis: Conceito editorial, 2007.

_____; et al (Org.). **Manual de Direito Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2015.

LIMA, Tatiana Cardozo. **O Princípio das Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas no Direito Internacional Ambiental.** Revista Eletrônica de Direito Internacional [online]. Belo Horizonte: CEDIN, 2009- V. 4. Páginas 160-197. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/volume4/arquivos_pdf/sumario/art_v4_VI.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MACIEL, Omar Serva. **A Advocacia-Geral da União como Fomentadora de Política Pública Ambiental**: um enfoque na APA da Mantiqueira (uma APA de “papel”?). Revista Virtual da AGU Ano VIII nº 77, de junho de 2008. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/79754>. Acesso em: 17 jun. 2015

MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise monteiro; CAPPELLI, Sílvia. **Direito Ambiental**. Porto alegre: Verbo Jurídico, 2004.

MARQUES, F. **Poluição sonora pode prejudicar reprodução de baleia**. Ciência Hoje, nº 186, setembro, 2002. Disponível em: <http://www.zoo.ba.gov.br/wp-content/files/Poluio_sonora_pode_prejudicar_a_reproducao_da_baleia.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público** – 2ª ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura. **Direito dos Animais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2004.

MCTI - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Protocolo de Quioto**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/11/protocolo-de-quioto>>. Acesso em: 31 out. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 15 jun. 2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Clima**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/item/880-baleias>>. Acesso em: 10 dez. 2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972**. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em 29 out. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Declaração do RIO92**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015

MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos**: uma discussão necessária. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

NALINI, José Renato. Ética ambiental. In: **Direito Ambiental: fundamentos do direito ambiental**. Organizadores: Édis Milaré, Paulo Affonso Leme Machado. Coleção doutrinas essenciais, Vol. I. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

NAVARRO, Gabriela Cristina Braga. **Hermenêutica Filosófica e Direito Ambiental: Concretizando a Justiça Ambiental**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2014.

O ESTADO DE S. PAULO. **Câmara de SP aprova proibição de *foie gras* e roupas feitas com pele de animais**. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,camara-de-sp-aprova-proibicao-de-foie-gras-e-roupas-feitas-com-peles-imp-,1686392>> Acesso em: 17 jun. 2015

ONUBR - NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Princípio 7 da Rio92**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ONUBR - NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A Conferência de Estocolmo**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em 29 out. 2014.

ONUBR - NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnuma/>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

ONUBR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A ONU e o Meio Ambiente** (relatório “Nosso Futuro Comum”). Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

OST, François. **A natureza à margem da lei**. A ecologia à prova do direito. Lisboa: INSTITUTO PIAGET, 1995.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. **A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia. UNIBRASIL. Vol. 6, 2009. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18>> Acesso em: 17 jun. 2015

PELIZZOLI, M.L. **A emergência do paradigma sócio-ambiental: desafios filosófico-éticos e civilizatórios**. Perspectiva Filosófica – Volume VIII – nº 15, 2001. Disponível em: < https://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf15_artigo40001.pdf> Acesso em: 17 jun. 2015

_____. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

PEREIRA, Elenita Malta. **Rachel Carson, ciência e coragem**. Revista Ciência Hoje. Vol. 50, n. 296, Setembro de 2012. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/296/rachel-carson-ciencia-e-coragem>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

PEREIRA, S. S.; CURI, R.C. **Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental**. REUNI

– Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 2, n. 4, p.35-57, Set-Dez/2012. Disponível em: <<http://150.165.111.246/revistaadmin/index.php/uacc/article/view/78>>. Acesso em: 17 jun. 2015

PROJETO BALEIA FRANCA. **A Matança.** Disponível em: <http://www.baleiafranca.org.br/abaleia/abaleia_amatanca.htm>. Acesso em: 10 dez. 2014

PROJETO BALEIA FRANCA. **Por que uma área protegida para as Baleias Franca?** Disponível em: <<http://www.baleiafranca.org.br/area/area.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2014

PROJETO GAP-BRASIL. Disponível em: <<http://www.projetogap.org.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2014

REVISTA ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. **Rio + 10. A Dúvida Continua.** Disponível em: <<http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=sl32>>. Acesso em: 31 out. 2014.

RIO DE JANEIRO. **STJ.** Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.856. Reqte.: Procurador-Geral da República. Intdo. : Governador do Estado do Rio de Janeiro e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Relator : Min. Celso De Mello. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634>>. Acesso em: 17 jun. 2015

RIO GRANDE DO SUL. **TRF4.** Embargos infringentes em AC nº 2004.71.00.021481-2. Embargantes: Associação Civil União pela Vida e Ministério Público Federal. Embargados: Federação Gaúcha de Caça e Tiro e IBAMA. Relator: Des. Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz. Disponível em: <http://www2.trf4.gov.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=trf4&documento=2130570&hash=1e5af6f45bbf991939481469e8a46b9a>. Acesso em: 26 nov. 2014.

RIO+20. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/temas.html>. Acesso em: 29 out. 2014.

SANTA CATARINA. **STF.** Recurso Extraordinário 153531. Recte: APANDE- Associação Amigos de Petrópolis Patrimônio Proteção aos Animais e Defesa da Ecologia e Outros. Recdo: Estado De Santa Catarina. Relator: Min. Francisco Rezek. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RE%24%2ESCLA%2E+E+153531%2ENUMER%2E%29+OU+%28RE%2EACMS%2E+ADJ2+153531%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/ars7e4h>>. Acesso em: 03 dez. 2014

SANTA CATARINA. **TRF4.** Ação Civil Pública nº 2005.72.00.010327-9. Autor: Coalisão Internacional da Vida Silvestre - IWC/Brasil e Outro. Réu: União

Federal e Outro. Juiz: Marjôrie Cristina Freiburger Ribeiro da Silva. Disponível Em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=200572000103279&chkMostrarBaixados=S&todasfasas=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=SC&sistema=&hdnRefId=&txtPalavraGerada=&txtChave>. Acesso em: 17 jun. 2014

SANTA CATARIANA. **TRF4**. ACP 5002236-48.2012.404.7216/SC. AUTOR: INSTITUTO SEA SHEPHERD BRASIL. ADVOGADO: RENATA DE MATTOS FORTES. RÉU: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. DANIELA TOCCHETTO CAVALHEIRO - JUÍZA FEDERAL. 2013. Disponível em: <https://eproc.jfsc.jus.br/eprocV2/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=721352475602675780300000000024&evento=721352475602675780300000000012&key=9876979e3c4c48a0a84ee5bfeacaf8e81c4127c05e808656d2bbda0df5e12f43>. Acesso em: 23 jun. de 2015.

SANTA CATARINA. **TR4**. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5012653-43.2013.404.0000/SC. RELATOR: FERNANDO QUADROS DA SILVA. AGRAVANTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. AGRAVADO: INSTITUTO SEA SHEPHERD BRASIL (INSTITUTO GUARDIOES DO MAR). ADVOGADO: Renata de Mattos Fortes. MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41372787898164041110000000001&evento=41372787898164041110000000001&key=33fcd2a5b73c7651769605a72c5945a280152bd51a695861ab17caf9c84f4e81>. Acesso em 10 mar. 2015

SANTO, Sabrina Mendes Espírito. **Estudo da Distribuição da Baleia Franca Austral *Eubalaena australis* (Desmoulins, 1822) (Cetartiodactyla, Balaenidae), de Acordo com Fatores Ambientais, na Costa Sul Brasileira**. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental). UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106750/320096.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 17 jun. 2015

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva. 2014.

SEBBEN, Thiago Felipe. **Crise ambiental e mudança de paradigma** – uma possível solução, 2010. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/crise-ambiental-e-mudanca-de-paradigma-uma-possivel-solucao>>. Acesso em: 15 jun. 2015

SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, L. O.; COSTA, A. P.; ALMEIDA, E. A. **Educação Ambiental: o despertar de uma proposta crítica para a formação do sujeito ecológico**. Holos, Ano 28, Vol. 1, 2012. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/659>>. Acesso em: 17 jun. 2015

SINGER, Peter. **Ética prática**. Tradução de Jefferson Luis Camargo. 2ª edição. São Paulo: Martins fontes, 1998.

_____. **Libertação Animal**. Título original: Animal Liberation, 1975. Disponível em: <https://olhequenao.files.wordpress.com/2011/12/peter-singer-libertac3a7c3a3o-animal.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SPAREMBERGER, Raquel F. Lopes ; PAZZINI, Bianca. **O ambiente na Sociedade do Risco**: possibilidades e limites do surgimento de uma nova cultura ecológica. Belo Horizonte: Veredas do Direito. V.8, n.16, 2011. Disponível em: <www.domholder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/.../214/189>. Acesso em: 17 jun. 2015

SUIPA – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Disponível em: <<http://www.suipa.org.br/index.asp?pg=leis.asp>>. Acesso em: 04 dez. 2014

VARELLA, Marcelo Dias. O surgimento e a evolução do direito internacional do meio ambiente: da proteção da natureza ao Desenvolvimento Sustentável. In: **Proteção internacional do meio ambiente**. Organizadores: Marcelo D. Varella e Ana Flavia Barros-Platiau. Brasília: Unitar, UniCEUB e UnB, 2009.

VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros. **Princípio da precaução**. Coleção direito ambiental em debate. Belo horizonte: Del Rey. 2004.

WAINER, Ann Helen. Legislação Ambiental Brasileira: Evolução Histórica do Direito Brasileiro. In: **Direito Ambiental**: fundamentos do direito ambiental / Édis Milaré, Paulo Affonso Leme Machado organizadores. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, Coleção Doutrinas Essenciais, VI.